

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ-UNIFEI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EM ÁREAS PROTEGIDAS DA
MATA ATLÂNTICA E PERCEPÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DAS
COMUNIDADES CAIÇARAS DA PENÍNSULA DA JUATINGA,
PARATY/RJ E SEUS ASPECTOS CULTURAIS

ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO

Itajubá (MG), Brasil

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ-UNIFEI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EM ÁREAS PROTEGIDAS DA
MATA ATLÂNTICA E PERCEPÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DAS
COMUNIDADES CAIÇARAS DA PENÍNSULA DA JUATINGA,
PARATY/RJ E SEUS ASPECTOS CULTURAIS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Recursos Hídricos (POSMARH) para
obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Recursos
Hídricos

Área de concentração:

Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Orientadora:

Prof^ª. Dra. Daniela R. T. Riondet-Costa

Coorientadora:

Prof^ª. Dra. Luciana Botezelli

Itajubá (MG), Brasil

2024



Figura 1: Mar iluminado pelo luar na Praia da Sumaca, território caiçara. Registro feito durante a coleta de dados da pesquisa.
Fonte: dos autores.

“Todo homem morre, mas nem todo homem vive.”

William Wallace

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, preciso agradecer a Deus, o Grande Espírito que me concedeu a chance única de viver. Obrigado, me sinto honrado de estar aqui e poder desfrutar desse mundo.

Agradecimentos especiais aos meus familiares que nunca duvidaram da minha capacidade mesmo sendo um membro “às avessas” da família. Nesse sentido, obrigado mãe (Andrea Vilas Boas Moraes Serrano) e pai (Antonio Eduardo Krepp Serrano) pela ajuda incondicional, principalmente como rede de apoio nos momentos em que precisei deixar meus filhos com vocês. Sei que foram diversos pedidos de “socorro” nesse sentido e também sei que essa frequência foi mais do que vocês imaginavam. Sem vocês esse trabalho não teria uma linha escrita.

Agradeço amorosamente minha parceira de vida, que além de nunca duvidar das minhas ideias, as incentiva e me faz seguir em diante. Sem nenhuma dúvida esse trabalho tem muito de você, uma vez que você faz parte de mim. Muito obrigado Nayara Aline Ferreira Souza, meu amor.

Aos meus filhos Cleo, Gael e Arya que, se um dia lerem esse agradecimento, quero que saibam que esse trabalho só existiu porque vocês existem. A busca pelo mestrado começou por causa do compromisso que tenho com vocês, e por isso, espero que a dedicação voltada a esse trabalho seja uma pequena contribuição da minha parte para a edificação do que vocês se tornarão. Acreditem na educação, na ciência como meio de transformação, e também da nossa capacidade e obrigação de contribuirmos para um mundo melhor. Procurem ser agentes ativos na sociedade em prol de uma evolução justa para tudo e para todos. Amo vocês incondicionalmente.

Quero deixar um agradecimento em mesma intensidade a minha orientadora Daniela Rocha, que embarcou nessa minha ideia de ir visitar as comunidades caiçaras em confiança das minhas “experiências exploratórias”. Obrigado pela sua generosidade, paciência, boa energia e sábias orientações.

Agradecimentos fraternos aos meus amigos Selmo Carlos Gonçalves, Karen Auxiliadora Guimarães e Débora Luisa Silva Teixeira, que fizeram dessa experiência do mestrado algo que transcende as experiências acadêmicas, revelando que na vida as conexões existem e estão em todo lugar. Obrigado por tudo gente, sempre estaremos juntos de alguma

forma.

Queria deixar expressamente registrado o meu agradecimento e admiração aos caiçaras, com que tive o privilégio de desfrutar de uma companhia mais aproximada durante a coleta de dados dessa pesquisa. Acredito que exista uma ligação da minha alma com o território que vocês habitam, algo que eu sempre senti, mas não sei bem explicar, e seguindo um chamado, me direcionei a esse trabalho. A pesquisa tem o caiçara como elemento central e por isso, todo o protagonismo do que foi desenvolvido é de vocês. A todos caiçaras habitantes da Juatinga, muito obrigado por nos receber amigavelmente nessa terra que pertence a vocês. Espero que essa pesquisa contribua, de alguma forma, para a vida de todos nas comunidades.

Agradecimento aos gestores da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (APA Cairuçu) pelo apoio a pesquisa, abertura ao diálogo e convites das reuniões do CONAPA. Vocês foram fundamentais.

Agradecimentos a Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI pelo apoio a pesquisa, pela infraestrutura disponibilizada, pelos professores que conheci e com os quais aprendi muitíssimo. Agradecimento especial ao Coordenador do Instituto de Recursos Naturais, Luiz Felipe Silva, que me apresentou o conceito da Etnografia e me colocou de frente para essa grande área da ciência, que é simplesmente fascinante e a qual tenho interesse em seguir meus trabalhos. Obrigado por esse despertar.

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela concessão de bolsa de mestrado, fundamental para que eu pudesse me dedicar e desenvolver a pesquisa sem preocupações financeiras excessivas. Muito obrigado, sem essa possibilidade, minha capacitação não seria uma possível.

RESUMO

Na região do litoral sudeste brasileiro encontra-se a Península da Juatinga, onde estão localizadas a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ). Esse território abriga um dos maiores contínuos florestais de Mata Atlântica do país, destacando-se pela sua significativa diversidade biológica aliada à riqueza étnico-cultural uma vez que a região é habitada por comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras, o que confere alta relevância para estudos etnográficos em áreas protegidas. Com o objetivo de analisar como a conservação da Mata Atlântica na APA de Cairuçu e na REEJ se relaciona com os aspectos culturais das comunidades caiçaras, foram identificados os aspectos culturais do cotidiano caiçara e os tipos de percepção ambiental do público-alvo. Para isso, realizou-se uma pesquisa por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas nas comunidades ao longo da rota conhecida como "Travessia da Juatinga", em Paraty/RJ. Os depoimentos coletados evidenciaram a forte identificação dessas comunidades com seu território de origem, revelaram os mecanismos de transmissão de saberes tradicionais e apontaram os principais desafios enfrentados para preservar seus costumes. Além disso, destacaram as contribuições e dificuldades associadas à manutenção de práticas culturais dentro de áreas protegidas. Essas informações permitiram uma análise aprofundada sobre a significação, valorização e contextualização da conservação ambiental em associação com as práticas culturais dos caiçaras. A pesquisa valida a hipótese de que as comunidades tradicionais desenvolvem um modo de vida sustentável e que sua participação social é fundamental para as decisões relacionadas à gestão de áreas protegidas. Conclui-se que a integração entre preservação ambiental e valorização da identidade cultural contribui tanto para a proteção dos ecossistemas quanto para a continuidade das tradições das comunidades tradicionais brasileiras.

Palavras-chave: Etnografia. Comunidades Tradicionais. Gestão integrada. Áreas Conservadas. *Hotspot*.

ABSTRACT

In the southeastern coastal region of Brazil lies the Juatinga Peninsula, home to the Cairuçu Environmental Protection Area (APA de Cairuçu) and the Juatinga State Ecological Reserve (REEJ). This territory hosts one of the largest continuous tracts of Atlantic Forest in the country, distinguished by its significant biological diversity coupled with its rich ethnocultural heritage, as the area is inhabited by Indigenous, Quilombola, and Caiçara communities. These characteristics underscore its high relevance for ethnographic studies in protected areas. To analyze how the conservation of the Atlantic Forest within the APA de Cairuçu and the REEJ intersects with the cultural aspects of Caiçara communities, the cultural elements of Caiçara daily life and their environmental perceptions were identified. For this purpose, research was conducted through the application of semi-structured interviews with communities along the route known as the "Juatinga Crossing" in Paraty, Rio de Janeiro. The collected testimonies highlighted the strong connection these communities have with their native territory, revealed the mechanisms of traditional knowledge transmission, and identified the main challenges faced in preserving their customs. Furthermore, the data underscored both the contributions and difficulties associated with maintaining cultural practices within protected areas. These findings enabled a detailed analysis of the significance, appreciation, and contextualization of environmental conservation in relation to the cultural practices of the Caiçaras. The research validates the hypothesis that traditional communities develop a sustainable way of life and that their social participation is crucial for decision-making processes concerning the management of protected areas. It concludes that integrating environmental preservation with the appreciation of cultural identity contributes both to the protection of ecosystems and the continuity of the traditions of Brazil's traditional communities.

Keywords: Protected areas, Botanical resources, Atlantic Forest, Caiçara knowledge, Ethno-conservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mar iluminado pelo luar na Praia da Sumaca, território caiçara. Registro feito durante a coleta de dados da pesquisa.....	3
Figura 2: Dados gerais sobre PM em UC's no Brasil e sua distribuição sobre tipologia e esfera administrativa.....	25
Figura 3: Área protegida por UCs no Brasil e sua distribuição em áreas continentais e marinhas, assim como suas esferas administrativas.	26
Figura 4: Distribuição das categorias de UCs de Uso Sustentável no Brasil.....	27
Figura 5: Distribuição das UCs de Usos Sustentável sobre os diferentes domínios morfoclimáticos do Brasil.....	27
Figura 6: Distribuição das UCs de Uso Sustentável sobre por unidades da federação brasileira.	27
Figura 7: Histórico de criação de UCs no Brasil considerando a evolução dos números de unidades ao longo dos anos assim como do aumento de áreas protegidas.	28
Figura 8: A APA Caiçu apresenta diversos locais de grande beleza cênica. (a) Mirante em Caiçu das Pedras. (b): Vista do alto da trilha Praia do Sono-Antigos. (c): Vista do Saco do Mamangá, no alto do Pico do Pão de Açúcar. (d): Estuário da praia do Sono.....	40
Figura 9: Mapa de localização, das principais UCs na península da Juatinga. Em vermelho, o PNSB, o traçado em branco a APA de Caiçu (continental), em verde a REEJ e em roxo, a ESEC Tamoios (continental)	42
Figura 10: O modo de vida tradicional caiçara é uma característica marcante na APA de Caiçu. (a): Pescador caiçara trabalhando a rede de pesca e embarcação chegando com turistas. (b): Barco de pesca na praia da comunidade de Ponta de Negra.....	43
Figura 11: Locais de grande beleza cênica e existência de comunidades tradicionais caiçaras definem a REEJ. (a): Comunidade caiçara da praia de Ponta Negra. (b): Arte caiçara, fazendo referência a sereia (figura mitológica marinha) e estabelecendo a relação desse povo com o mar.	45
Figura 12: Registros dos pesquisadores na Travessia da Juatinga. (a): Selmo na trilha da praia da Sumaca. (b): Selmo no Farol da Juatinga. (c): Poços naturais ao longo das trilhas. (d): Trilhando a Mata Atlântica; (e): Selmo descansando na trilha antes da visita a comunidade do Saco das Anchovas. (f): Visões da costa ao longo do trajeto que compõem a Travessia da Juatinga; (g): interior da Mata Atlântica; (h): Selmo registrando a exuberância da floresta.	47

Figura 13: Remanescente de Mata Atlântica do local da pesquisa. (a): <i>Heliconia angusta</i> Vell. (b): <i>Renealmia alpinia</i> (Rottb.) Maas, (c): <i>Heliconia angusta</i> Vell.; (d): Fungos encontrados na trilha. (e) e (f): Orquídeas (Orchidaceae) encontradas ao longo da trilha.....	48
Figura 14: Algumas localidades registradas na travessia para a coleta de dados da pesquisa. (a) e (b): Exemplos das diversas placas indicativas ao longo das trilhas. (c): Praia da Sumaca e a sua única casa, onde também vive isolado o seu único morador;(d): Crianças caiçaras brincando sob o tamarindo (<i>Tamarindus indica</i> L.) na comunidade de Pouso da Cajaíba.....	49
Figura 15: Principais formas de acesso as comunidades da península da Juatinga: de barco ou por trilha. (a), (b): Os barcos mostram-se os principais meio de deslocamento dos caiçaras. (c): Trilha interna dentro da comunidade de Pouso da Cajaíba. (d): Pesquisador Selmo descansa sobre uma grande raiz que atravessa a trilha	50
Figura 16: Áreas protegidas na região da área de estudo e o trajeto clássico da Travessia da Juatinga, considerando a visita ao Pico do Pão de Açúcar e a Cachoeira do Saco Bravo (traçado em vermelho)	51
Figura 17: Panfletos de orientação divulgados pelo INEA. (a): Panfleto de orientação aos visitantes na REEJ. (b): Panfleto de orientação a visita à cachoeira do Saco Bravo.	53
Figura 18: Fluxograma das fases das entrevistas e seus respectivos objetivos.....	56
Figura 19: (a): Pesquisar fazendo suas anotações no “diário de bordo”, uma das ferramentas metodológicas utilizadas para registro de dados da pesquisa; (b): Registro fotográfico de caiçara talhando canoa a moda tradicional.....	57
Figura 20: Registros envolvendo a coleta de dados. (a): Pesquisadores realizando as trilhas de acesso as comunidades. (b): Porto da comunidade de Ponta da Juatinga; (c): O acampamento foi o modo de pouso usado pelos pesquisadores. (d): Pesquisador visitando uma comunidade caiçara (Saco das Anchovas).....	58
Figura 21: Mapa indicando a rota realizada pelos pesquisadores para a coleta de dados.	59
Figura 22: Recorte do mapa, relacionado ao trecho 1 da rota realizada para a coleta de dados.	60
Figura 23: Recorte do mapa, relacionado ao trecho 2 da rota realizada para a coleta de dados.	61
Figura 24: Do ponto 9 (Cairuçu das Pedras) continuou-se a trilha até o ponto 10 (Praia de Ponta Negra), onde embarcado seguiu-se para o ponto 11 (Praia do Sono), encerrando as atividades de coleta de dados com as comunidades caiçaras.....	62
Figura 25: Fluxograma identificando as principais etapas do processo de análise de dados.	65
Figura 26: Apresentação da estrutura dos quadros para organização da análise de dados.	66

Figura 27: Zonas Populacionais Caiçaras da APA de Cairuçu e REEJ.....	71
Figura 28: Relação de entrevistas válidas, gênero dos entrevistados e sua autodenominação.	73
Figura 29: Quantidade e tipos de conhecimento identificado em cada entrevistado.	74
Figura 30: Quantificação dos tipos de conhecimento associado ao ambiente natural.	75
Figura 31: O conhecimento artesanal na vida cotidiano do caiçara. (a) Pesquisador junto a uma canoa caiçara em processo de construção; (b): canoa caiçara enfeitando entrada de uma casa; (c): casa de caiçara de pau-a-pique;(e):cobertura de teto feito com a planta sapê.....	78
Figura 32: Casa caiçara e seu quintal com plantas medicinais e alimentícias	80
Figura 33: Capão de palmitos (<i>Euterpe edulis</i> Mart.) nas áreas protegidas da península da Juatinga registrado durante a campanha de coleta de dados da pesquisa	82
Figura 34: O café da manhã típico caiçara: mandioca cozida e café. Gentileza oferecida aos pesquisadores durante a entrevista com um dos atores locais.	89
Figura 35: Distribuição das percepções ambientais evidenciadas nas narrativas dos entrevistados caiçaras.....	91
Figura 36: Quantificação e tipos de percepção ambiental evidenciadas pelos caiçaras entrevistados.....	91
Figura 37: Estrutura adequada para o receptivo turístico. (a): Restaurante na praia Martim de Sá; (b): Indicações de locais para locação de casa e opções de alimentação para turistas; (c): Área de alimentação do restaurante integrada as casas dos caiçaras em Martim de Sá, com a icônica foto do líder caiçara Manuel dos Remédio “Seu Maneco”	101
Figura 38: A valorização e o orgulho de ser caiçara é percebido por aqueles que visitam os territórios desses povos na Juatinga. (a): Pequeno museu com fotos do cotidiano caiçara aberto a visitação na praia Martim de Sá; (b): Seu Maneco medindo tronco de árvore no “palmo” para a construção de canoa tradicional.	103

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Categorias das Unidades de Conservação prevista pelo SNUC	23
Quadro 2: Tipos de conhecimento utilizados na pesquisa	68
Quadro 3: Tipos de percepções ambientais utilizados na pesquisa	70
Quadro 4: Quadro metodológico objetivo específico “a”	155
Quadro 5: Quadro metodológico objetivo específico “b”	159
 Tabela 1: Locais visitados para a coleta de dados e número de entrevistados em cada localidade.	 72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

ESEC - Estação Ecológica

FLONA - Florestas Nacionais

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

IUCN - *International Union for Conservation of Nature*

MMA - Ministério do Meio Ambiente

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PM - Plano de Manejo

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNSB - Parque Nacional da Serra da Bocaina

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REEJ - Reserva Ecológica Estadual da Juatinga

RESEX - Reserva Extrativista

RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA),

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOSMA - SOS Mata Atlântica

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC - Unidade de Conservação

UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*

WDPA - *World Data base on Protected Areas*

WWF - *World Wide Fund for Nature*

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

ZPCA - Zonas Populacionais Caiçaras

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 OBJETIVOS.....	20
1.1.1 GERAL.....	20
1.1.2 ESPECÍFICOS.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: HISTÓRIA, EMBATES E GESTÃO.....	20
2.1.1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: UM MODELO DE USO SUSTENTÁVEL	
29	
2.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	31
2.3 OS CAIÇARAS E SEU TERRITÓRIO	33
2.4 ÁREA DE ESTUDO	39
2.4.1 APA DE CAIRUÇU.....	39
2.4.2 RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA –REEJ.....	43
2.4.3 A TRAVESSIA DA JUATINGA	46
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
3.1 O MÉTODO CIENTÍFICO ETNOGRÁFICO	53
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	55
3.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	63
3.3.1 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS.....	63
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	70
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS CULTURAIS DO COTIDIANO CAIÇARA	
73	
4.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CAIÇARAS COM	
RELAÇÃO AOS ASPECTOS CULTURAIS E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114

REFERÊNCIAS.....	121
ANEXOS	142
APÊNDICES	152

1. INTRODUÇÃO

Nos primórdios da origem do homem, existia uma relação de subordinação da espécie sobre os imperativos de seu habitat, criando uma relação de dependência direta da natureza que o cercava para sua sobrevivência e influenciando o próprio processo de humanização da espécie em si (Cortez, 2011; Gonçalves, 2020).

Com o avanço do conhecimento humano, aspectos dessa interação entre o homem e a natureza começaram a ser registrados, o que culminou em uma compreensão mais profunda sobre os recursos naturais e em uma utilização sustentável dos seus benefícios. Essa compreensão foi fundamental para a expansão das espécies, uma vez que auxiliou sobre a sua capacidade adaptativa nas diversas regiões do mundo (Dantas, 2020).

A partir de uma relação inicialmente tangível e direta com o ambiente, desencadeou-se um processo de natureza racional e prática, visando melhorar as condições de vida, como evidenciado pela domesticação de animais e o desenvolvimento de técnicas agrícolas. No entanto, essa capacidade evoluiu de maneira distintiva na espécie humana, englobando questões mais abstratas e complexas, o que resultou no surgimento de elementos culturais, como a criação de eventos ritualísticos e expressões artísticas (Diegues, 2000; Roldão *et al.*, 2020).

No Brasil, desde que os registros iniciais dos colonizadores sobre suas paisagens naturais começaram a ser escritas, a grandiosidade das florestas no "novo mundo" sempre foi mencionada e associada a um paraíso (Fioravanti, 2022). Cientificamente, é reconhecido que o Brasil figura entre os países mais ricos em biodiversidade do mundo, o que confirma a exuberância descrita pelos colonizadores ao chegarem nesse trecho litorâneo do oceano Atlântico (Testa *et al.*, 2020; Dorigon *et al.*, 2021).

Os colonizadores exploraram extensivamente a vasta gama de recursos fornecidos pela floresta, gerando consideráveis riquezas a partir dos produtos naturais encontrados. No entanto, tais benefícios já eram aproveitados pelas populações nativas durante o período pré-colonial, como evidenciado pelos sambaquieiros, comunidades humanas pré-históricas que habitavam as áreas da planície litorânea brasileira e deixaram vestígios de sua presença por meio dos

“sambaquis¹”, termo derivado do nome desses grupos (Bracht; Santos, 2011; Scheel-Ybert *et al.*, 2023).

Vários sítios arqueológicos foram descobertos no Estado do Rio de Janeiro e em suas ilhas, com destaque para grandes concentrações na Baía de Guanabara, na Região dos Lagos e na Baía de Ilha Grande, onde está localizado o município de Paraty e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu e na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ), foco deste estudo. As comunidades sambaqueiras viveram e se estabeleceram por meio de sua interação sustentável com o ambiente ao seu redor. Nessa perspectiva, a Mata Atlântica e suas formações costeiras desempenharam um papel crucial na territorialidade desses pescadores-coletores (Capucho; Scheel-Ybert, 2019; Machado *et al.*, 2020).

O processo de ocupação do litoral por esses povos ocorreu aproximadamente há 4000 anos, com a presença inicial dos povos indígenas jê, tupinambás, tupiniquins e posteriormente, dos guaranis (Cali, 2006). Esses grupos habitavam as terras brasileiras durante o período de colonização e, por meio da miscigenação étnico-cultural entre indígenas, colonizadores e africanos escravizados, surgiu o que hoje é conhecido como a "cultura caiçara", predominante no litoral sul e sudeste do Brasil (Martinez, 2021).

Vivendo em relativo isolamento geográfico e mantendo um modo de vida tradicional, os caiçaras têm raízes profundas com os povos originários do Brasil, representando assim uma parcela de importância singular na etnografia do país. Além disso, são símbolos de resistência e defesa de seu território e estilo de vida devido as diversas lutas travadas contra os interesses do capitalismo, atraído pela riqueza dos recursos naturais e das paisagens cênicas dos locais onde habitam.

Na busca de proteger o local e seus povos, foram estabelecidas áreas protegidas sobre os seus territórios. A primeira delas foi a APA de Cairuçu, em 1983, que tem como propósito "proteger o ambiente natural [...] e as comunidades caiçaras que fazem parte desse ecossistema". No ano de 1992, criou-se a REEJ, cujo objetivo é preservar o ecossistema local da península da Juatinga e evitar o processo de construção no local (Brasil, 1983; Plano de Manejo, 2018).

Atualmente, a criação de áreas protegidas está intrinsecamente ligada à preservação ou conservação do meio ambiente equilibrado e da diversidade biológica. Essas áreas desempenham um papel crucial na manutenção de fragmentos florestais, espécies da fauna e

¹ Os sambaquis eram montes formados pelo acúmulo de restos de conchas, ossos de peixes, répteis e mamíferos, estruturas de combustão, artefatos de pedras e cerâmica a até sepultamentos (Silva e Gaspar, 2022).

flora silvestres, além de proteger seus habitats, recursos hídricos e paisagens naturais de grande beleza. Ao mesmo tempo, essas áreas protegidas também salvaguardam os aspectos históricos e socioculturais das comunidades tradicionais que dependem delas para sustentar seus modos de vida (Hassler, 2005; Santana *et al.*, 2020; Wenceslau, 2020).

Essa perspectiva levou à promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nos anos 2000, que dentre as suas categorias, tem-se as Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável, a qual busca proteger tanto o ambiente quanto os modos de vida humanos, objetivando conciliar a conservação da natureza com o uso racional de seus recursos (Romeiro e Gontijo, 2021). Apesar disso, os povos originários enfrentam diversas problemáticas no reconhecimento de seus territórios através da criação de áreas naturais protegidas que, por vezes, não adotam práticas conservacionistas (Moreira *et al.*, 2021; Vaitsman *et al.*, 2023).

Destaca-se que o SNUC impõe a necessidade de ajuste das UCs que não se adequam às tipologias predefinidas, mediante sua reclassificação (SNUC, 2000). Esta condição incide sobre a REEJ, a qual, embora constitua uma UC sob os critérios anteriores à implementação do SNUC, enfrenta um processo desafiador para definição da categoria mais adequada a ser atribuída sobre a sua área de proteção (Cavaliere, 2003; Monge, 2013; Ribeiro *et al.*, 2022).

Diante do desafio da conservação ambiental, os estudos que exploram a relação entre UCs e povos tradicionais proporcionam um campo de discussão para o embate conceitual do território sob diversas perspectivas de ocupação. Nesse contexto, trabalhos que buscam associar os aspectos culturais das comunidades tradicionais a práticas conservacionistas, especialmente quando inseridos em áreas protegidas, têm se mostrado fundamentais para uma gestão adequada.

Esses estudos encontram respaldo nos interesses SNUC e têm o potencial de impedir a propagação de ideologias históricas de exclusão social e da indiferença em relação ao meio natural. Além disso, os resultados de trabalhos dessa natureza reconhecem a importância da participação dos atores locais no fortalecimento dos objetivos das áreas protegidas e na proteção do ambiente onde vivem (Silva *et al.*, Silveira Junior *et al.*, 2020).

Com base nos conceitos introdutórios apresentados considera-se que as comunidades caiçaras são reconhecidas como um povo tradicional, detentores de um conhecimento particular sobre práticas e saberes ligados à natureza devido às suas raízes com traços indígenas. Assim, é fundamental reconhecer e incluir sua participação nas práticas de gestão de UC's para garantir

a preservação cultural e ambiental dos lugares onde habitam (Duarte, 2018; Burbano *et al.*, 2020; Sader, 2023).

A hipótese deste trabalho propõe que os aspectos culturais das comunidades caiçaras estabelecidas na Península da Juatinga estão intrinsecamente vinculados à conservação ambiental do território que habitam, refletindo um modo de vida que integra práticas tradicionais e preceitos de sustentabilidade. Dessa forma, para alcançar os objetivos desta pesquisa, percorreu-se o território dos caiçaras, conhecendo suas realidades e suas visões sobre o seu modo de vida, assim como da conservação de seus conhecimentos e do ambiente natural que caracteriza seus territórios inseridos na Mata Atlântica.

Os registros foram realizados por meio da oralidade de seus integrantes, destacando as principais características que os definem, sua relação com a natureza circundante e com os membros da própria comunidade, além das pessoas externas. Buscou-se compreender quais os tipos de conhecimentos são mais proeminentemente narrados, qual sua origem e como ainda são utilizados no cotidiano do caiçara. Além disso, foi de interesse da pesquisa compreender a percepção dos atores locais quanto interconexão da conservação do ambiente natural e suas práticas tradicionais.

Sendo assim, esta dissertação está dividida em 5 seções principais. A sessão 1 aborda a introdução do tema da pesquisa, incluindo contextualização do trabalho, a delimitação da temática, a justificativa e a importância em se considerar os estudos etnográficos em linhas de pesquisa áreas protegidas. Também apresenta as hipóteses iniciais, o objetivo geral e os específicos e a estrutura geral da dissertação com a síntese dos capítulos. A seção 2 discute o referencial teórico, apresentando as contribuições científicas relacionadas às principais temáticas abordadas no trabalho e que se referem as UC's no Brasil, com especial atenção para as APA's, e as comunidades tradicionais brasileiras, com enfoque nos povos caiçaras e seus territórios. Na seção 3 é descrita a metodologia adotada no trabalho. Na seção 4 estão os resultados e discussões do trabalho e na seção 5 as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 GERAL

Analisar a percepção ambiental das comunidades caiçaras estabelecidas na península da Juatinga em Paraty/RJ na APA de Cairuçu e REEJ no bioma Mata Atlântica, com relação à conservação ambiental e seus aspectos culturais.

1.1.2 ESPECÍFICOS

- a) Identificar os aspectos culturais do cotidiano caiçara;
- b) Identificar os tipos de percepção ambiental do público alvo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: HISTÓRIA, EMBATES E GESTÃO

O contexto histórico de exploração predatória dos recursos naturais no Brasil teve início em um período de avanços na tecnologia de navegação na Europa, propiciando novas rotas marítimas globais que conectaram continentes e desencadearam o processo de colonização em diversos locais pelo mundo. As práticas econômicas derivadas dessa construção histórica servem de base para a edificação da civilização ocidental e propiciaram a gênese de uma ideologia contrária à preservação ambiental em favor do crescimento econômico, a qual persiste até os dias atuais (Moreira, 2021; Dutra, 2023).

Essa necessidade de atender às demandas que envolvem a evolução do progresso tecnológico fez com que a humanidade, em benefício próprio, usufruísse de diversos recursos naturais de forma negligente. Em consequência dessa postura, ocorreram impactos tão evidentes sobre a dinâmica biogeoquímica do planeta que afetaram, de modo drástico, processos naturais complexos, resultando, por exemplo, na mudança climática global e na perda em massa da biodiversidade (Testa, 2020; Souza; Faria, 2021).

Além disso, o modelo de expansão econômica de viés exploratório sedimentado pelo capitalismo abrange condições "não econômicas", destacando, por exemplo, os índices históricos do crescimento populacional. Esse cenário propicia o aumento da demanda por recursos naturais e áreas para ocupação, acelerando o esgotamento desses recursos e a diminuição das áreas florestadas, tornando o ambiente natural cada vez mais fragmentado e desconexo (Costa, 2018; Barberio *et al.*, 2023).

Os prejuízos decorrentes do histórico uso irracional dos recursos naturais, somados às atuais e futuras perspectivas que envolvem uma humanidade altamente consumista, comprometem a capacidade de suporte que o meio ambiente pode oferecer, impossibilitando o uso comum e coletivo dos bens advindos da natureza. A partir desse contexto, surgiram as concepções de um modelo sustentável de desenvolvimento, que busca despertar uma sociedade engajada conscientemente em práticas éticas que assegurem um crescimento econômico e democrático aliado à conservação ambiental (Molina; Souza, 2019).

A discussão sobre a proteção da biodiversidade em um cenário político global ganhou destaque no final do século XIX, tendo como um dos marcos a abertura de discussões sobre o tema a partir da criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872. Com o objetivo de estabelecer áreas naturais protegidas, essa iniciativa abriu precedentes para uma das soluções que visavam garantir a existência dos sistemas naturais, assegurando a sustentabilidade do uso de seus recursos e as condições de vida e diversidade na Terra. (Lopes *et al.*, Paolino *et al.*, 2021; Alexim; Lopes, 2022).

Os objetivos que nortearam a criação das áreas protegidas fundamentavam-se inicialmente no interesse pela preservação dos atributos cênicos e na possibilidade de atividades de lazer (Wenceslau, 2020). No entanto, ao longo do processo de implantação dessas áreas, constatou-se que esses territórios já estavam habitados por povos originários, como os indígenas e populações tradicionais (Campana, 2020).

Considerando esse cenário e os conflitos decorrentes dessa realidade, a justificativa para a criação de áreas protegidas tornou-se mais abrangente. Passou-se a considerar, além da preservação da biodiversidade natural e seus valores intrínsecos, a proteção dos modos de subsistência e da cultura existente nessas áreas, bem como o reconhecimento da importância da influência desses povos sobre os atos de gestão dessas áreas (Santana *et al.*, 2020; Romeiro; Gontijo, 2021).

O Centro de Monitoramento Mundial da Conservação das Nações Unidas², reconhece que existam mais de 250 mil áreas protegidas oficialmente em todo mundo, abrangendo aproximadamente 16% da superfície terrestre do planeta e pouco mais de 8% das áreas marinhas (IUCN; *Protect Planet*, 2023). Seguindo a tendência mundial, o Brasil passou a reconhecer e delimitar áreas protegidas dentro dos seus domínios morfoclimáticos (Brito *et al.*, 2020). Essas áreas protegidas foram classificadas como UC's, as quais foram criadas e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº9.985/2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil (Brasil, 2000).

De acordo com o SNUC, as UC's são definidas como:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração aos quais se aplicam garantias de proteção (Brasil, 2000).

A criação de áreas protegidas também está prevista na Constituição Federal Brasileira (1988), onde, em seu Art. 225, incumbe ao Poder Público “o dever de estabelecer territórios naturais protegidos, assim como de preservar a fauna e flora brasileira”. Isso faz com que o SNUC esteja alicerçado na lei suprema do Brasil, atribuindo valor ao patrimônio natural e reafirmando a importância da existência de políticas ambientais (Souza; Faria, 2021). Além disso, a criação e manutenção de unidades de conservação atendem a compromissos internacionais assumidos com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e do Clima (UNFCCC) das Nações Unidas onde, além de buscar deter a perda da biodiversidade do planeta, também visa conter os efeitos do aquecimento global (WWF, 2019).

Dessa forma, o sistema brasileiro de ordenamento de UC's proposto pelo SNUC subdivide-se em duas tipologias básicas: (i) Unidades de Proteção Integral, voltada às práticas preservacionistas, a qual permitem o uso indireto desses territórios, ou seja, aquelas atividades que não se apropriem de forma material de seus recursos e que apenas estejam relacionados à educação ambiental, à pesquisa científica, ao ecoturismo, à contemplação e à conservação; (ii) Unidade de Proteção Sustentável, voltadas às práticas conservacionistas, a qual sugere que a exploração dos recursos naturais ocorra de modo compatível com a capacidade de suporte do

² Gerencia a base de dados globais mais abrangente sobre áreas protegidas marinhas e terrestres (*World Database on Protected Areas – WDPA*). O centro advém de um projeto conjunto entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

meio, buscando garantir condições materiais da existência humana em áreas protegidas (SNUC, 2000; Lopes *et al.*; Targa, 2021).

Cada tipologia é representada por 12 categorias, onde cada uma apresenta objetivos e modos de uso específicos, conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 1: Categorias das Unidades de Conservação prevista pelo SNUC.

ORDENAMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL			
Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.			
Tipologias	Objetivo Básico	Categorias	Objetivos Específicos
Proteção Integral	<i>"Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei"</i>	Estação Ecológica	Preservar a natureza e promover a pesquisa científica.
		Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais em seus limites.
		Parque Nacional	Preservar os ecossistemas naturais de relevância ecológica e de beleza cênica, promovendo o turismo, educação ambiental e a pesquisa científica.
		Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de ampla beleza cênica.
		Refúgio da Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais que garantam condições para a existência ou reprodução de espécies da flora e fauna local ou migratórias.
Uso Sustentável	<i>"Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas dos seus recursos naturais"</i>	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
		Área de Relevante Interesse Ecológico	Proteger locais naturais extraordinários ou que abriga espécies raras.
		Floresta Nacional	Promover o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais nativos e a pesquisa científica.
		Reserva Extrativista	Proteger locais que assegurem os meios de vida e cultura de populações extrativistas tradicionais por meio do seu uso sustentável.
		Reserva da Fauna	Proteger locais com diversidade faunística adequados ao estudo técnico-científico de manejo econômico sustentável.
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza assegurando a manutenção, valorização e melhoria das populações tradicionais.
		Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a biodiversidade de modo perpétuo a partir de uma propriedade privada.

Fonte: Adaptado da Lei nº 9.985/2000 (Brasil, 2000). Elaborado pelos autores, 2024.

De acordo com o Art. 6º da Lei nº 9.985/2000, o SNUC é gerido por três órgãos distintos, cada qual com suas respectivas atribuições:

- I- Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, com as atribuições de acompanhar e implementação do Sistema;
- II- Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e
- III- Órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Em seus aspectos administrativos e de planejamento, o SNUC prevê a obrigatoriedade da elaboração de PM das UC's, constituído de um documento técnico, o qual:

[...] com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (Brasil,2000).

Pode-se conceituar o PM como um conjunto de diretrizes e normas que orientam o gerenciamento de uma UC, oferecendo suporte à equipe técnica nas decisões relacionadas ao desenvolvimento dos programas de manejo e à resolução de conflitos pré-existentes e decorrentes desse processo. Ele delinea ações que visam à conservação do patrimônio protegido, estabelece normas para o uso das áreas internas da UC e fornece diretrizes para a utilização das áreas adjacentes, funcionando como um regulamento destinado a disciplinar atividades a serem incentivadas, controladas, limitadas e proibidas, levando em consideração as particularidades da categoria da UC e sua localização (Ferreira *et al.*, 2021; Catojo; Jesus; Flores *et al.*, 2022).

O impacto positivo nos aspectos ambientais, sociais e econômicos de uma UC é resultado da combinação entre a presença de uma área natural de importância ecológica e uma boa governança, estabelecida por práticas de manejo alinhadas aos objetivos e valores de conservação da área. Os PM's desempenham um papel crucial nesse sentido, não apenas ao propor um modelo organizado de gestão, mas também ao servirem como instrumentos essenciais para avaliar a eficácia do manejo de uma UC. Por outro lado, a ausência ou a falta de aplicação desses planos compromete as estratégias de conservação (Morais *et al.*, 2021).

Além do PM, é essencial que as unidades, por meio dos responsáveis pelo órgão gestor, realizem o mapeamento e a identificação das entidades públicas e privadas da sociedade civil para facilitar a gestão compartilhada. Isso pode ser alcançado por meio da criação de um Conselho Consultivo ou Deliberativo, cujos membros auxiliam na gestão da UC discutindo os problemas locais. Isso possibilita a tomada de ações mais específicas e, conseqüentemente, mais eficazes (Wenceslau, 2020).

No entanto, implementar na prática o que é estabelecido na teoria é frequentemente complexo e desafiador, devido à variedade de problemas que dificultam a consecução de uma gestão adequada. Exemplos dessas dificuldades incluem questões fundiárias, autonomia administrativa, invasões de terras, extração ilegal de madeira, caça, biopirataria, infraestrutura precária ou ausente, falta de equipamentos para pesquisa, fiscalização e monitoramento, a falta de participação efetiva nos conselhos consultivos além da ausência de PM (Irving e Matos, 2012; Wenceslau, 2020).

Dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC (2024) revelam que dos 2945 registros de UC's no Brasil, apenas 54,4% possuem PM. Este percentual representa 1607 unidades, sendo a maioria delas (71% - 1141 UCs) do tipo de Uso Sustentável. Notavelmente, a maior parte dessas UC's está sob a esfera administrativa federal (58,2% - 936 UCs).

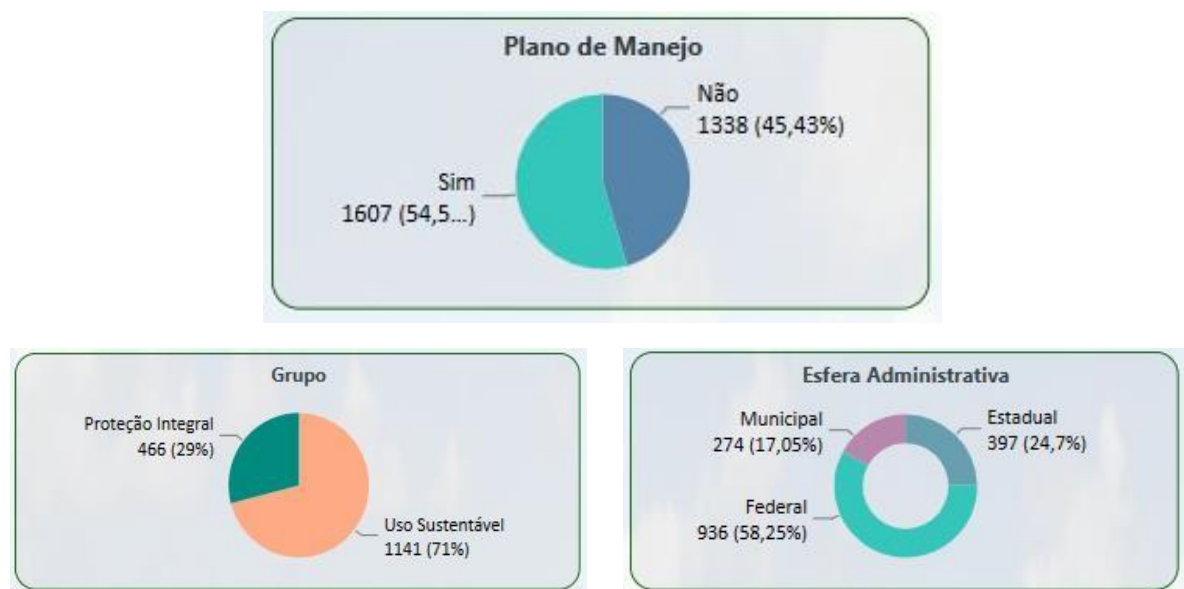


Figura 2: Dados gerais sobre PM em UC's no Brasil e sua distribuição sobre tipologia e esfera administrativa.
Fonte: CNUC, 2024 (adaptado pelo autor).

A extensa área territorial do Brasil resulta em um grande número de UC's, abrangendo uma área total de 2.588.929,11 km² de áreas protegidas, tanto no território continental (19,07%) quanto na área marinha (26,5%). Estas UC's incluem 1088 de nível federal, 1230 de nível estadual e 627 de nível municipal, distribuídas pelos diversos domínios morfoclimáticos brasileiros. Cada uma dessas unidades apresenta suas próprias particularidades socioambientais, o que aumenta os desafios de gestão (CNUC, 2024).

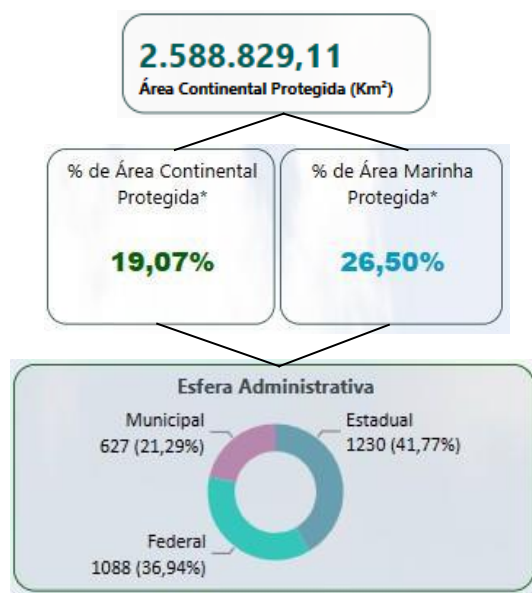


Figura 3: Área protegida por UCs no Brasil e sua distribuição em áreas continentais e marinhas, assim como suas esferas administrativas.

Fonte: CNUC, 2024 (adaptado pelo autor).

As UC's de Uso Sustentável representam 68,52% do total de UC's no país, totalizando 2018 unidades. Dentro desse grupo, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) destacam-se com 1215 unidades, seguidas pelas APA's com 458 unidades, Florestas Nacionais (FLONA) com 110 unidades, Reservas Extrativistas (RESEX) com 96 unidades, Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) com 93 unidades e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com 46 unidades. Essas unidades estão principalmente concentradas nos domínios morfoclimáticos da Mata Atlântica (1171 unidades) e da Amazônia (272 unidades), protegendo, respectivamente, 8,78% e 18,67% de cada bioma. É notável que as áreas marinhas apresentam o maior percentual de área protegida em relação a todos os biomas (23,18%), com 134 UC's. Além disso, essas UC's são mais numerosas nos estados do Rio de Janeiro (285 unidades), Bahia (234 unidades) e Minas Gerais (209 unidades) (CNUC, 2024).

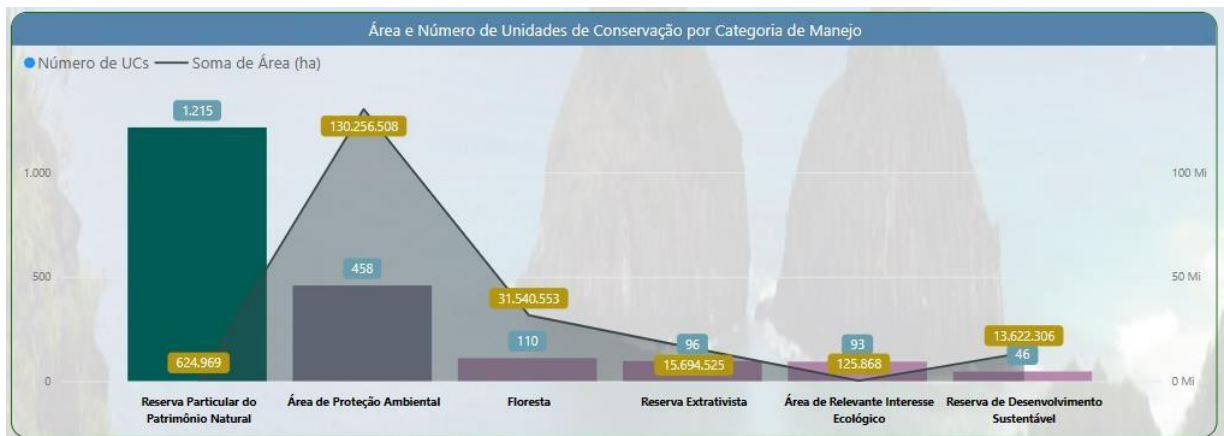


Figura 4: Distribuição das categorias de UCs de Uso Sustentável no Brasil.
Fonte: CNUC, 2024.

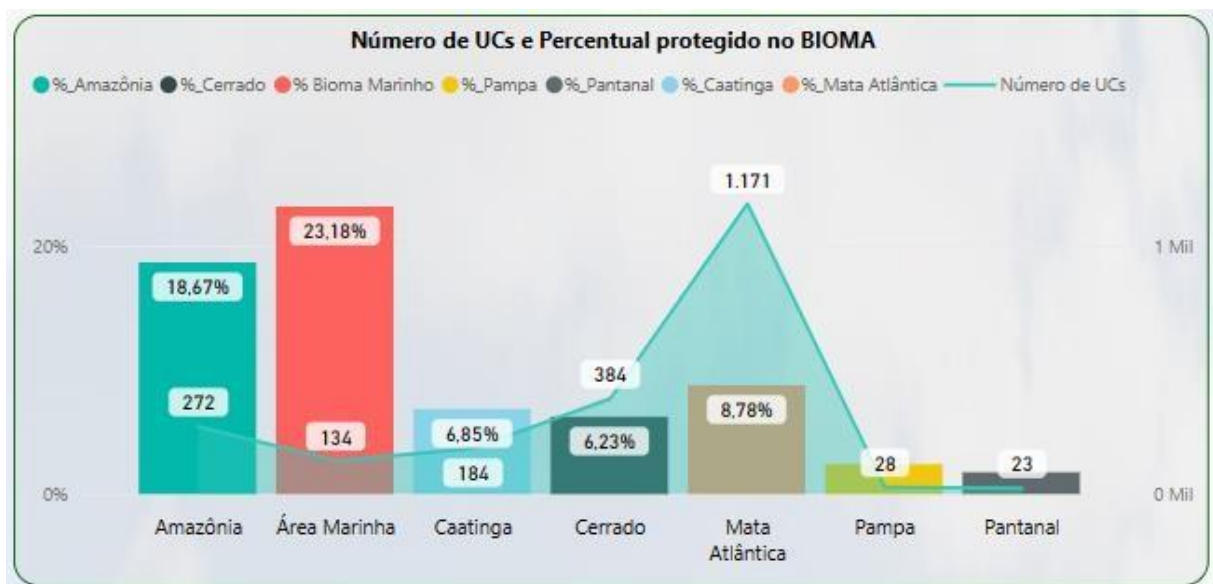


Figura 5: Distribuição das UCs de Usos Sustentáveis sobre os diferentes domínios morfoclimáticos do Brasil.
Fonte: CNUC, 2024.



Figura 6: Distribuição das UCs de Uso Sustentável sobre por unidades da federação brasileira.
Fonte: CNUC, 2024.

Apesar das oscilações históricas entre períodos de estagnação e criação de novas UC's no Brasil, houve avanços na estruturação dos conceitos ambientais fundamentais necessários à consolidação das UC's, respaldados pelo arcabouço jurídico. Isso permitiu uma expansão expressiva no número de áreas protegidas após a implementação do SNUC (Young; Medeiros, 2011; Brito *et al.*, 2020).



Figura 7: Histórico de criação de UCs no Brasil considerando a evolução dos números de unidades ao longo dos anos assim como do aumento de áreas protegidas.

Fonte: CNUC, 2024.

Os conceitos preservacionistas e conservacionistas, originados nos Estados Unidos e na Europa, trouxeram à tona a discussão sobre a necessidade de proteção ambiental, influenciando a criação de áreas protegidas em diversos países, inclusive o Brasil (Lopes *et al.*, 2021). Essas áreas desempenham um papel central na proteção da biodiversidade e proporcionam uma série de benefícios essenciais para o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável.

A existência dessas áreas protegidas contribui para a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, a regulação do clima, a qualidade do ar, a fertilidade do solo e o controle de pragas, sustentando assim a produção agrícola. Além disso, elas são importantes para a descoberta de novos medicamentos, controle de doenças transmitidas por vetores e redução de riscos de desastres naturais, como deslizamentos, erosões e inundações. As áreas protegidas também são fundamentais para a preservação de práticas culturais de povos tradicionais, o turismo ecológico, a educação ambiental e pesquisas científicas, além de garantirem paisagens cênicas que promovem o contato e a conexão com a natureza (Marques; Rocha, 2019; Silva-Melo *et al.*; Zanini; Rocha, 2020; Catojo; Jesus, 2022).

As áreas protegidas são reconhecidas atualmente como pilares da conservação da biodiversidade e, simultaneamente, como elementos fundamentais para sustentar a sociedade e promover o crescimento econômico, quando integradas às estratégias de planejamento (WWF, 2019; IUCN, 2023). Dada a importância histórica e conceitual das UC's brasileiras, que protegem não apenas o meio ambiente, mas também aspectos sociais e econômicos, é crucial

consolidar e aprimorar o sistema implantado no país. Isso deve ser feito com base na experiência adquirida na interação entre seres humanos e natureza, levando em conta as particularidades de cada região geográfica, tanto no presente quanto no futuro (Garcia; Young; Medeiros, 2018).

2.1.1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: UM MODELO DE USO SUSTENTÁVEL

Na década de 1980, o Brasil passava por um processo de ajuste econômico e maior abertura política, resultando em um aumento na participação social nas decisões governamentais. Isso levou a questionamentos diretos sobre os impactos ambientais do crescimento econômico. Nesse período, houve uma pressão externa mais específica relacionada à questão ambiental, com investidores internacionais exigindo que programas e projetos estivessem em conformidade com as considerações ambientais para acessar incentivos fiscais (Gabrielli, 2019; Ferreira Filho, 2022).

Nesse contexto, foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) pela Lei nº 6938/1981, destacando a importância do desenvolvimento econômico de forma sustentável, conforme disposto em seu Artigo 2º:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade humana (Brasil, 1981).

A mesma lei institui o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), responsável por estabelecer a PNMA por meio de resoluções, moções, recomendações e proposições (MMA, 2023). Através do CONAMA, foi promulgada a Resolução nº 10/1988, que define as APA's, conforme descrito em seu Artigo 1º:

APAs são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais (Brasil, 1988).

A Resolução ainda infere em seu Art.2º e Parágrafo Único que: “visando atender aos objetivos, as APAs terão sempre um zoneamento-ecológico-econômico”, o qual “estabelecerá

as normas de uso de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras” (Brasil, 1988).

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) é reconhecido como um instrumento de gestão territorial, utilizado para dividir um território em setores ou zonas, levando em consideração suas particularidades e características. Isso inclui a fragilidade dos ecossistemas, a importância ecológica de determinadas áreas e a distribuição das atividades econômicas (Silva; Martins, 2021). Além disso, o ZEE “estabelece restrições, vedações e alternativas para a exploração do território”, com o objetivo de promover a “sustentabilidade ecológica, econômica e social, auxiliando na tomada de decisões por parte dos agentes públicos e privados em relação a planos, programas e atividades que envolvam o uso de recursos naturais, tanto diretamente quanto indiretamente” (Brasil, 2002).

Atualmente, as APA's são uma das sete categorias que compõem o grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, conforme estabelecido pela Lei nº 9985/2000, que instituiu o SNUC. O Artigo 15º desta lei trata das APA's, definindo-as como:

[...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Brasil, 2000).

Dessa forma, as APA's sendo uma categoria de UC, tem como uma das suas obrigações legais, de acordo com o SNUC, a elaboração de PM's como a principal ferramenta de gestão das UC's (Bernardi *et al.*, 2020). Assim como o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), o PM busca organizar o uso e ocupação do espaço de forma integrada aos recursos naturais. Uma característica importante dos PM's das APAs, prevista no SNUC (Art. 27, parágrafo 2º), é a participação da população residente no interior da UC na elaboração, atualização e implementação do PM. Isso visa integrar os conhecimentos locais nas decisões e proporcionar uma interpretação mais detalhada das particularidades do território (Brasil, 2000).

Fica evidente que as APA's possuem ferramentas administrativas cujo objetivo é conciliar os processos de ocupação humana com a conservação da natureza, promovendo o uso racional de seus recursos. Portanto, as APA's são instrumentos de política ambiental com foco no desenvolvimento sustentável. No entanto, o processo de planejamento e gestão dessa categoria de UC enfrenta diversas dificuldades, começando pela ausência de PM's em grande parte das APA's do Brasil (MMA, 2024). Além disso, há escassez de recursos humanos e financeiros para administrar suas extensas áreas, e existe resistência às mudanças do atual

modelo econômico em direção a um modelo mais sustentável, em um território com uma ampla gama de atividades humanas que interferem nos recursos naturais em seu interior (Martins; Dias, 2017; Carvalho *et al.*, 2019; Carvalho *et al.*, 2022).

Mesmo que existam problemas evidentes, mesmo aqueles ocasionados pela própria existência do PM, como a falta de eficácia na fiscalização e no cumprimento das normas estabelecidas, bem como restrições ao acesso aos recursos naturais e interferência nas práticas culturais de comunidade tradicionais (Soares, 2019), a inexistência de um documento orientador aumenta a vulnerabilidade aos recursos naturais e enfraquece seu objetivo central das APA's, a qual visa promover uma perspectiva sustentável de produção por meio da integração entre atividades humanas e conservação ambiental (Lima *et al.*, 2012; Prado *et al.*, 2019; Tofeti; Campos; 2019).

Essa característica das APA's, que busca o desenvolvimento socioeconômico em harmonia com os preceitos ecológicos, as distingue das demais UC's no Brasil, devido à complexidade para se encontrar soluções para os diversos desafios que operam dentro de seus limites e envolvem diversos setores da sociedade. A busca pela sustentabilidade requer ações que promovam o meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantam o aumento da eficiência na produção e no consumo, além de integrar soluções que abordem o combate à pobreza e promovam a justiça social. Em suma, as APA's podem ser incorporadas ao contexto de governança pública, uma vez que representam um modelo de UC que promove a interconexão entre as dimensões econômica, social e ambiental na busca por um padrão de desenvolvimento sustentável ao longo do tempo e melhoria das condições humanas em todos os seus aspectos, com uma abordagem coletiva, coerente e integrada (Zeifert *et al.*, 2020; Souza *et al.*, 2022).

2.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A percepção ambiental abrange a forma como indivíduos e comunidades se relacionam, interpretam e agem em relação ao meio ambiente conforme destacam Cavalcante *et al.* (2021). Os autores apontam que esse conceito ultrapassa a observação física do espaço, abrangendo dimensões afetivas, cognitivas e éticas que moldam as interações humanas com o ambiente. É por meio da percepção ambiental que se compreendem as interações entre o "eu" e o "outro", assim como os sentimentos e os vínculos estabelecidos com o entorno.

A complexidade do conceito torna necessária uma abordagem transdisciplinar, como apontam Paoli e Rumenos (2020). A percepção ambiental emerge de processos que combinam informações sensoriais, captadas pelos cinco sentidos, com habilidades cognitivas, como memória, raciocínio e atenção. Além disso, ela é mediada por fatores socioculturais, históricos e ideológicos, que conferem singularidade às interpretações de cada indivíduo. Diferentes campos do conhecimento como Geografia, Psicologia, Sociologia e Filosofia, contribuem para a compreensão desse fenômeno, abordando questões que vão desde as bases topofílicas da percepção até suas dimensões éticas e estéticas.

Assis *et al.* (2020), pela ótica da neurociência, reforçam que a percepção é um processo mental e individual, que alia estímulos captados pelos sentidos a fatores como motivação e conduta. No entanto, para as autoras, o contexto histórico e as variáveis socioeconômicas, como gênero, idade, classe social e nível de escolaridade, também desempenham um papel crucial na formação da percepção ambiental. Assim, cada indivíduo constrói sua relação com o ambiente de maneira única, baseada em suas experiências prévias e no padrão sociocultural em que está inserido.

Historicamente, o estudo da percepção ambiental ganhou força na década de 1960, especialmente no âmbito da Geografia Humanística. Hugh Prince enfatizou a subjetividade no entendimento do espaço geográfico e Kevin Lynch propôs o equilíbrio entre homem e natureza por meio de uma visão individualizada do ambiente urbano. Já Lukermann destacou a importância do contexto histórico e cultural na percepção, enquanto William Kirk e Leonard Guelke trouxeram abordagens que uniram perspectivas fenomenológicas e críticas às análises tradicionais da Geografia (Amorim e Tárrega, 2019; Marcondes, 2001; Conceição, 2023).

Cabe destacar dentre os pesquisadores do tema, Yi-Fu Tuan (1930–2022), que consolidou o conceito de percepção ambiental ao explorar como comunidades tradicionais transformam o meio físico em "lugares", unindo história, cultura e experiência. Tuan introduziu o conceito de "topofilia", ampliando a compreensão da percepção ao incluir relações afetivas, memórias e valores culturais associados ao espaço, demonstrando que existe interpretação variada entre aquele que habita o local daquele que apenas visita e leva em consideração os aspectos estéticos e de contemplação. Para o autor, a vivência no ambiente é essencial para moldar as percepções individuais, fortalecendo o senso de responsabilidade ambiental e o cuidado com os territórios (Tuan, 2012). Isto ocorre porque cada indivíduo percebe e reage de forma diferente ao ambiente, incidindo sobre ele suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. Memória, cultura e imaginário social desempenham

papéis fundamentais na forma como as pessoas se conectam a um determinado espaço, transformando a percepção em um mecanismo que vai além do campo sensorial para abarcar experiências coletivas e valores compartilhados (Xavier, 2010; Cisotto, 2013; Ferrer, 2016, Falcão *et al.*, 2021).

Para Carvalho *et al.* (2020), a partir da percepção ambiental, as pessoas reconhecem sua inserção no meio, o que pode levar à adoção de práticas de cuidado e preservação. Essa percepção é um processo dinâmico de tomada de consciência, no qual as inter-relações entre homem e natureza são analisadas por meio de expectativas, satisfações, julgamentos e condutas, permitindo o desenvolvimento de estratégias que favorecem a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Nesse contexto, Paoli e Rumenos (2020) reforçam o papel da percepção ambiental na formulação de políticas públicas, enfatizando sua capacidade de promover mudanças comportamentais e atitudes que contribuem para a preservação do meio ambiente. Essa visão é particularmente relevante no contexto das Unidades de Conservação (UCs), onde a percepção ambiental pode ser uma ferramenta estratégica para avaliar as interações entre as áreas protegidas e as comunidades humanas (Ribeiro *et al.*, 2021)

Além disso, a percepção ambiental desempenha um papel decisivo na sensibilização das comunidades sobre a importância de práticas sustentáveis, possibilitando identificar barreiras à implementação de políticas públicas e elaborar estratégias de manejo que promovam o desenvolvimento econômico aliado à conservação ambiental. Em especial, ao valorizar as comunidades tradicionais em torno das UC's, cria-se um sentimento de pertencimento e cuidado, integrando proteção ambiental e inclusão social. Essa integração é vista como um processo interdependente, essencial para a sustentabilidade das áreas protegidas e para o fortalecimento das relações entre conservação e sociedade (Cavalcante *et al.*; Silva *et al.*; Ribeiro *et al.*, 2021).

2.3 OS CAIÇARAS E SEU TERRITÓRIO

O Brasil, devido às suas vastas proporções territoriais, abriga o maior sistema fluvial do mundo e uma diversidade de domínios morfoclimáticos que sustentam uma vasta variedade de formas de vida. Isso representa mais de 13% da biodiversidade global, conferindo-lhe o status

de um dos países mais biodiversos do planeta e uma responsabilidade não apenas para sua própria nação, mas também para a humanidade (Rezende *et al.*, 2018; Costa e Melo, 2021).

Esse cenário de riqueza natural também reflete a diversidade de povos tradicionais que habitam seu território, tornando o país notavelmente heterogêneo e extremamente diversificado no contexto cultural. Essas comunidades possuem formas próprias de organização social, fundamentadas em um vasto e minucioso conhecimento do ambiente natural que as cerca, distinguindo-se das estruturas predominantes nas sociedades urbanas e industriais (Arruda, 1999; Leff, 2001; Monge, 2012; Mendes, 2022).

Os caiçaras representam uma das diversas culturas tradicionais do Brasil, constituindo um grupo étnico particular composto por lavradores-pescadores de subsistência. Eles estão localizados em áreas costeiras da região Sul e Sudeste do Brasil, mais especificamente do sul do Rio de Janeiro até o Paraná, reconhecendo a Mata Atlântica e suas formações costeiras como seu território (Sinay *et al.*, 2019; Fernandes *et al.*, 2021; Vaitsman *et al.*, 2023).

Os caiçaras têm sua origem na miscigenação entre indígenas e colonizadores do Velho Mundo, principalmente portugueses, e posteriormente, africanos. Assim, o povo caiçara começou a se formar a partir das primeiras interações étnico-culturais entre os povos originários que já habitavam as regiões litorâneas e aqueles que chegaram posteriormente (Diegues; Viana, 2004; Ferreira; Pontes, 2022).

O termo “caiçara” tem origem no vocabulário Tupi-Guarani e refere-se ao homem que habita o litoral e pratica a pesca por meio de armadilhas construídas com galhos de árvores (Santos, 2013). De acordo com Adams (2000), o termo significa “homem do litoral”. Martinez (2021) associa a tradução a um método específico de pesca, realizado por meio de um curral de madeira (pau=caá) para capturar peixes (armadilha=içara). Correa *et al.* (2019) sugerem que a palavra está ligada às palhoças construídas nas praias para abrigar canoas e equipamentos de pesca, além de referir-se aos pescadores tradicionais que habitam o litoral centro-sul do Brasil.

Desde a infância, o caiçara tradicional está em contato com a água e, conseqüentemente, com as práticas de navegação, tornando-se habilidosos pescadores. A relação íntima entre o homem e o oceano deu origem à icônica “canoa caiçara” ou “canoa de voga”, esculpida de um único tronco à moda dos índios Tamoios. Por meio desse instrumento, dominaram a arte da pesca e garantiram a subsistência de suas famílias. Além disso, a canoa permite a mobilidade entre as próprias comunidades caiçaras e as cidades vizinhas, facilitando a comercialização do pescado excedente (Marcondes; Raimundo, 2019; Gama; Silva, 2020).

Devido ao forte sentimento de pertencimento junto aos locais onde habitam, autodenominam-se como aqueles que “nasceram e sempre viveram no litoral” e “filhos do lugar”, o que demonstra uma profunda ligação com seu território. Para os caiçaras, essa conexão está intrinsecamente ligada à natureza, uma herança indígena marcante. Através da observação e da transmissão de conhecimento de geração em geração, desenvolveram um complexo entendimento do mar, da mata, dos rios e do mangue, elementos que compõem a paisagem dos espaços que utilizam e habitam (Silva *et al.*, 2020; Oliveira, 2021; França; Oliveira, 2022). Esse contexto pode ser resumido segundo Bacharelar (2018) em seus estudos: “É no agito do mar que o caiçara se constrói, com suas canoas, remos, danças, músicas, redes e anzóis”.

No entanto, é importante destacar que os caiçaras não limitaram suas atividades exclusivamente ao mar. Uma característica marcante de sua cultura é a habilidade no trabalho agrícola no “sertão”, geralmente voltado para a subsistência. Nessa área, cultivam-se feijão, batata, cana-de-açúcar e, principalmente, mandioca para a produção de farinha. Além disso, criam-se galinhas e porcos, e são extraídos diversos recursos da Mata Atlântica, como ervas medicinais, frutos, madeira e a caça. Esses hábitos cotidianos dos caiçaras representam uma singularidade desses povos, pois envolvem práticas materiais e imateriais que estão intimamente ligadas tanto ao mar quanto à terra. (Diegues, 2007; Campos; Paes, 2019; Martinez, 2021).

São reconhecidos também como um povo pacífico por excelência e por cultivarem fortes laços sociais entre os membros das comunidades. Características típicas de sua cultura incluem relações como vizinhança, partilha, camaradagem, mutirão e auxílio, que geralmente envolvem o reconhecimento do espaço ocupado por cada família, a divisão do excedente agrícola e ajuda mútua em atividades como caça, colheita e reparação de casas (Diegues, 2005; Santos, 2020). Dessas relações solidárias surgiu o “fandango”, uma festividade típica dos caiçaras, promovida pelo “dono da casa” como forma de retribuição às pessoas que colaboraram nos mutirões. Essas festividades ocorriam ao final dos dias de trabalho e muitas vezes não tinham hora para acabar (Sanches, 1997; Santos *et al.*, 2020).

Reconhecendo a importância dos povos tradicionais, foi promulgado em 2007 o Decreto nº 6.040, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). No seu Artigo 3º, Inciso I, página 1, o decreto define o que considera como comunidade tradicional:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos

naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

O reconhecimento jurídico dos povos tradicionais também foi assegurado pela Constituição de 1988, em sua Seção II - Da Cultura. Nos Artigos 215, 216 e 216-A, a Constituição defende o patrimônio cultural brasileiro e suas diversas formas de criação, expressão e vivência (Brasil, 1988). Além disso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reafirma a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais dos povos indígenas e tribais. No Brasil, essa convenção foi ratificada pelo Decreto nº 10.088/2009 (Brasil, 2009). Adicionalmente, a Portaria nº 89/2010 (Brasil, 2010) disciplina “a utilização e aproveitamento dos imóveis da União em benefício das comunidades tradicionais, com o objetivo de promover a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis nas áreas marítimas e fluviais, voltados para a subsistência dessas populações”.

A nível estadual, no Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 2.3933/1995 garante que:

às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, tenham o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei (Rio de Janeiro, 1995).

E, de forma mais específica considerando os caiçaras, a Lei Estadual nº 3.192/99 (Rio de Janeiro, 1999) autoriza e reconhece o “direito real de uso sobre a propriedade aos pescadores artesanais que estejam ocupando suas terras”, bem como a emitir-lhes os títulos correspondentes e assumir, junto aos órgãos federais competentes, a regularização da ocupação, sem custos para os pescadores.

Os caiçaras ainda vivem em relativo isolamento geográfico, porém assimilaram em seu contexto de vida as mudanças que operam os sistemas socioeconômicos e mais recentemente, os socioambientais. Esse contato com as mudanças envolvendo os processos de “desenvolvimento”, fez com que os caiçaras vivessem “dias de abundância e prosperidade”, destacando o início do período colonial, depois com a exportação de café junto aos portos do litoral paulista e, mais recentemente, na metade do século XX, com o a abertura de estradas. Destaca-se para este último momento que, a construção de rodovias, propiciou aproximação comercial entre cidades, principalmente as que estavam situados no eixo Rio de Janeiro/São

Paulo, desencadeando um rápido processo de urbanização que garantiu as principais transformações nos locais de origem desses povos e, conseqüentemente, sobre eles próprios, promovendo um verdadeiro etnocídio (Garrote; Diegues; Viana, 2004; Adams, 2000; Martinez, 2021).

Com o contexto de "ampliação do desenvolvimento do capital no litoral", promovido pelo governo militar na década de 1960, a construção da rodovia BR-101 desencadeou uma série de transformações na região. Isso estimulou o surgimento de diversas atividades econômicas, desde o aumento do turismo até a instalação de terminais petrolíferos e usinas nucleares. No entanto, essa influência de uma sociedade urbano-industrial sobre as comunidades tradicionais provocou mudanças significativas em seu modo de vida. As pressões dos novos modelos econômicos modificaram as funções e atividades sociais, impondo novos valores ambientais e culturais às comunidades locais (Candido, 1987; Sansolo, 2002; Martins, 2021).

Com a abertura dessas vias de acesso, a região litorânea do sudeste brasileiro testemunhou um intenso movimento de especulação imobiliária e transformação da paisagem. Esse fenômeno desencadeou inúmeras disputas pela posse de terras e desafios ambientais que ainda hoje ameaçam a preservação da cultura dos povos tradicionais. Diante desse cenário, surgiram histórias marcantes de luta e resistência dos caiçaras, que buscam proteger seu direito de permanecer em seus territórios ancestrais e preservar viva a memória de sua terra e de seus costumes (Simão; Riso, 2019; Assis; Neto Assis, 2020).

É crucial considerar que o conceito de "progresso" e os chamados "períodos de desenvolvimento" estão intrinsecamente ligados ao modelo capitalista, o que frequentemente diverge com a realidade existencial de muitas famílias caiçaras. Apesar das influências externas e das transformações culturais ocorridas ao longo do tempo, os caiçaras historicamente atribuíram valor às suas terras com base em seus contextos históricos, afetivos e de sobrevivência. Conforme destacado por Sanches (2004): "a terra sempre foi um lugar de moradia, de produção e reprodução sociocultural, e não um bem sujeito a especulação comercial; a terra é um espaço de trabalho, não de especulação." Da mesma forma, Diegues (2019) descreve a relação dos povos tradicionais com um "simbolismo do mundo não material", que se distingue das dinâmicas predominantes nas sociedades urbanas e urbano-industriais.

Essas terras litorâneas de beleza singular onde vive o caiçara têm atraído a atenção de diversos empreendedores e despertado a cobiça daqueles que vistam seus territórios. Essa

conjuntura deu origem aos principais problemas de degradação ambiental e ao início de uma série de intensos conflitos com grileiros. Esses oportunistas, por meio de contratos de comodato fraudulentos, induziam os caiçaras a assinarem documentos que supostamente garantiam a posse da terra, quando na verdade a propriedade nunca lhes pertencera. Esse cenário resultou na remoção forçada de muitas famílias tradicionais que ali estavam estabelecidas, e mesmo hoje, aqueles que resistiram continuam a enfrentar ameaças que comprometem seus modos de vida. Os pedidos de reintegração de posse, frequentemente impulsionados por interesses econômicos externos, são uma constante fonte de preocupação para essas comunidades, como evidenciado por estudos como os de Cavalieri e Lourival (2003) e Oliveira e Gouveia (2019).

Considerando os desafios globais emergentes decorrentes da crescente pressão exercida pela sociedade sobre o meio ambiente, especialmente no que se refere à proteção da biodiversidade, a busca por soluções se tornou uma empreitada de grande complexidade. Nesse contexto, a criação de UC's emerge como uma das estratégias fundamentais, integrando questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. Essas áreas protegidas desempenham um papel crucial na preservação dos ecossistemas e na promoção do uso sustentável dos recursos naturais, visando garantir não apenas a conservação da biodiversidade, mas também o bem-estar das comunidades humanas que dependem desses recursos (Monge, 2012; Costa, 2018; Alexim; Lopes, 2022).

Nessa perspectiva, no ano de 1983, por meio do Decreto Federal nº 89.242/1983, foi estabelecida na península da Juatinga a APA de Caiçu. Os objetivos dessa APA são “assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema”.

Além disso, em 1992, sobrepondo-se à área da APA de Caiçu, foi instituída a REEJ por meio do Decreto Estadual nº 17.981/1992. Este decreto considera:

ser impostergável preservar o ecossistema local, composto por costões rochosos, remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas e mangues que, em conjunto com o mar, ao fundo, forma cenário de notável beleza, apresentando peculiaridades não encontradas em outras regiões do Estado (Brasil, 1992).

Ainda, em seu Art. 4º, p.01, o Decreto objetiva “fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas”.

Autores como Fajardo (1984), Brito (2003) e Vianna (2008) destacam a importância das UC's mencionarem em seus decretos, de forma específica, a necessidade de preservarem áreas

tradicionalmente ocupadas por povos nativos. Isso porque valorizar os saberes populares desses povos resulta na proteção da biodiversidade, apesar de, historicamente no Brasil, a regulamentação de áreas protegidas tender a enfatizar objetivos centrados na conservação ambiental, muitas vezes ignorando as narrativas que expressam as práticas cotidianas das comunidades estabelecidas dentro dos limites das UC's (Diegues, 2019; Neto; Jacobi, 2021; Pinto; Barbosa, 2022).

É diante de um cenário desafiador que o caiçara busca se estabelecer, sendo para além de um símbolo da história etnográfica do Brasil, para também influenciar os rumos que irão seguir a conservação ambiental e as lutas que envolvem o direito de existir e permanecer frente as pressões do atual modelo econômico.

2.4 ÁREA DE ESTUDO

2.4.1 APA DE CAIRUÇU

A APA de Cairuçu é uma UC de Uso Sustentável de âmbito federal, criada em 27 de dezembro de 1983 pelo Decreto Federal nº 89.242 e está vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao MMA (Brasil, 1983; ICMBio, 2023).

Localizada na região sul fluminense da Costa Verde, no município de Paraty/RJ, a APA de Cairuçu abrange uma área de 34.690,72 hectares, que inclui áreas costeiras e 63 ilhas. É reconhecida pela combinação de belezas naturais, alta biodiversidade e atrativos históricos. Seu Decreto de criação destaca essa particularidade, enfatizando o objetivo de proteger a diversidade biológica, os recursos hídricos e as comunidades tradicionais caiçaras, além das paisagens de grande beleza cênica (Brasil, 1983; MT, 2023).

Além disso, a UC está completamente inserida no domínio morfoclimático da Mata Atlântica, uma formação natural com um alto grau de endemismo e que também é uma das mais

ameaçadas do mundo, sendo considerada, por isso, um *hotspot*³ de biodiversidade (Cunha *et al.*; 2019; SOSMA, 2023).



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 8: A APA Cairuçu apresenta diversos locais de grande beleza cênica. (a) Mirante em Cairuçu das Pedras. (b): Vista do alto da trilha Praia do Sono-Antigos. (c): Vista do Saco do Mamanguá, no alto do Pico do Pão de Açúcar. (d): Estuário da praia do Sono.

Fonte: dos autores, 2024.

Devido as elevadas temperaturas médias ao longo do ano e a presença marítima, a região possui alta umidade. Associado às encostas da Serra do Mar, as quais apresentam alta declividade e alturas que podem ultrapassar os 1000 m de altitude, tem-se uma barreira natural que resfria toda essa umidade e provoca períodos de chuvas regulares durante todas as estações do ano. Essas particularidades geográficas deram origem a ecossistemas típicos do domínio Mata Atlântica, como as formações florestais ombrófila densa e paludosa, restinga, brejos,

³ Termo que se refere a áreas do mundo que apresentam altas concentrações de espécies endêmicas e que habitam locais que sofrem perdas excepcionais devido a ações antrópicas (Myers, 2000; Branco *et al.*; 2021; Ribeiro e Rocha, 2022).

costão rochoso, praias e um dos manguezais mais bem preservados do litoral fluminense (Jung-Mendaçolli; Bernacci, 2001; PM; Wolff *et al.*; 2018; Oliveira, 2020; ICMBio, 2023).

A partir do início do processo da colonização europeia, as concentrações populacionais no Brasil se estabeleceram nos locais de ocorrência da Mata Atlântica. Aproximadamente 70% da população encontra-se distribuída no bioma, e essa ocupação tornou a Mata Atlântica bastante fragmentado, restando apenas 24% da sua formação, da qual boa parte encontra-se degradada⁴. No entanto, é desses remanescentes que 80% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são gerados e de onde os serviços essenciais para a manutenção do contexto socioeconômico do país ocorrem, como o abastecimento de água, regulação climática, agricultura, pesca, energia elétrica e turismo (Santos; Garrote, 2022; SOSMA, 2023).

No estado do RJ, apenas 17% da sua área total abrigam remanescentes da Mata Atlântica e, desse valor, apenas 1/3 está protegido dentro de UC's (Salim, 2021). Isso evidencia a necessidade urgente do estado em promover ações voltadas a conservação ambiental dos fragmentos que existem e estão desprotegidos, assim como melhorar a gestão das UC's existentes que atuam nesse cenário (Rangel; Sinay, 2019).

Estudos realizados na APA de Cairuçu, conduzidos por Costa *et al.* (2019), destacam a relevância desse contexto ao identificar o maior número de espécies de morcegos ameaçadas de extinção em nível nacional dentro da UC, mesmo que esse grupo seja um dos mais bem amostrados para o estado do RJ. Gomes *et al.* (2004), enfatizam que a APA de Cairuçu é estratégica para a conservação da biodiversidade uma vez que sua área se sobrepõe e interliga a REEJ e o Parque Nacional da Bocaina (PNSB), formando um corredor ecológico.

⁴ Segundo a SOS Mata Atlântica, apenas 12,4% do que existe do bioma encontra-se são consideradas florestas maduras e bem conservadas.

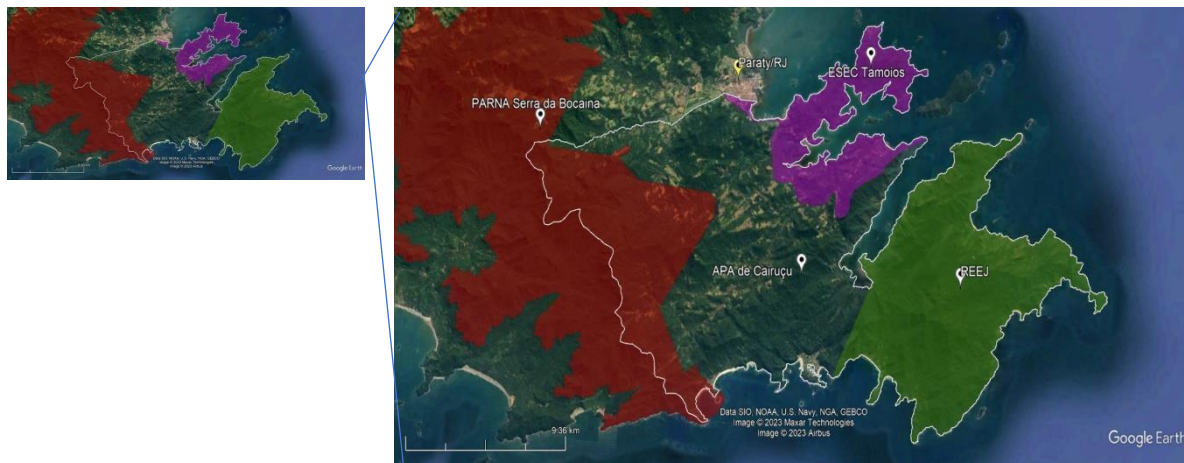


Figura 9: Mapa de localização, das principais UCs na península da Juatinga. Em vermelho, o PNSB, o traçado em branco a APA de Cairuçu (continental), em verde a REEJ e em roxo, a ESEC Tamoios (continental).
Fonte: ICMBio e INEA, 2023 (adaptado pelo autor).

Além do aspecto ambiental, a APA de Cairuçu compreende 40% do município de Paraty, cuja principal atividade econômica é o setor de turismo, responsável por concentrar 80% do seu PIB em atividades de hospedagem, alimentação e transporte. Essa realidade expõe o local a pressões antrópicas do segmento, destacando a especulação imobiliária. Apesar do turismo contribuir para a geração de empregos local, historicamente esse setor tem sido uma fonte de conflitos, muitas vezes “empurrando” a comunidade local para o interior em detrimento dos interesses das grandes empresas, as quais buscam instalar *resorts*, hotéis, pousadas, restaurantes e outros empreendimentos turísticos na região (Gomes *et al.*, 2004; Fontes, 2013; Trentin; Silva, 2020).

A APA de Cairuçu também se destaca no âmbito sociocultural, uma vez que abrange territórios ocupados por comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e caiçaras. Essas comunidades habitam a região da península da Juatinga há muitas gerações, vivendo em relativo isolamento geográfico e em profunda interação com a natureza. Para eles, o mar e a terra representam uma referência única, e o uso dos recursos naturais desses ambientes no cotidiano moldou hábitos particulares que consolidaram sua identidade cultural (Monge, 2013; Machado *et al.*; 2020; Silva, Pinto, 2022).



(a)



(b)

Figura 10: O modo de vida tradicional caiçara é uma característica marcante na APA de Cairuçu. (a): Pescador caiçara trabalhando a rede de pesca e embarcação chegando com turistas. (b): Barco de pesca na praia da comunidade de Ponta de Negra.

Fonte: dos autores, 2024.

2.4.2 RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA –REEJ

A REEJ é uma área ambientalmente protegida localizada dentro dos limites da APA de Cairuçu, sob a responsabilidade administrativa do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Criada pelo Decreto nº 17.981, de 30 de outubro de 1992, pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, a REEJ tem caráter *non aedificandi*⁵ e seu principal objetivo é preservar o ecossistema local em seus 9.959,64 hectares. Composto por costões rochosos, remanescentes de Mata Atlântica, restingas e manguezais, o cenário da REEJ, em conjunto com o mar ao fundo, apresenta uma notável beleza e peculiaridades que a distinguem de outras regiões do Estado (Brasil, 1992; INEA, 2023).

Seus limites têm início no Porto do Sono, situado ao fundo do Saco do Mamanguá, uma das diversas reentrâncias ao longo da costa da Baía da Ilha Grande. De modo singular, esse vale foi inundado pelo aumento do nível do mar durante o período Holoceno (Melo; Marangoni, 2021), formando uma baía estreita com 10 km de extensão, o que lhe conferiu o título de "fiorde" brasileiro. Essa designação se deve à semelhança de sua paisagem com os fiordes característicos dos países escandinavos e do norte do globo (Martins *et al.*, 2017). A partir desse ponto, os limites seguem contornando toda a costa continental até alcançar seu término

⁵ Do latim, significa “espaço onde não é permitido construir”.

próximo à Cachoeira do Cocal, na Praia do Sono, onde o perímetro se encerra, estabelecendo-se uma linha reta imaginária que conecta os pontos de referência citados no início e no fim (Brasil, 1992).

A REEJ é uma modalidade de área protegida que atendia aos conceitos determinados pela Lei Federal nº 6.938/81, porém, foi extinta e substituída pela criação do SNUC pela Lei Federal nº 9.985/00. O SNUC, nesse sentido, em seu Art. 55, prevê que as Unidades de Conservação criadas com base em legislações anteriores à sua criação e que não se enquadrem nas categorias previstas em seu conteúdo devem ser reavaliadas, no todo ou em parte, para se adequarem à legislação em vigor. Isso implica em um novo enquadramento e recategorização para a área protegida que se encontre nesse contexto (Brasil, 2000).

Esse processo de recategorização da REEJ ainda não ocorreu e enfrenta diversas dificuldades para sua consolidação. Destaca-se, nesse contexto, a insegurança fundiária nos territórios habitados pelos caiçaras, que ameaça o direito dessas comunidades sobre uma terra à qual estão intrinsecamente ligados, gerando "espaços de incertezas", como aponta Sathler (2010). A complexidade em lidar com várias questões de interesse dos atores locais requer uma análise detalhada para discutir e compreender, da melhor maneira possível, questões centrais que venham a definir a tipologia e os objetivos mais adequados junto os modelos de unidades de conservação propostos pelo SNUC, a titularidade das terras (pública, privada ou ambas) e os modos de gestão dessa área (Cavaliere, 2003).

No intuito de definir uma categoria para REEJ, em 2010 o INEA contratou uma empresa de consultoria para elaborar um estudo que abordasse a problemática e sugerisse uma solução quanto a recategorização. A empresa apresentou três cenários distintos, mas que, de modo comum, propunham um mosaico de UC's dentro da mesma área. As categorias consideradas foram: (i) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), (ii) Área de Proteção Ambiental (APA) e (iii) Parque. A estratégia visa proteger de forma mais restritiva, por meio de uma UC de Proteção Integral (Parque), as áreas mais altas, as costeiras e praias onde os caiçaras não habitem ou que estejam ameaçadas pelos interesses de grandes empreendimentos, propiciando também o aumento das áreas destinadas a preservação. E, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, criando unidades de uso sustentável (RDS e APA), propiciando o uso mais diversificado dos recursos naturais, desde que essas ações no local sejam direcionadas ao desenvolvimento sustentável, incluindo as atividades de turismo, uma demanda crescente e atualmente vivida pelos caiçaras, (Brasil, 2000; Monge, 2013; Ribeiro *et al.*, 2022).

Esse estudo teve objeções, destacando a falta de menção sobre possibilidade de criação de uma Reserva Extrativista (RESEX), apesar de existirem localidades que apresentam as principais características dessa categoria, conforme aponta Cavalieri (2003). A RESEX também é uma categoria de Uso Sustentável, assim como a RDS, e tem como objetivo principal a proteção do modo de vida das populações tradicionais, que exploram diretamente, de forma sustentável, os recursos naturais para sua subsistência, como a coleta de frutos, a pesca e a caça (Brasil, 2000).

As riquezas dessa região extrapolam seus aspectos ambientais e paisagísticos. Incluem a presença de uma cultura genuinamente brasileira, a qual detém uma percepção particular sobre seus "lugares e saberes" estabelecida a partir da sua relação com a natureza. Isso sugere que a proteção da biodiversidade local está diretamente relacionada à existência desses povos. Dessa forma, considerar a participação efetiva dos caiçaras nos processos de recategorização da REEJ, assim como atribuir-lhes o direito de atuarem na gestão dessa área, tanto de maneira consultiva quanto deliberativa, evita a permanência de uma postura meramente quantitativa de criação de UC's, assim como da manutenção de uma ideologia neocolonizadora, assegurando a independência decisória desses povos quanto ao seu território (Diegues, 2004; Lobão, 2010; Santos, 2012; Monge, 2013; Caldasso, 2015).



(a)



(b)

Figura 11: Locais de grande beleza cênica e existência de comunidades tradicionais caiçaras definem a REEJ.

(a): Comunidade caiçara da praia de Ponta Negra. (b): Arte caiçara, fazendo referência a sereia (figura mitológica marinha) e estabelecendo a relação desse povo com o mar.

Fonte: dos autores, 2024.

2.4.3 A TRAVESSIA DA JUATINGA

A travessia da Juatinga é uma caminhada ousada, uma trilha de longo percurso considerada de nível difícil que percorre a península⁶ da Juatinga. Seguir por esses caminhos é se lançar numa jornada que celebra a ligação entre homem e natureza, um legado compartilhado pelos caiçaras, os guardiões dessa terra repleta de praias, cachoeiras, piscinas naturais, mirantes, picos, manguezais, cavernas e estruturas subterrâneas que abrigam vestígios da ocupação humana que datam 4.000 anos atrás (Silva *et al.*, 2022; RedeTrilhas,2023).



(c)



(d)



(e)



(f)

⁶Dic. porção de terra de certa extensão, cercada de água por todos os lados, salvo por um, através do qual se une a uma área maior de terreno.



(g)

(h)

Figura 12: Registros dos pesquisadores na Travessia da Juatinga. (a): Selmo na trilha da praia da Sumaca. (b): Selmo no Farol da Juatinga. (c): Poços naturais ao longo das trilhas. (d): Trilhando a Mata Atlântica; (e): Selmo descansando na trilha antes da visita a comunidade do Saco das Anchovas. (f): Visões da costa ao longo do trajeto que compõem a Travessia da Juatinga; (g): interior da Mata Atlântica; (h): Selmo registrando a exuberância da floresta.

Fonte: do próprio autor, 2023.

Essa experiência tem como palco um dos trechos de Mata Atlântica mais bem preservados do país, sendo a sua fitofisionomia classificada como Ombrófila Densa, cobertas por florestas primitivas composta por diversas espécies vegetais, muitas delas raras a qual esta associada a uma rica biodiversidade fauna, alguns de especial interesse para a conservação, como o muriqui (*Brachyteles arachnoides*), considerado criticamente ameaçado pela IUCN (Talebi *et al.*, 2019; Moura, 2023).



(a)



(b)



(c)

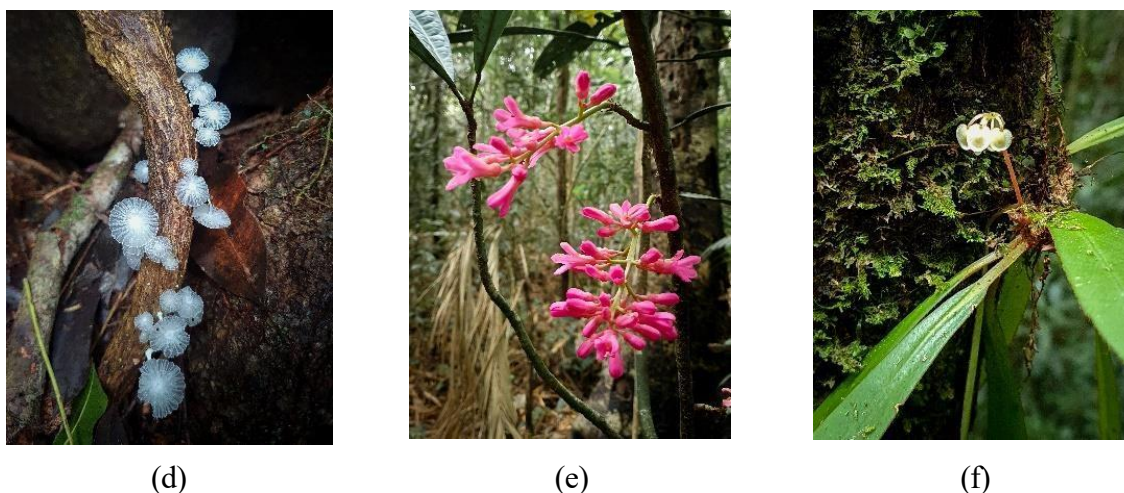


Figura 13: Remanescente de Mata Atlântica do local da pesquisa. (a): *Heliconia angusta* Vell. (b): *Renealmia alpinia* (Rottb.) Maas, (c): *Heliconia angusta* Vell.; (d): Fungos encontrados na trilha. (e) e (f): Orquídeas (Orchidaceae) encontradas ao longo da trilha.
Fonte: dos autores, 2024.

Os caminhos que constituem a travessia em si, e também suas trilhas adjacentes, têm suas origens ecoando através do tempo, uma rota marcada pelos passos dos indígenas, pelos suspiros dos escravos e pela resistência caiçara. Até o século XIX, as trilhas foram um dos principais meios de deslocamento terrestre dos povos (Lima *et al.*, 2023). Esses caminhos influenciaram a possibilidade de estabelecimento na região, promovendo uma interação entre as comunidades localizadas em diferentes pontos e facilitando o acesso a áreas da floresta e praias, de onde se obtêm uma variedade de recursos naturais.

Ligando Paraty-Mirim a Vila do Oratório, localidades inseridas dentro dos limites políticos do município de Paraty/RJ, a travessia tem distância aproximada de 58 km, que podem ser percorridos majoritariamente a pé. No entanto, seguindo trilhas adjacentes ao trajeto principal considerando, por exemplo, a visita ao Pico do Pão de Açúcar, ao farol da Juatinga, a Cachoeira do Saco Bravo ou o Pico da Jamanta, a distância percorrida pode atingir os 75 km.

Diversos núcleos comunitários caiçaras se estabeleceram ao longo da rota, podendo citar as comunidades de Paraty-Mirim, do Curupira, do Mamanguá, do Baixio do Mamanguá, do Cruzeiro, da Ponta da Romana, da Praia Grande da Cajaíba, de Itanema, Calhaus, Pouso da Cajaíba, Martins de Sá, Sumaca, do Saco da Sardinha, do Saco Claro, da Ponta da Juatinga, do Saco das Anchovas, de Cairuçu das Pedras, de Ponta Negra, da Praia do Sono e de Laranjeira (PM, 2018; Maciel, 2023).



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 14: Algumas localidades registradas na travessia para a coleta de dados da pesquisa. (a) e (b): Exemplos das diversas placas indicativas ao longo das trilhas. (c): Praia da Sumaca e a sua única casa, onde também vive isolado o seu único morador; (d): Crianças caiçaras brincando sob o tamarindo (*Tamarindus indica* L.) na comunidade de Pouso da Cajaíba.

Fonte: dos autores, 2024.

Alguns trechos podem ser realizados de barco dependendo da logística considerada, o que torna o modo de deslocamento bastante restrito (a pé ou embarcado) e permite uma vivência em locais mais isolados, em constante contato com uma natureza preservada. Isso faz com que os pontos turísticos de visita sejam considerados paradisíacos, de beleza singular, onde a exuberância da Mata Atlântica se apresenta, tornando o local potencialmente interessante para a prática do turismo de aventura, o qual já vem fazendo parte da realidade das comunidades locais e vem se consolidando como uma fonte de geração de renda para os caiçaras (Barros; Rodrigues, 2019; Rodrigues *et al.*, 2022; Wikiloc, 2023).



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 15: Principais formas de acesso as comunidades da península da Juatinga: de barco ou por trilha. (a), (b): Os barcos mostram-se os principais meio de deslocamento dos caiçaras. (c): Trilha interna dentro da comunidade de Pouso da Cajaíba. (d): Pesquisador Selmo descansa sobre uma grande raiz que atravessa a trilha.
Fonte: dos autores, 2024.

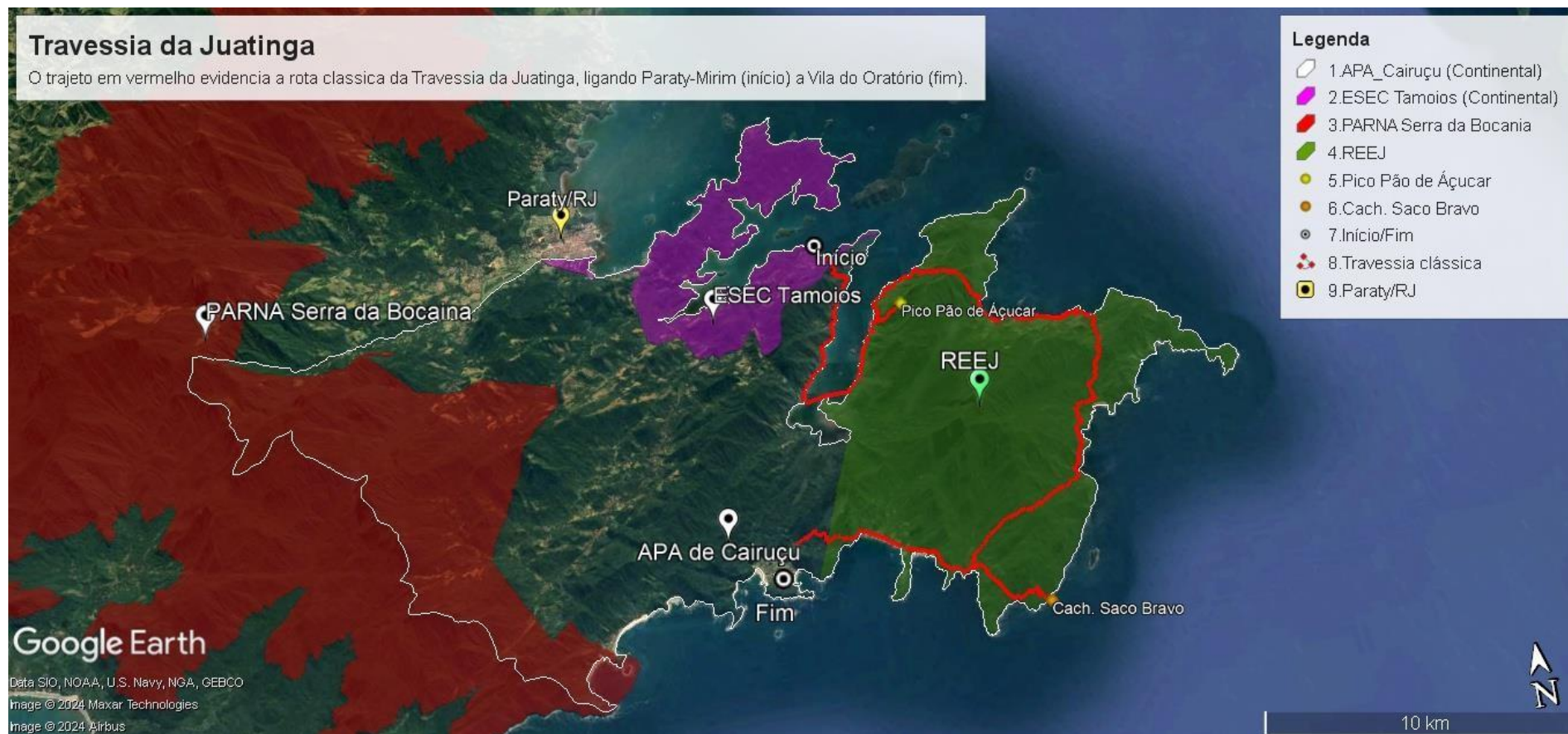


Figura 16: Áreas protegidas na região da área de estudo e o trajeto clássico da Travessia da Juatinga, considerando a visita ao Pico do Pão de Açúcar e a Cachoeira do Saco Bravo (traçado em vermelho).

Fonte: *Google Earth Pro*, 2023 (adaptado pelo autor).

Com os avanços do desenvolvimento, o local tornou-se mais acessível e, consequentemente, mais visitado. Num lugar representado por uma geografia exuberante, onde cada praia, cada cachoeira, cada paisagem se desdobram como um convite a contemplação, o turismo avançou a passos largos. Isso fez da região um dos polos turísticos do país com alcance internacional, tornando esse setor uma das principais forças econômicas da região (SEBRAE, 2016; Chaves; Silva, 2022; Manes; Lopes Junior, 2024).

A exploração dos caminhos que conformam a Travessia da Juatinga como atividade turística, é um dos exemplos que reflete o crescimento desse setor na região. Apesar dos benefícios da ampliação de variedades de fontes de renda junto as comunidades, esses locais de trânsito possuem fragilidades quanto ao seu uso e precisam ser planejados de forma cuidadosa, minimizando os efeitos dos impactos negativos decorrentes da atividade. Por exemplo, a presença de turistas ao longo das trilhas pode provocar alteração e/ou destruição sobre *habitats* utilizados pela fauna e flora local, inibindo práticas comportamentais de certos animais ou impedindo a regeneração natural de plantas devido a compactação do solo ou pelo pisoteio (Rangel *et al.*, 2014; Rocha *et al.*, 2020).

Além do aspecto ambiental, é relevante considerar as influências externas sobre o modo de vida tradicional que ocorrem frente as interações com os turistas. É crucial que estratégias voltadas para a preservação das tradições, costumes, valores do modo de vida caiçara sejam implementadas, evitando um processo de aculturação, onde o indivíduo e, por consequência, a comunidade, perdem sua identidade cultural (Rodrigues *et al.*, 2022).

O INEA, dentro de suas atribuições legais de administração da REEJ, onde está localizada a rota da travessia da Juatinga, aponta no Art. 4 da Resolução INEA nº61 de 04 de outubro de 2012, princípios e recomendações ao Programa Estadual de Guias de Turismo e Condutores de Visitantes. O objetivo é apoiar o desenvolvimento de atividades de guiagem nos parques estaduais do estado do Rio de Janeiro, valorizando suas áreas naturais e proporcionando uma experiência satisfatória aos visitantes por meio de experiências que promovam a educação e interpretação ambiental junto a natureza associado a promoção do desenvolvimento social e econômico de comunidades locais (INEA, 2012).

De maneira mais específica em relação aos pontos de interesse que compõem o roteiro da travessia da Juatinga, o INEA, por meio da Resolução INEA nº 192 de 18 de dezembro de 2019, determinou procedimentos para a visita na cachoeira do saco bravo. Dentre as principais medidas estabelecidas, destaca-se a obrigatoriedade de contratação de guia ou

condutor de visitantes para visita ao local, além de estipular o limite máximo de 140 visitantes por dia, os quais devem estar em grupos. Ademais, fica proibida a prática de acampamento no local ou fora dos locais designados, sendo vetado também a entrada e permanência de animais domésticos, bem como o uso de fogo (INEA, 2019).



(a)



(b)

Figura 17: Panfletos de orientação divulgados pelo INEA. (a): Panfleto de orientação aos visitantes na REEJ. (b): Panfleto de orientação a visita à cachoeira do Saco Bravo.

Fonte: Facebook INEA (2023).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O MÉTODO CIENTÍFICO ETNOGRÁFICO

A busca pelo conhecimento é intrínseca ao ser humano, sendo natural a inquietude em compreender os diversos processos que envolvem a sociedade, as relações humanas e os fenômenos da natureza. A partir das experiências sensoriais com o ambiente, as ideias tiveram sua origem. É por meio desse comportamento que surgem as teorias, crenças, a arte, a poesia, a fé, as mitologias e inúmeras manifestações que se caracterizam a cultura. No entanto, para que uma explicação da realidade seja munida de racionalidade, a mesma força que impulsiona

o ser humano a explorar, também propicia o surgimento de uma atividade essencialmente humana: o conhecimento científico. Por meio da interação entre pensar, sentir e agir, esse conhecimento sistematiza fenômenos por meio de um método, possibilitando a investigação, o raciocínio e a experimentação, culminando na interpretação e explicação de determinado objeto de estudo (Moreira; Ostermann, 1993; Gracioso, 2019; Maia, 2020).

O método científico é, conforme descrito por Alexandre (2021), um conjunto de regras, entendimentos, formatos, caminhos e maneiras de proceder e agir. É no método científico que se fundamenta um projeto de pesquisa, o qual, de acordo com o objeto de estudo, pode ser classificada de diversas formas.

Tendo em vista que o presente trabalho envolve um estudo descritivo dos aspectos culturais associados à conservação do meio ambiente de grupo humano originário, organizado sob um arranjo social comum, denominados como caiçaras, a pesquisa enquadra-se como de viés etnográfico. Além disso, agindo *in loco*, por meio da investigação, descrição e análises de comportamentos, costumes, ideias, crenças, rituais, linguagens e outras atividades culturais compartilhadas pelos indivíduos que compõem esses grupos, a pesquisa também pode ser classificada como de caráter qualitativo-descritivo, associado a trabalho de campo (Mattos, 2011; Marietto, 2018).

As pesquisas qualitativas concentram sua atenção na linguagem, no que é expresso pelas pessoas, baseando sua interpretação no universo das narrativas. Associadas a trabalhos etnográficos, essas pesquisas tem como característica marcante o pluralismo das formas de relatos e a transição temporal, lidando com o atual modo de ser e o emergente, reconhecendo que o conhecimento é parte uma parte dinâmica e inerente a produção sociocultural das sociedades humanas (Santos, 2018; Sousa, Santos, 2020).

Dessa forma, é importante entender que os pesquisadores qualitativos devem estar interessados em ter acesso às experiências, interações e documentos em seu contexto natural, sendo eles próprios uma parte importante do processo de pesquisa. Isso se dá tanto em relação a sua presença pessoal na condição de pesquisadores, quanto em relação as suas experiências de campo e suas reflexões sobre o assunto estudado (Flick, 2004).

Considerando trabalhos de perspectiva socioambiental, como é o caso desta pesquisa, é crucial ponderar que essa dinâmica temporal é fundamental para uma análise integrada dos dados estudados, uma vez que a noção de sustentabilidade demanda uma visão de futuro. Torna-se necessário considerar a dimensão histórica, que abrange o passado, reflete o presente e

projeta o futuro, para determinar o que é desejável ou não. Assim, se desconstrói narrativas que justifiquem injustiças ambientais e, ao mesmo tempo, fortalece-se experiências empíricas, descoloniais e emancipatórias (Candioto; Nascimento, 2021).

Pesquisas qualitativas dessa natureza tendem a ocorrerem em locais de difícil acesso e, por isso, podem intensificar a interação entre o pesquisador e todo o contexto que envolve o objeto de estudo, que, em princípio, são as pessoas e o ambiente natural onde estão inseridas. Portanto, é crucial que o pesquisador evite conceitos pré-definidos sobre o que está sendo estudado e a formulação de hipóteses no início para posterior teste. Ao invés disso, os conceitos devem ser desenvolvidos e refinados ao longo do processo de pesquisa, associando a realidade local das comunidades envolvidas (Flick, 2004; Mattos, 2011).

Essa plasticidade e adaptabilidade são fundamentais para que se possa compreender, o “significado das coisas” e o “modo vida” os quais serão descritos pelo instrumento que é o pesquisador, permitindo-lhe estabelecer um enfoque indutivo e trazer a luz respostas que abordem os aspectos centrais do estudo (Neves, 1996; Nascimento, 2021).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para alcançar os objetivos específicos da pesquisa, foram conduzidas atividades de campo para a coleta de dados, empregando entrevistas semiestruturadas realizadas de forma individual junto aos membros locais das comunidades tradicionais caiçaras nas áreas investigadas (Borges, 2007; Zank, 2011; Sauini, 2019; Silveira Junior, 2020; Correa; Dorigon; Martins; Silva, 2021).

A entrevista foi estruturada em três fases distintas. Na primeira fase, foi dedicado tempo para estabelecer a abertura da entrevista com a apresentação do entrevistador, leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a clareamento de dúvidas, identificação do entrevistado e sua relação de origem com o local em estudo. Posteriormente, deu-se início à segunda fase, direcionada à coleta de informações sobre o conhecimento dos entrevistados relacionado ao uso e à aplicação dos recursos naturais em seu cotidiano. Nessa etapa, foram investigadas, por exemplo, as espécies de plantas utilizadas, as circunstâncias de uso, os métodos de preparação e os locais de obtenção. Por fim, a entrevista foi concluída com a abordagem de temas relacionados à interação dos povos tradicionais com as áreas protegidas

que atualmente se sobrepõem aos seus territórios, bem como os impactos dessa sobreposição na vida, na preservação de seus costumes e na conservação da biodiversidade local.

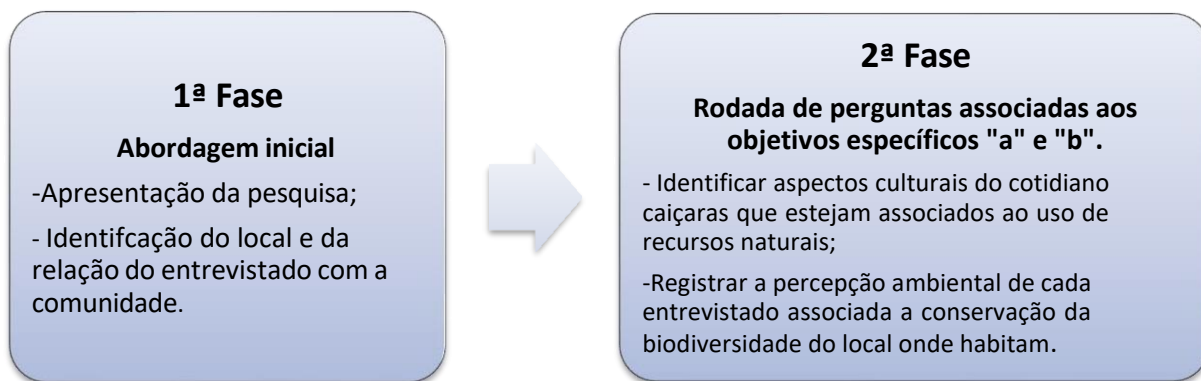


Figura 18: Fluxograma das fases das entrevistas e seus respectivos objetivos.
Fonte: dos autores, 2023.

A seleção dos entrevistados envolveu a aplicação de três métodos, os quais foram empregados de maneira conjunta ou individual, conforme as necessidades identificadas durante o trabalho de campo. Um desses métodos consistiu na seleção de (i) informantes-chave, também conhecidos como especialistas locais, os quais são reconhecidos pela comunidade como detentores de conhecimento específico (Santos *et al.*, 2019; Zappes; Di Benedetto, 2020); (ii) o método da "bola de neve" (*snowballsampling*) (Santos *et al.*, 2019; Zappes; Di Benedetto, 2020), uma técnica de entrevista científica frequentemente empregada em pesquisas qualitativas. Esse método consiste da indicação do próximo entrevistado pelo próprio participante após a conclusão de uma entrevista, dando continuidade ao processo. Essa abordagem possibilita o crescimento progressivo da amostra à medida que novos participantes são incorporados à pesquisa. A adequação da amostra é determinada pela recorrência dos nomes indicados ou pela constância das respostas apresentadas e (iii) a amostragem oportunista, na qual as entrevistas foram conduzidas em momentos oportunos que surgiram durante o contato com a população de interesse durante o processo de coleta de dados (Santos *et al.*, 2019; Zappes; Di Benedetto, 2020).

A coleta de dados foi enriquecida adotando-se, em paralelo as entrevistas, as notas de campo. Neste método o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho, sendo norteado por um olhar atento ao contexto e a tudo que acontece no espaço observável, reunindo informações que envolvem a sua experiência pessoal

direta quando em campo que visam facilitar sua análise de dados e propiciar uma discussão mais robusta da pesquisa como um todo (Rocha; Eckert, 2008; Campos; Silva; Albuquerque, 2021). Ainda nesse aspecto de enriquecimento das entrevistas, criou-se um diário de bordo, o qual apresenta similaridade com o processo de registro em notas, porém o diário apresenta caráter mais livre, cabendo em seus registros observações, comentários, reflexões, sentimentos e experiências pessoais. Os diários são espaços fundamentais para o pesquisador absorver a realidade local e encadear suas ações futuras em campo, por meio de uma avaliação das incorreções ocorridas até a reprodução de ações que foram positivas para o desenvolvimento da pesquisa (Rocha; Eckert, 2008; Campos; Silva; Albuquerque, 2021).

Também se utilizou material visual considerando a fotografia. O registro por meio de imagens representa parte da experiência do pesquisador ao desenvolvimento da pesquisa e propicia melhor capacidade de interpretação das questões que envolvem o trabalho. O uso dessa ferramenta é especialmente útil em trabalhos etnográficos e está além de ser apenas mais um instrumento de registro, possuindo uma capacidade legítima de narrar os modos de viver, as formas de sociabilidade, representações e valores humanos (Mathias, 2020; Campos; Silva; Albuquerque, 2021).



(a)



(b)

Figura 19: (a): Pesquisador fazendo suas anotações no “diário de bordo”, uma das ferramentas metodológicas utilizadas para registro de dados da pesquisa; (b): Registro fotográfico de caiçara talhando canoa a moda tradicional.

Fonte: dos autores, 2024.

O acesso às comunidades foi possível por meio de barcos ou por deslocamento a pé pela rota conhecida como “Travessia da Juatinga” durante 06 dias, efetuada pelos pesquisadores Antonio Eduardo Krepp Serrano Filho e Selmo Carlos Gonçalves. Foram visitadas 12

comunidades, as quais são reconhecidas nas Zonas Populacionais Caiçaras (ZPCA⁷) de acordo com o PM da APA de Cairuçu, seguindo a seguinte ordem de acordo com o itinerário: da Praia Grande da Cajaíba, Itaoca, Calhaus, de Itanema, de Pouso da Cajaíba, da Ponta da Juatinga, da Sumaca, de Martim de Sá, do Saco das Anchovas, de Cairuçu das Pedras, de Ponta Negra e do Sono (Figura 20 a 24). Todos os participantes receberam esclarecimentos sobre os objetivos e importância do trabalho, assim como o uso de dados às informações cedidas pelos mesmos, e também, as prerrogativas de normas e ética que devem ser respeitadas pelos pesquisadores, ressaltando que as entrevistas só ocorreram com os participantes que concordaram em participar e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 20: Registros envolvendo a coleta de dados. (a): Pesquisadores realizando as trilhas de acesso as comunidades. (b): Porto da comunidade de Ponta da Juatinga; (c): O acampamento foi o modo de pouso usado pelos pesquisadores. (d): Pesquisador visitando uma comunidade caiçara (Saco das Anchovas).

Fonte: dos autores, 2024.

⁷ Segundo o PM da APA de Cairuçu (2019), são áreas com moradias predominantemente caiçaras, suas

atividades e estrutura de apoio e serviço que integra os Territórios Tradicionais Caiçaras, reconhecidos conforme auto definição das representações das comunidades.

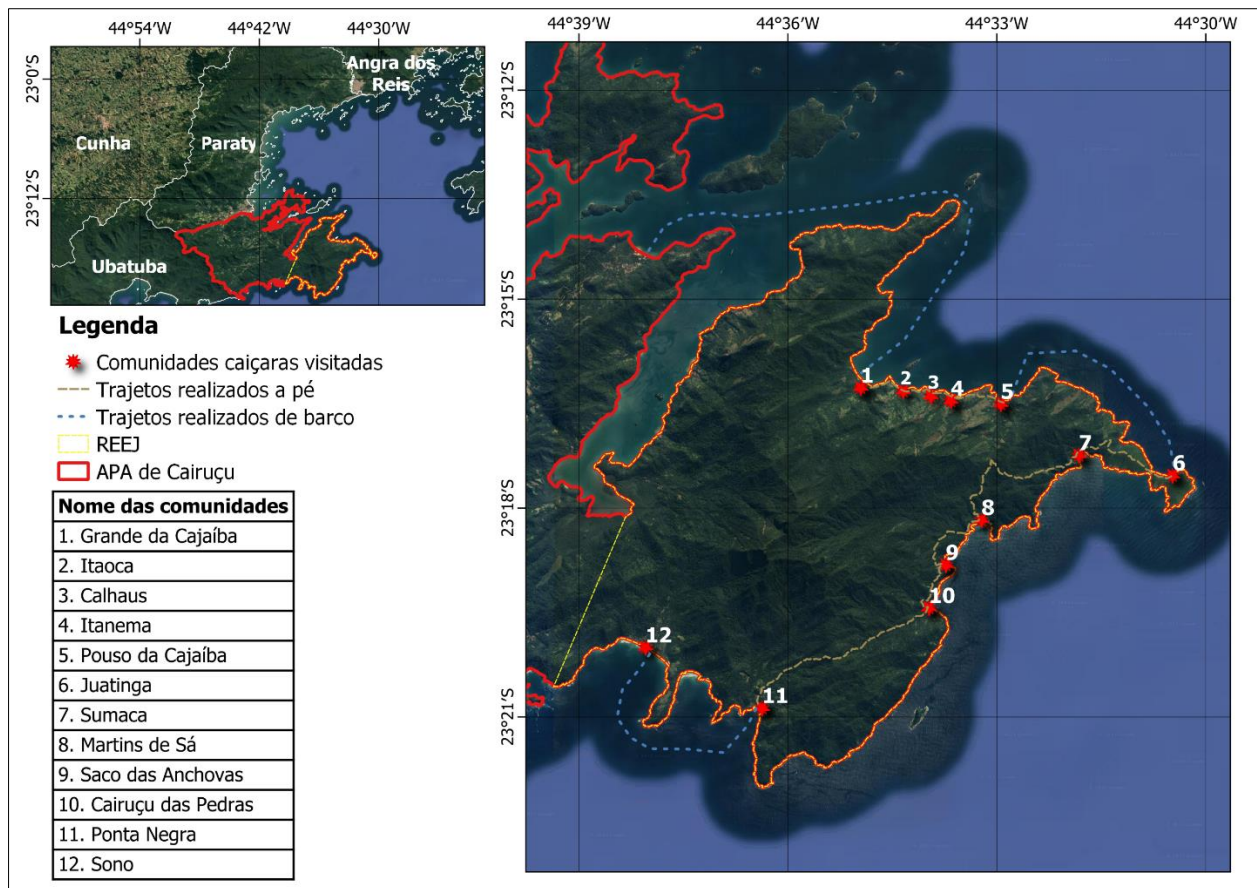


Figura 21: Mapa indicando a rota realizada pelos pesquisadores para a coleta de dados.

Fonte: *Google Earth Pro*, 2023.

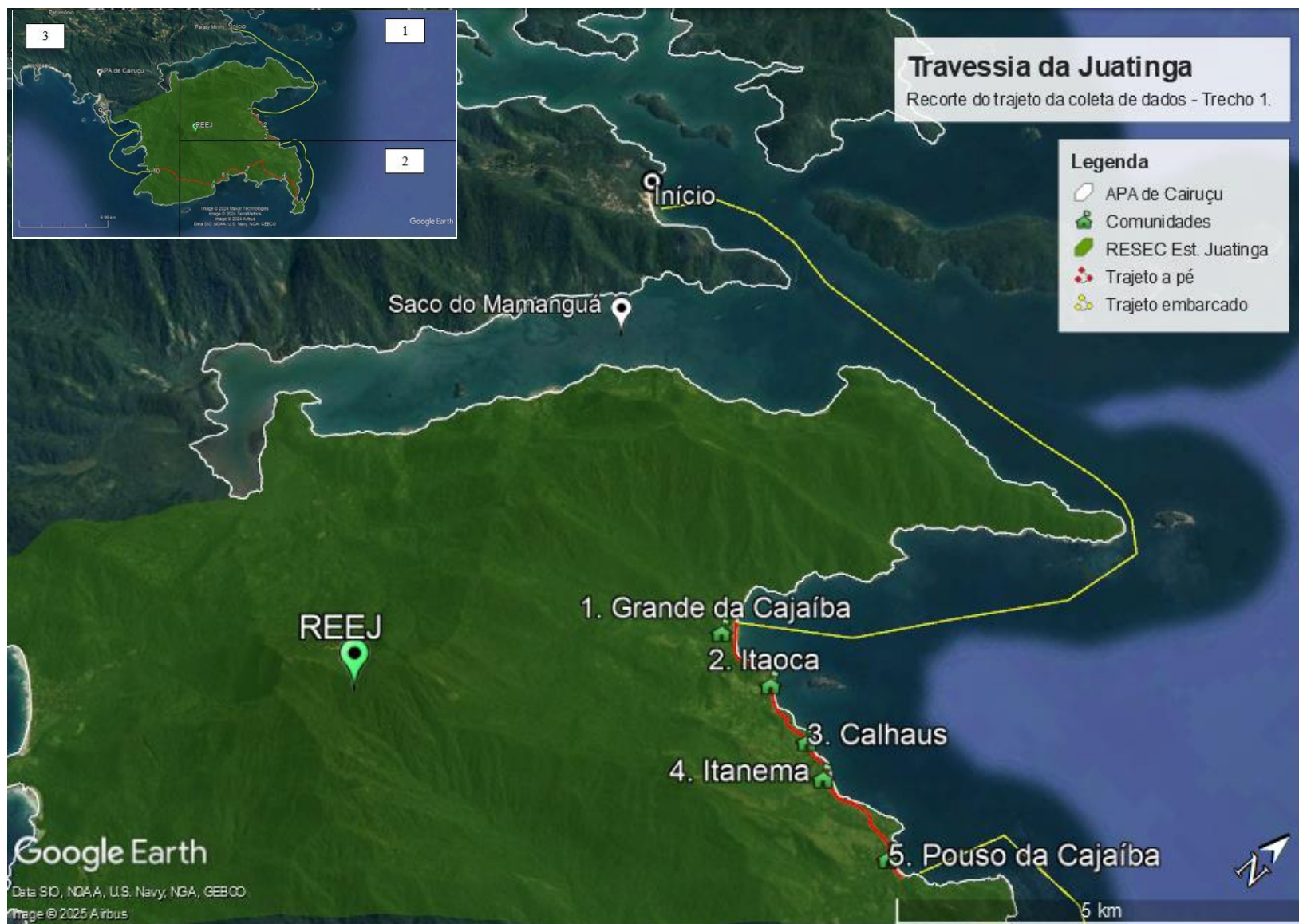


Figura 22: Recorte do mapa, relacionado ao trecho 1 da rota realizada para a coleta de dados.
Fonte: Google Earth Pro, 2023.

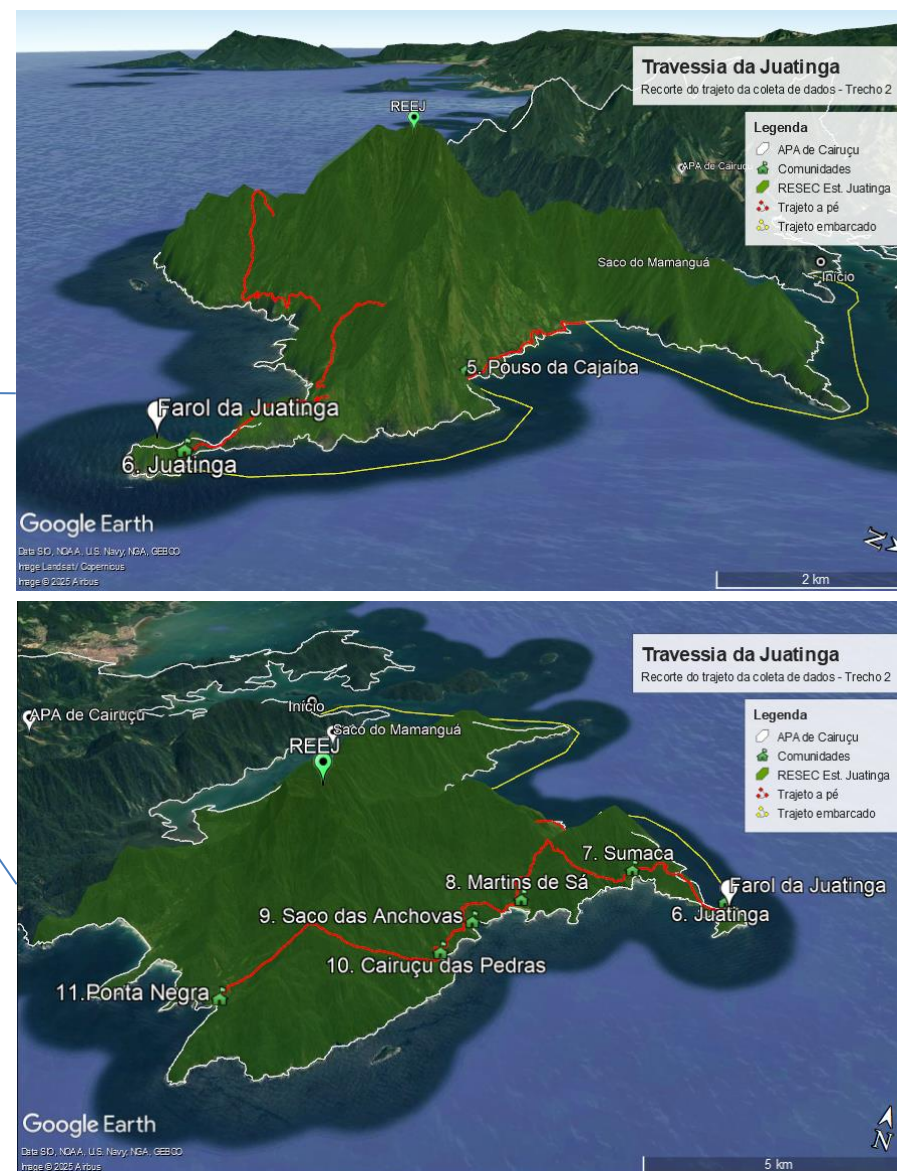


Figura 23: Recorte do mapa, relacionado ao trecho 2 da rota realizada para a coleta de dados.
Fonte: *Google Earth Pro*, 2023.

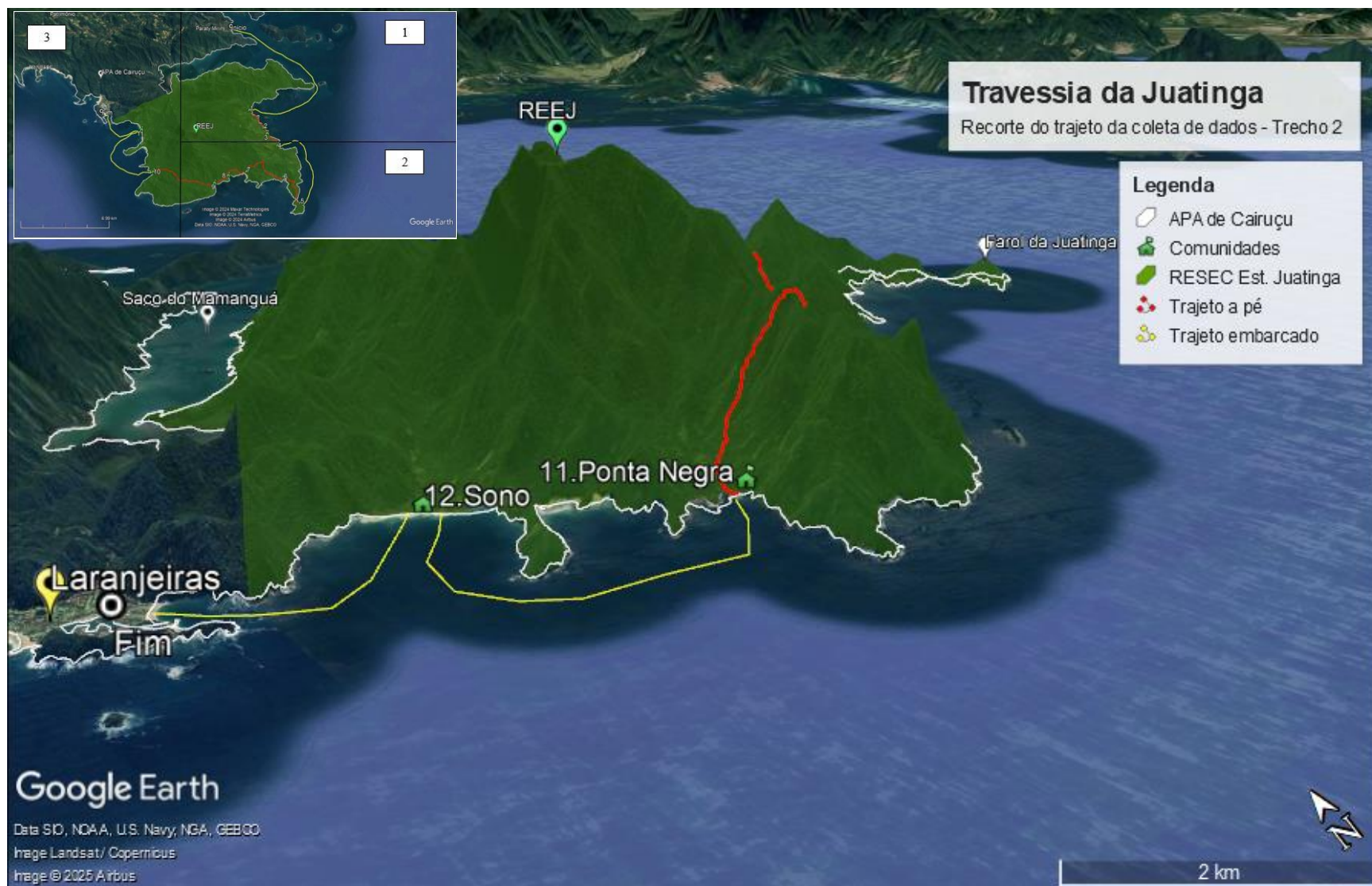


Figura 24: Do ponto 10 (Cairuçu das Pedras) continuou-se a trilha até o ponto 11 (Praia de Ponta Negra), onde embarcado seguiu-se para o ponto 12 (Praia do Sono), encerrando as atividades de coleta de dados com as comunidades caiçaras.

Fonte: *Google Earth Pro*, 2023.

3.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

3.3.1 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS

A pesquisa efetuou uma adaptação do método etnográfico para a análise dos dados qualitativos. Este método, específico da antropologia, é conhecido por seu pensamento analítico contínuo, que se desenvolve e aprimora ao longo de todo o trabalho, em vez de ser uma etapa isolada. Uma característica fundamental da etnografia é utilizar princípios teóricos, métodos e relatos narrativos, buscando uma análise contextual de práticas e visões de mundo consideradas naturais. Assim, a análise de dados começa na fase de pré-trabalho de campo e se desenvolve em notas e memorandos analíticos, incorporando ideias e *insights* do pesquisador, originados de suas experiências com o grupo de estudo (Rocha; Eckert, 2008; Bachtold; Robert, 2022).

Hammersley e Atkinson (2022) enfatizam a importância de reconhecer que não há uma fórmula definida a ser seguida na análise de dados etnográficos, considerando que a aplicação rígida de um método pode resultar na criação de dados inadequados. É essencial manter-se flexível diante das questões do trabalho desenvolvido, dado que as pesquisas qualitativas são imprevisíveis e podem sofrer alterações devido a diversas circunstâncias. Embora destaquem a necessidade dessa flexibilidade no contexto da abordagem etnográfica, os autores enfatizam a importância de manter um processo organizado para se ter êxito na identificação de padrões interessantes, aspectos surpreendentes ou intrigantes, bem como para compreender como os dados se relacionam com o senso comum estabelecido em trabalhos semelhantes, identificações de inconsistências ou contradições aparentes nos grupos estudados, entre outros aspectos.

Na busca de não seguir um método rígido, o presente trabalho baseou a sistematização dos dados obtidos nas entrevistas utilizando-se de uma adaptação do método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977). Esse método é utilizado para examinar e compreender um conjunto de dados de comunicação, como entrevistas, artigos, textos, imagens e áudios, por meio de procedimentos sistemáticos. O objetivo é encontrar padrões, temas, significados e relações dentro do material que os sujeitos externalizaram em seus discursos originados da coleta de dados com os objetivos do trabalho (Cardoso *et al.*, 2021). Campos (2004) e Cardoso *et al.* (2021) afirmam a Análise de Conteúdo é interessante sobre a perspectiva de considerar o contexto social e histórico em que os dados foram produzidos, utilizando a comunicação como

ponto de partida. Isso permite produzir inferências⁸ e comparações embasadas em pressupostos teóricos de diversas concepções de mundo e de situações concretas, com riqueza de detalhes sobre um determinado fenômeno social estudado.

Esse método, associado a um enfoque etnográfico, proporcionará significação, valorização e contextualização sobre a importância da conservação do ambiente natural onde as comunidades vivem, considerando os aspectos culturais das práticas tradicionais. Além disso, subsidiará informações que podem fortalecer o processo de gestão das áreas estudadas, conforme o objetivo geral e os específicos deste trabalho.

O processo de análise pode ser dividido em fases distintas. Num primeiro momento, ocorre a pré-análise de todo o material, que consiste na organização e recorte do material coletado, centrando o objetivo da investigação científica. É nesse momento que se realiza a filtragem das principais questões inerentes à pesquisa e que são de especial relevância para os temas estudados. Também é nesta etapa que ocorre o processo de transcrição das entrevistas realizadas (Bardin, 1977).

A segunda fase engloba o processo de descrição analítica dos dados. Nesse momento reúne-se as informações direcionadas aos aspectos associados aos objetivos do trabalho, que, para o presente estudo, envolvem a influência sobre a conservação ambiental do local onde vivem os caiçaras diante de suas práticas culturais tradicionais. Esta etapa propicia a identificação dos pontos sensíveis da questão, buscando integrar as forças positivas e negativas entre os conteúdos apresentados pelos entrevistados e os documentos e informações relacionados ao tema e que influenciam a dinâmica da questão (Bardin, 1977).

Por fim, ocorre o tratamento dos resultados obtidos nas fases anteriores, relacionando a interpretação da experiência propiciada pelas atividades da pesquisa com o referencial teórico que aborda o tema. Nessa etapa, há o confrontamento dos diversos resultados encontrados em trabalhos científicos semelhantes, a fim de propiciar a reflexão sobre as questões relevantes da pesquisa em si, favorecendo a criação de dados baseados em uma realidade específica, mas que também atingem outros contextos semelhantes, extrapolando sua significância (Bardin, 1977).

⁸ O ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras.

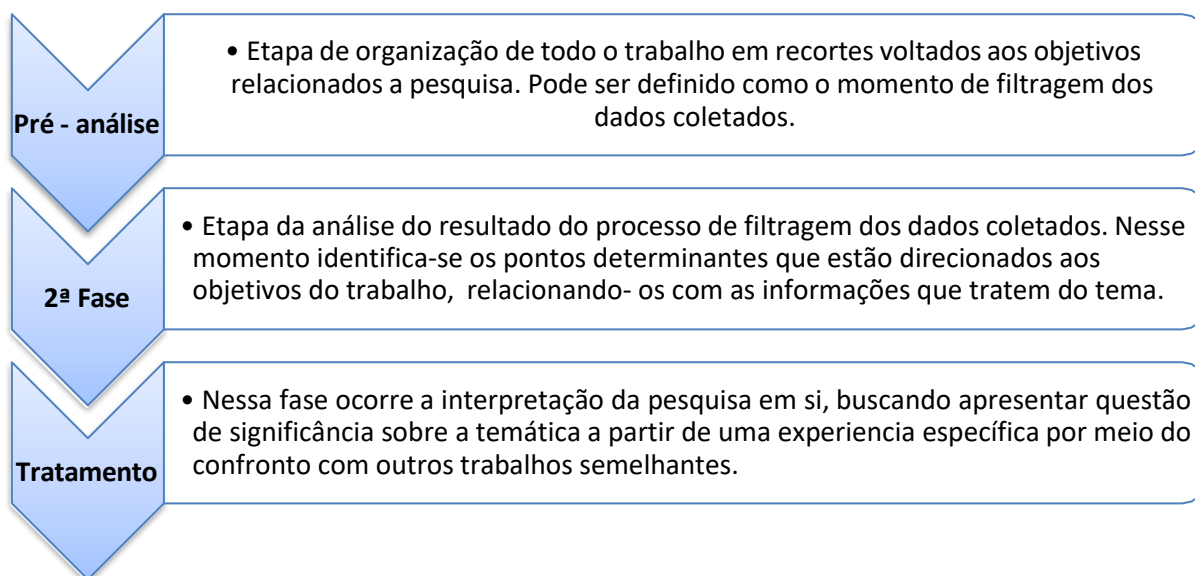


Figura 25: Fluxograma identificando as principais etapas do processo de análise de dados.
Fonte: dos autores, 2023.

3.3.1.1 ESTRUTURAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS

A estruturação da análise dos dados coletados deu-se por meio da criação de dois quadros: Quadro “a” e Quadro “b”, associando suas nomenclaturas em referência aos objetivos específicos do trabalho. Dessa forma, cada quadro é referente a um dos objetivos específicos, tendo cada um o seu critério de análise. O quadro é também subdividido em duas colunas principais. Uma dessas colunas está intitulada de “Relato dos entrevistados” (unidades de registro), a qual contém recortes dos trechos narrados pelos atores locais envolvidos na pesquisa. Já a outra coluna, nomeada de “tipos de classificação”, traz as categorias específicas do critério de análise de cada quadro, conforme esquematizado na figura abaixo:

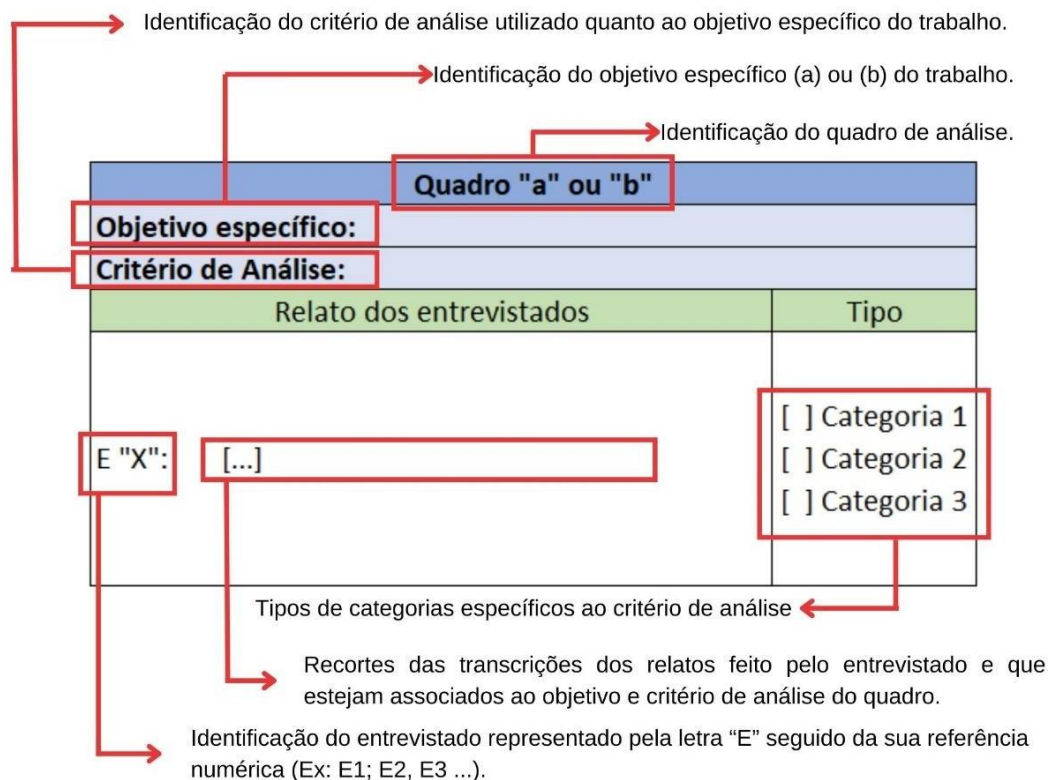


Figura 26: Apresentação da estrutura dos quadros para organização da análise de dados.
Fonte: dos autores, 2023.

Nesse sentido, cada quadro apresentou a seguinte estruturação:

- Quadro “a”:** relaciona-se com o objetivo específico (a) que visa “Identificar os aspectos culturais do cotidiano caieira associados ao conhecimento do ambiente natural onde vivem”.
Critério de análise: Práticas e utilização de recursos naturais.
Tipos de conhecimento: Agrícola (Agr.); Pesqueiro (Pesq.); Ritualísticos (Rit); Ofício (Ofi.); Festividades (Fest.); Alimentício (Ali.); Medicinal (Med.); Artesanal (Art.); Ornamental (Orn.); Tecnológico (Tec.); Econômico (Econ.);
- Quadro “b”:** Relaciona-se com o objetivo específico que visa “Relatar a percepção do público alvo, em relação à conservação do ambiente natural onde vivem, considerando seus aspectos culturais”.
Critério de Análise: Experiências, ações práticas e ensinamentos voltados à conservação do meio ambiente.

Tipos de percepção: Percepção Naturalista (PNat.), Percepção Antropocêntrica (PAnt.), Percepção Utilitarista (PUti.), Percepção Histórico-Cultural (PHCult.), Percepção Globalizante (PGlob.), Percepção Romântica (PRom.), Percepção Socioambiental (PSAmb.).

Os estudos que abordam as comunidades caiçaras e tradicionais no Brasil evidenciam a profunda inter-relação entre a cultura e o meio ambiente. Dessa forma, as definições denominadas “Tipo de conhecimento” e “Tipo de percepção” referentes aos quadros “a” e “b” foram adaptadas a partir de trabalhos científicos (Andrade *et al.*, 2016; Kruehl *et al.* 2018; Ribeiro *et al.*, Silva *et al.*, Yamaoka *et al.*, 2019; Gomes e Calado, Mazzochi e Carlos, Onofre e Quadros, 2020; Bacci *et al.*, Correa *et al.*, Felix *et al.*, Fraga *et al.*, Santos e Guerra, Silva *et al.*, Silva e Menezes, 2021; Lopes e Gisloti, Schuhliet *al.*, Sideaux *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2023) que centraram em suas análises de estudo o conhecimento do ambiente natural e a percepção ambiental dos membros de que vivem em comunidades tradicionais.

Dessa forma, considerando a efetiva relação do homem com o ambiente natural que ele está inserido, definiu-se as seguintes categorias para compor os “Tipos de conhecimento” do quadro “a”, aqui denominado como Quadro 2.

Quadro 2: Tipos de conhecimento utilizados na pesquisa.

Tipos de conhecimento		
Identificação	Sigla	Conceito
Agrícola	Agr.	Atividade e técnicas utilizadas para cultivar plantas e criar animais para se obter produtos de origem vegetal e animal. Estão relacionados nessa categoria relatos que envolvam preparação do solo, plantio, irrigação, controle de pragas e doenças agrícolas, colheita, tipos de culturas, criação de animais e afins.
Pesqueiro	Pesq.	Refere-se as atividades e técnicas utilizadas para capturar peixes e outros organismos aquáticos. Estão relacionados nessa categoria relatos que envolvam tipos de embarcações, métodos de captura, equipamentos de pesca e afins.
Ritualístico	Rit.	Refere-se a ações ou práticas que seguem uma série de comportamentos com significado simbólico, realizados de modo específico seguindo um determinado padrão e podem estar associados a eventos religiosos, culturais, sociais ou pessoais. Serão associados a essa categoria relatos que associem o uso de recursos naturais as práticas tradicionais caiçaras que sejam padronizados dentro do contexto cultural desses povos, como em cerimônias religiosas, danças, casamentos, ritos de passagem, saudações, jogos e afins.
Ofício	Ofi.	Refere-se determinação de uma ocupação ou profissão devido a habilidade específica “Knowhow” de quem o pratica determinada tarefa, considerando seu conhecimento quanto ao uso de recursos naturais. Fazem parte dessa categoria relatos que envolvam a identificação dos trabalhos realizados dentro da comunidade (pescadores, agricultores, marceneiros, cozinheiros, etc), os impactos que determinadas atividades ocasionam no ambiente, trabalhos associados a uma tradição cultural e aqueles que surgiram diante das influências da globalização e afins.
Festivo	Fest.	Utilização de recursos naturais para a realização de festas e comemorações associadas a cultura caiçara. Fazem parte dessa categoria relatos que envolvem a identificação de recursos naturais para a realização de festividades, como se utilizam esses recursos, seu grau de valorização e finalidade dentro do contexto de uma festa e afins.
Alimentício	Ali.	Uso de recurso voltado para a alimentação. Essa categoria faz parte de uma investigação que envolve relatos de práticas alimentares, disponibilidade de recursos naturais para a alimentação, tipos de recursos alimentares obtidos do meio natural, influência externa (globalização) sobre os hábitos alimentares e afins.
Medicinal	Med.	Uso de recurso voltado para o tratamento de enfermidades e cura. Que serve como remédio. Fazem parte dessa categoria relatos que envolvem a identificação de espécies medicinais, cultivo de plantas com essa finalidade bem como todo o conhecimento tradicional associado a práticas de uso das plantas; impactos relacionados ao uso de remédios farmacêuticos em detrimento dos naturais e afins.
Artesanal	Art.	Uso de recursos voltado para a confecção de material manual de objetos, tendo finalidade utilitária e/ou artística. Farão parte dessa categoria relatos que identifiquem produtos de cunho artesanal que tenham viés comercial, os recursos utilizados para a sua produção (fibras vegetais, argila, pedras, metais, corantes, etc), o modo de obtenção e uso, seu simbolismo, influências econômicas e afins.
Ornamental	Orn.	Uso de recursos voltados para fins decorativos. Fazem parte dessa categoria relatos que envolvem a identificação de matérias utilizados para a decoração de casas, barcos e até o próprio corpo humano, como pedras, madeiras, sementes, ossos etc, o modo de obtenção e uso; seu simbolismo e afins.
Tecnológico	Tec.	Uso de recursos naturais para a criação de objetos que auxiliam o cotidiano das pessoas, sendo particularmente úteis, como recursos utilizados para a construção de casas, meios de transporte, combustíveis e afins.
Econômico	Econ.	Uso de recurso natural para fins de geração de renda. Fazem parte dessa categoria relatos que associam o uso de recurso natural como fonte de geração de renda direta, modos de geração de renda das comunidades, influências da globalização sobre a geração de renda nas comunidades e sua resiliência quanto a essa questão e afins.

Fonte: Adaptado pelos autores de Andrade *et al.*, 2016; Kruel *et al.* 2018; Ribeiro *et al.*, Silva *et al.*, Yamaoka *et al.*, 2019; Gomes e Calado, Mazzochi e Carlos, Onofre e Quadros, 2020; Bacci *et al.*, Correa *et al.*, Felix *et al.*, Fraga *et al.*, Santos e Guerra, Silva *et al.*, Silva e Menezes, 2021; Lopes e Gisloti, Schuhli *et al.*, Sideaux *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2023 .

Considerando o quadro “b”, foram definidas sete categorias de percepção: Percepção Naturalista, Romântica, Socioambiental, Antropocêntrica, Globalizante, Utilitarista e Histórico-cultural. Essas categorias foram definidas por representam um espectro abrangente

das abordagens da percepção ambiental, destacando os trabalhos de Tamaio (2002), Reigota (2010), Rodrigues e Malafaia (2009); Fraga *et al.* (2021), Nunes e Lehn (2022), Candiani (2022), Krummenauer e Basso (2022) e Simões e Hayashi (2024).

As primeiras cinco categorias abordam a relação humana com o meio ambiente em escalas que variam da contemplação individual e estética à interação globalizada e estrutural, alinhando-se com perspectivas amplamente discutidas em estudos ambientais. Já as categorias Utilitarista e Histórico-cultural (adaptado das pesquisas de Paoli *et al.* 2020; 2024) propõem-se em incluir consideração das particularidades das comunidades tradicionais caiçaras. O uso direto e sustentável dos recursos naturais é uma característica central na forma como essas comunidades percebem o ambiente, justificando a necessidade de uma tipologia que foque nessa percepção funcionalista. Além disso, a forte conexão entre a percepção ambiental e a história cultural dessas comunidades sugere que uma abordagem puramente naturalista ou antropocêntrica seria limitada sem uma consideração explícita do vínculo entre história, identidade e paisagem.

Dessa forma, apresenta-se as percepções e seus conceitos no Quadro 3.

Quadro 3: Tipos de percepções ambientais utilizados na pesquisa.

Tipos de percepção		
Identificação	Sigla	Conceito
Percepção Naturalista	PNat.	Associa o meio ambiente ao ecossistema, destacando aspectos naturais como fauna, flora e elementos físico-químicos. Essa visão considera que o meio ambiente é espacialmente vivenciado, onde os seres vivos habitam, inclusive o homem, porém o elemento humano se configura torna-se um ser distante desse contexto devido ao seu arranjo social.
Percepção Antropocêntrica	PAnt.	Vê a natureza como uma fonte de recursos a serem utilizados e gerenciados pelo ser humano. Entende que os recursos naturais são essenciais para a sobrevivência humana, interpretando o meio ambiente como um conjunto de elementos necessários à vida e à disposição do ser humano. Essa visão considera a natureza como fornecedora de vida e recursos para o homem, refletindo uma leitura claramente antropocêntrica e dominadora.
Percepção Utilitarista	PUti.	Percepção do ambiente de maneira prática, em termos de uso direto dos recursos naturais para subsistência. Esse tipo de percepção pode ser uma variação da categoria antropocêntrica, mas com um foco diferente, mais baseado na utilização sustentável e cotidiana dos recursos.
Percepção Histórico-cultural	PHcult.	Considera a forte relação das comunidades tradicionais com o território onde vivem ao longo do tempo. Tem o indivíduo como resultado de um processo de interações sujeitos e suas atividades com o ambiente onde estão inseridos, cuja percepção de um objeto ou fenômeno se dá de acordo com o significado atribuído por eles mesmos, tratando de uma realidade conceituado e não material, possibilitando generalizações e o entendimento de fatos históricos. De modo geral, essa percepção envolve a maneira como tradições, memórias históricas e práticas culturais ao longo do tempo moldam a relação dessas pessoas com o ambiente. A ênfase está nas tradições transmitidas, nas práticas sustentáveis herdadas e na preservação cultural que está diretamente ligada ao território.
Percepção Globalizante	PGlob.	Considera o homem em relação aos demais elementos sem dominância, abrangendo aspectos naturais, políticos, econômicos, filosóficos e culturais. Define o meio ambiente de forma ampla e complexa, integrando tanto os aspectos naturais quanto os resultantes das atividades humanas.
Percepção Romântica	PRom.	Percebe a natureza como uma "super-natureza" ou mãe natureza, caracterizada pela harmonia, equilíbrio e beleza estética, sem a presença ativa do homem. Nesta visão, a natureza é vista como grandiosa, enaltecida e maravilhosa, representando um equilíbrio perfeito e estético. Existe uma dualidade entre o homem e a natureza, onde o ser humano não está integrado ao processo natural.
Percepção Socioambiental	PSAmb.	Integra o homem à natureza, considerando-os parte de uma relação historicamente construída. Esta abordagem enfatiza a interação entre o homem e o ambiente, entendendo que a paisagem é moldada tanto pelas ações humanas quanto pelos processos naturais ao longo da história. Reconhece também a responsabilidade humana, destacando o papel do homem na construção e na transformação dos ecossistemas, tanto de maneira positiva quanto negativa. De modo geral esta categoria foca na interdependência entre as questões sociais e ambientais. Se preocupa em destacar como as pessoas percebem a relação entre o meio ambiente e questões sociais como desigualdade, justiça ambiental, direitos humanos e políticas públicas. Ela examina como fatores sociais (como economia, cultura e política) influenciam e são influenciados pelas condições ambientais, abordando questões como sustentabilidade e impacto humano no meio ambiente.

Fonte: Adaptado pelos autores de Tamaio (2002), Reigota (2010), Rodrigues e Malafaia (2009); Fraga *et al.* (2021), Paoli *et al.* 2020; Nunes e Lehn (2022), Candiani (2022), Krummenauer e Basso (2022); Paoli *et al.* 2024 e Simões e Hayashi (2024).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente item apresenta os resultados e discussões dos dados coletados, bem como a visão de mundo caíçara, onde buscou-se identificar seus significados, práticas cotidianas,

relação com a paisagem, valores, ancestralidade e realidade, conforme narrado durante as entrevistas dessa pesquisa. Este trabalho possibilitou emergir as vozes de dois mundos distantes, transformadas aqui em informações discerníveis que visam promover ações voltadas à edificação de boas práticas que sustentem tanto o homem e o seu modo de vida quanto sua morada: a natureza.

Durante o período de 7 dias das campanhas de coleta de dados, visitou-se 12 comunidades caiçaras. Esse número, dentro da APA de Cairuçu de acordo com o PM, representa 36,4% das áreas definidas como ZPCA (Figura 27) e 75% do número de comunidades contidas dentro dos limites de REEJ.

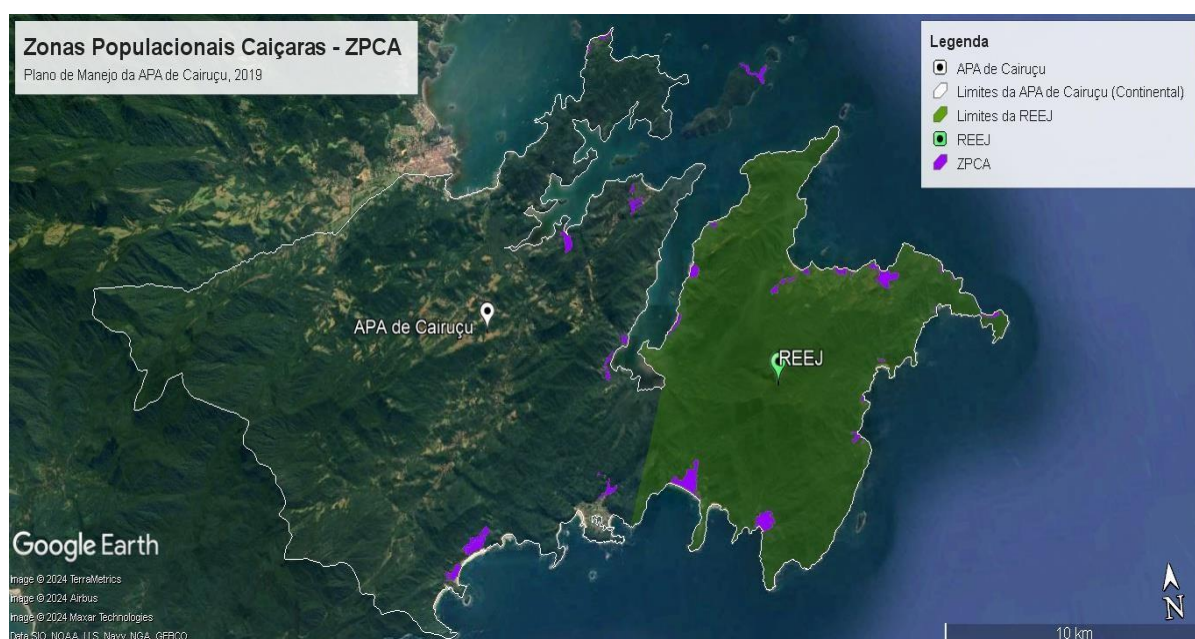


Figura 27: Zonas Populacionais Caiçaras da APA de Cairuçu e REEJ.
Fonte: Adaptado pelo autor, 2024.

Do total de comunidades visitadas, 4 comunidades não geraram dados de análise, devido à: (i) ausência de habitantes no momento em que os pesquisadores passaram pelo local; (ii) impossibilidade da entrevista no momento da visita dos pesquisadores por conta do atendimento aos turistas e (iii) falta de autorização para o uso dos dados narrados pelo entrevistado. A Tabela 1, destaca as comunidades visitadas assim como a ocorrência de entrevista no local ou não e, em caso negativo evidencia-se o motivo da impossibilidade da coleta de dados. E ainda, traz o número de entrevistados em cada comunidade.

Tabela 1: Locais visitados para a coleta de dados e número de entrevistados em cada localidade.

Comunidades visitadas	Coleta de dados		Nº de entrevistados
	Sim	Não*	
Praia Grande da Cajaíba	-	x ¹	1
Itaoca	-	x ²	0
Calhaus	-	x ²	0
Itanema	x	-	1
Pouso da Cajaíba	x	-	5
Ponta da Juatinga	x	-	1
Sumaca	x	-	1
Martim de Sá	-	x ³	0
Saco das Anchovas	x	-	1
Cairuçu das Pedras	x	-	2
Ponta Negra	x	-	1
Sono	x	-	3

Legenda: Não*: x¹: Não consentimento de divulgação de dados; x²: ausência de pessoas no local; x³: impossibilidade atendimento aos pesquisadores devido ao atendimento turístico.

Fonte: dos autores, 2024.

Dos 16 entrevistados, 13 foram consideradas adequadas para a análise de discussão de dados, pois 02 entrevistas ficaram comprometidas devido a problemas técnicos do aparelho de gravação e uma não autorizou o uso as gravações. Desse total, 04 se declararam ser do sexo feminino e 12 do sexo masculino, todos se autodenominando como caiçaras (Figura 28).

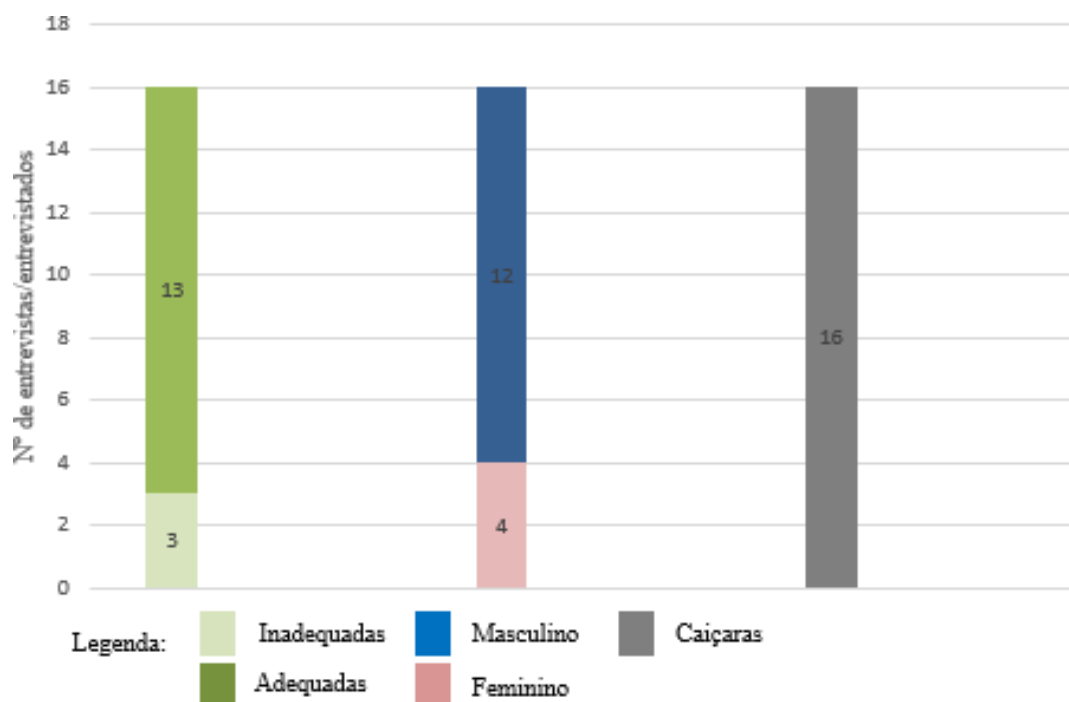


Figura 28: Relação de entrevistas válidas, gênero dos entrevistados e sua autodenominação.

Fonte: dos autores, 2024.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS CULTURAIS DO COTIDIANO CAIÇARA

Dentre os 11 tipos de conhecimento considerados no estudo associados aos aspectos culturais dos caiçaras, cada entrevistado mencionou, em média, cinco desses conhecimentos, refletindo a diversidade de formas de interação com o meio ambiente (Figura 29). O conhecimento denominado "Alimentar", com 12 menções, destacou-se como o mais relatado pelos entrevistados, evidenciando a centralidade dos recursos naturais na subsistência e no cotidiano das comunidades. Na sequência, os tipos "Agrícola", com 11 citações, e "Pesca", com 10 citações, reforçam essa dependência direta do ambiente natural, revelando práticas tradicionais essenciais para a sobrevivência e a manutenção de suas culturas locais.

O conhecimento tecnológico, também com 10 citações, reflete a criatividade e o uso de técnicas adaptadas ao contexto regional para aproveitar os recursos disponíveis, enquanto o conhecimento medicinal, mencionado 8 vezes, evidencia o papel da biodiversidade no provimento de remédios e tratamentos tradicionais, alinhando-se ao saber ancestral das comunidades caiçaras.

As categorias econômica e ofício, com 7 e 4 citações respectivamente, demonstram a relevância dos recursos naturais como meio de geração de renda e como materiais essenciais para trabalhos manuais e artesanais. No entanto, os tipos "artesanal", com 2 citações, e "ritualístico", com 1 citação, aparecem com menor destaque, indicando que, apesar de serem reconhecidos, esses usos possuem menor importância prática no cotidiano das comunidades. Já as categorias "festividade" e "ornamental" não foram citadas por nenhum dos entrevistados, o que sugere uma menor relevância ou mesmo a inexistência de usos simbólicos e decorativos dos recursos naturais no contexto analisado.

Esses resultados reforçam uma relação profundamente utilitária entre os caiçaras e o meio ambiente, priorizando usos que garantem a subsistência e promovem a sobrevivência econômica e cultural da comunidade. A forte ênfase em categorias práticas demonstra o quanto o ambiente natural é fundamental não apenas para a sobrevivência, mas também para a perpetuação dos modos de vida e saberes tradicionais (Figura 30).

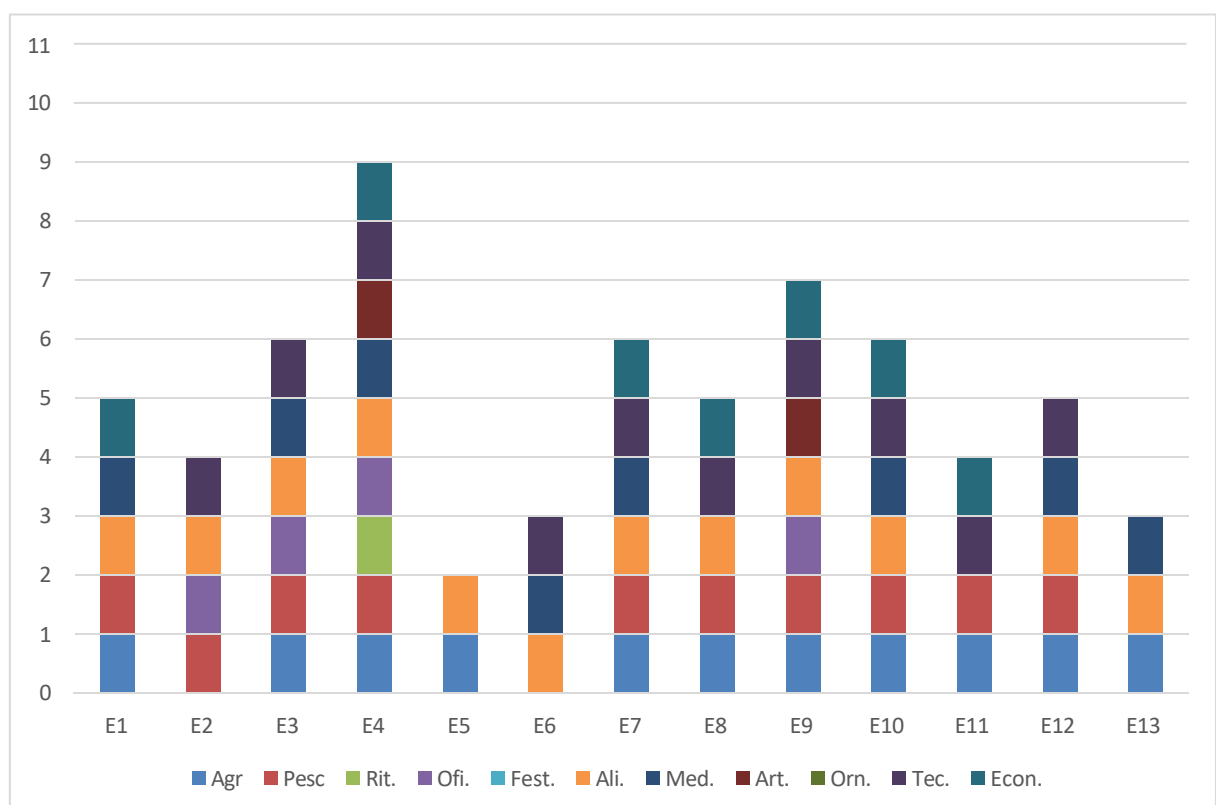


Figura 29: Quantidade e tipos de conhecimento identificado em cada entrevistado.

Fonte: dos autores, 2024.

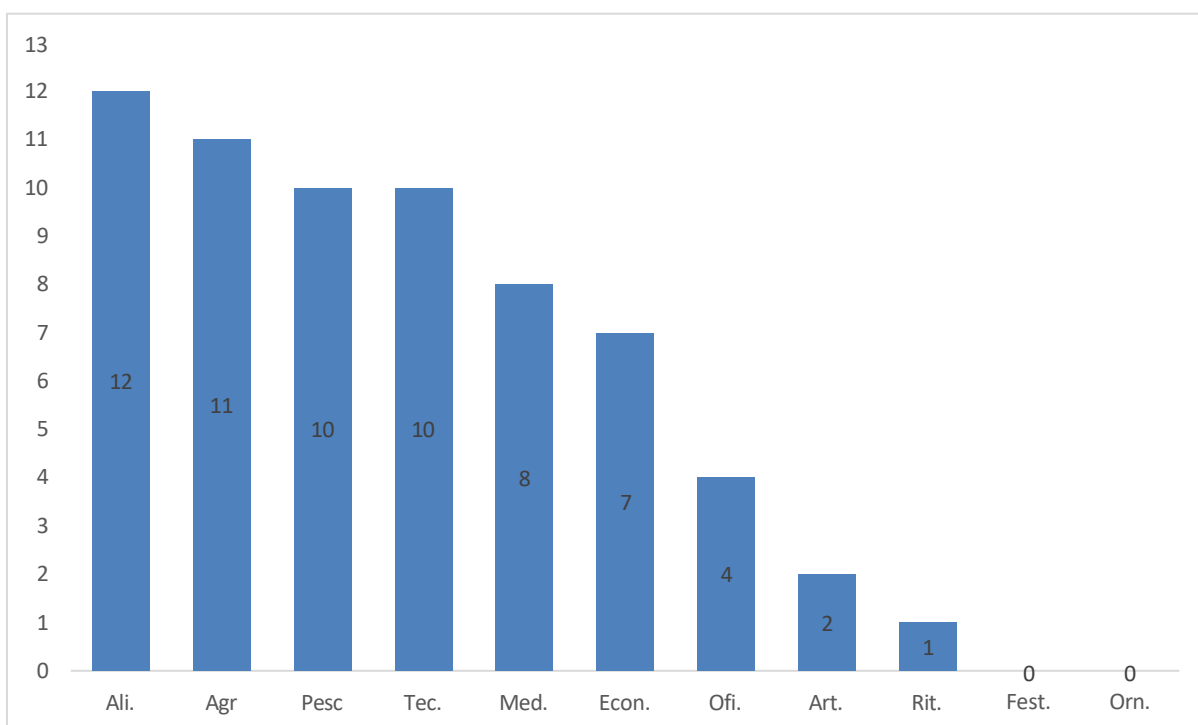


Figura 30: Quantificação dos tipos de conhecimento associado ao ambiente natural.

Fonte: dos autores, 2024.

Nota-se que os entrevistados relacionam o seu modo de vida ao ambiente natural que os cercam, e que existe uma estreita relação com a terra e com o mar. Da terra, eles trabalham e a adequam para realizar o plantio de diversos alimentos, assim como retiram recursos da floresta necessários à sua condição de vida. Do mar, por meio da pesca, obtêm-se uma das principais fontes econômicas e também a principal fonte de alimento de origem animal.

Todos os entrevistados (100%) mencionam alguma atividade em seu cotidiano que envolve o uso direto dos recursos naturais, tanto sobre um contexto atual ou do passado. Essas práticas se concentram no extrativismo, agricultura e pesca. Ferreira e Pontes (2022) também entendem que a forma de vida das comunidades caiçaras tem, como características tradicionais desse povo, a agricultura de subsistência, a pequena pesca, o extrativismo vegetal e o artesanato.

Considerando o extrativismo, as narrações dos entrevistados indicam práticas que se adequam, principalmente, aos tipos de conhecimento “Tecnológico” (que estará associado aos conhecimentos “Ritualísticos” e “Artesanal” e o “medicinal”). A prática de coletar ou extrair recursos naturais diretamente do meio ambiente e transforma-los em algo eminentemente material para uso direto ou comercialização é, conceitualmente, o que define extrativismo, sendo uma atividade comumente utilizada em comunidades tradicionais, intrinsecamente

ligadas a herança biocultural desses povos (Fontes e Ribeiro, 2012; Miguelez-Carballeira e Pesado, 2023; Soares *et al.*, 2024).

É intuitivo considerar que o caiçara pratica o extrativismo, se não pelo seu modo de vida e contexto da sua territorialidade, então pela suas ancestralidade indígena. Porém, segundo Soares *et al.* (2024), as comunidades caiçaras estão entre as menos estudadas em relação quanto ao manejo de recursos vegetais. Tal lacuna implica na perda de oportunidades para explorar atividades que apresentam potencial para promover a conservação ambiental, a geração de renda, o fortalecimento de PM's e a preservação do conhecimento ancestral desses povos.

O extrativismo praticado pelos caiçaras pode ser classificado em (i) madeireiro, quando o recurso explorado é a madeira, e (ii) não madeireiro, que abrange uma variedade de produtos utilizados na alimentação, ornamentação, práticas místico-religiosas e medicinal, sendo este último a principal forma de uso dessa categoria narrado pelos entrevistados. Essa contatação corrobora a prerrogativa de que os caiçara detêm um amplo conhecimento do seu território e da natureza que o cerca, ecoando ao longo do tempo um aprendizado milenar. Além disso, o fato indica que o desenvolvimento da cultura caiçara está intimamente atrelado a capacidade de estabelecimento humano no ambiente natural, lançando mão da utilização dos recursos naturais como meio para facilitar sua adaptabilidade ao contexto o qual está inserido.

Dentro das narrações dos atores sociais, o extrativismo madeireiro está associado ao seu uso tecnológico conforme proposta por este estudo, mencionados o uso da madeira e seus componentes para: (i) construção das canoas, (ii) de estruturas de sustentação de suas casas assim como para a (iii) tingimento das suas redes de pesca para aumentar a durabilidade das mesmas e, nos períodos onde a prática agrícola foi mais intensa, (iv) a venda de lenha:

[...] usava a mata mesmo para retirar canoa de cedro, ingá, tibuiba e jequitibá.
(Entrevistado 1)

[...] a gente usava a casca de cobi, tingicuiá, piúba, aroeira para tingir a rede do cerco para durar mais. Tinha lá pro alto da montanha, lá pro alto da mata mesmo, mas agora a gente não usa mais isso, isso aí é da geração de antigamente. (Entrevistado 2)

[...] eu conheço a mata de ponta-a-ponta, onde tiver ingá-amarelo, timbuiba-rosa é boa pra caramba, você morre a canoa ta ali. O que a gente mais prefere aqui é o mangue-da-costeira e a tingicuiá (em referência ao método de preservação da rede).
(Entrevistado 4)

[...] tem o sapê, aqui tem um pouco ainda (em referência ao uso da planta para a formação de cobertura do teto das moradias. (Entrevistado 6)

[...] essa é o jacaterão, pra fazer casa. Tem várias madeiras pra fazer canoa: ingá, garapuvu, timbuiba, umburana, aricurana. (Entrevistado 8).

[...] a qualidade de madeira pra canoa, temos a timbuiba, temos o ingá-cedro, o ingá-de-flecha, o ingá-do-amarelo e o ingá-concha, depois tem o cedro, que dá uma das melhor madeira pra canoa. Temo o guarapubu, mas não é madeira muito legal pra canoa, tem outra madeira boa também que é o cobi, tem também a taricaquera, a aricurana é uma madeira pesada. (Entrevistado 9).

[...] era cheio de casa,tudo de pau-a-pique. (Entrevistado 11).

[...] cortava lenha para vender na padaria, que antes era tudo forno a lenha. (Entrevistado 7)

Dessas práticas, associam-se dois outros tipos de conhecimento utilizados no estudo: o do tipo “ritualístico” e o “artesanal”(Figura 31). No que tange a característica ritualística do processo extrativista, encontra-se menção sobre o “mutirão”, que consiste numa forma de esforço conjunto entre os membros da comunidade direcionados a atividades de colheita, reparo de habitações e, como foi objetivamente narrado na entrevista dessa pesquisa, a construção de canoas, conforme o Entrevistado 4: “antigamente tirava canoa no mutirão”.

Considerando o aspecto cultural dessa prática, assoma-se a ela a forma de pagamento dessas ações de auto-ajuda, onde, transcendendo a ordem econômica da retribuição do esforço, as comunidades após o encerramento dos trabalhos realizados em conjunto, em muitas vezes dos casos, realizava o fandango, uma manifestação cultura festiva tipicamente caiçara que reúne dança e música, que envolvia todo o grupo social e que contém características específicas nas diferentes localidades em que ocorre, criando uma realidade artística rica e variada, muitas delas associadas a elementos da natureza, ao cotidiano caiçara, seus acontecimentos e eventos históricos (Correa *et al*, 2006; Silva e Santos, 2021; Franco, 2023).

A habilidade de construção de canoa também foi associada ao conhecimento “artesanal” uma vez que, além da construção da embarcação de modo manual, foi identificado nas entrevistas a comercialização desses objetos, tanto para os próprios membros da comunidade que praticam a pesca, porém não dominam a arte de talhar a canoa a partir dos troncos das arvores, como para pessoas externas do âmbito social desse grupo, como turistas e comerciantes:

[...]era dono de pousada aqui de Paraty que levou uma canoa, e a outra é pra um cara que queria pescar lula, lá do Pouso (Entrevistado 4).

[...]meu filho faz canoa assim, pra enfeite. (Entrevistado 9).

Apesar das entrevistas evidenciarem poucas referências a atividades ligadas ao artesanato dentro do contexto das comunidades caiçaras da Península da Juatinga, fica evidente

que a canoa caiçara, interpretada como produto, apresenta potencial para o propósito, uma vez que em sua essência carrega um selo de identidade cultural particular desses povos. Essa visão é compartilhada por Mourão (2023), que defende o desenvolvimento de projetos que envolvam a valorização de produtos artesanais como forma de promoção cultural e ambiental. Araujo (2023), ainda reforça que, além da preservação da cultura material e conservação ambiental, o artesanato de origem extrativista, desde que considerado o uso ordenado dos recursos naturais, é uma prática reconhecidamente interessante como fonte de subsistências em diversas comunidades tradicionais do Brasil.



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 31: O conhecimento artesanal na vida cotidiano do caiçara. (a) Pesquisador junto a uma canoa caiçara em processo de construção; (b): canoa caiçara enfeitando entrada de uma casa; (c): casa de caiçara de pau-a-pique; (e): cobertura de teto feito com a planta sapê.

Fonte: dos autores, 2024.

Considerando o extrativismo não-madeireiro, destaca-se o uso medicamentoso citados pelos entrevistados. Percebe-se que o caiçara utiliza uma gama variada de produtos naturais para fins medicamentosos (Figura 32). De Matos *et al.* (2017) sintetizando o conhecimento sobre plantas medicinais dos caiçaras do litoral paulista, aponta 79 espécies vegetais destinadas

ao propósito de curar. Araujo (2007), indicou 49 espécies de plantas com propriedades terapêuticas utilizadas por caiçaras. Muitas dessas espécies são cultivadas em locais específicos na comunidade, criando os chamados “quintais”. Garrote (2004), aponta essas características em seus estudos com caiçaras, indicando a existência de um sistema de produção próximo às moradias humanas que apresentam uma série de recursos alimentícios e medicinais.

[...] remedinho da floresta a gente pega aqui em baixo, tem boldo, canela-de-velha, santa-maria, maria-preta, cana-do-brejo. (Entrevistado 1)

[...] tem a cana-do-brejo, eu tomei pros rins, foi muito bom. Tem também a trançagem, pra infecção urinária e de útero. [...] usa a folha de aroeira para fazer gargarejo para dor de garganta. (Entrevistado 3).

[...] a gente costuma usar a casca de jatobá pra melhorar o estomago, o fígado; o cipó-caboclo pra cegueira do “zóio”; temos a novalgina que é um santo remédio, que já levantou um monte de turista. (Entrevistado 4).

[...] tem muito remédio aí, tem aquela tirimicina, pra ferida e infecção. Tinha muito aquela santa-maria, pra verme. (Entrevistado 10).

[...] no jardim antes tinha, saião, maria-preta, santa-maria, pra machucadura, pra tosse, pra tudo, antigamente a gente nem procurava médico. (Entrevistado 12).

A importância desse conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais é reconhecida pelo Ministério da Saúde do Brasil, tendo um Decreto⁹ dedicado ao contexto, em referência ao potencial dos saberes fitoterápicos praticados pelas comunidades tradicionais e sua contribuição à melhoria da atenção à saúde, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e fortalecimento da agricultura familiar, a geração de emprego e renda, ao desenvolvimento industrial e tecnológico e perspectiva de inclusão social e regional por meio da participação popular (Ministério da Saúde, 2006).

Di Stasi e Hiruma-Lima (2002) também entende que o Brasil, com sua rica biodiversidade natural, étnica e cultural, encontra-se inserido dentro de um cenário particularmente vantajoso considerando seu potencial para o desenvolvimento de pesquisas e produtos farmacológicos. Moreno *et al.* (2024) reforça que essa característica do país é um forte aliado na manutenção da saúde da sua população considerando essas práticas como integrativas e complementares as atividades do SUS, refletindo em uma minimização da dependência

⁹Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006, estabelece diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações pelos diversos parceiros em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde.

tecnológica do setor junto a outros países do mundo. Paixão (2020) infere que o uso de plantas medicinais pode, muitas vezes, substituir os medicamentos feitos em laboratórios.



Figura 32: Casa caiçara e seu quintal com plantas medicinais e alimentícias.
Fonte: dos autores, 2024.

Em complementariedade, também foi narrado como ação extrativista não madeireiro, o uso alimentício do palmito.

[...] eu tive no mato aí, com meu irmão pra gente pegar palmito pra comer, pra botar no prato. (Entrevistado 3).

[...] tem o palmito. (Entrevistado 6).

[...] da floresta a gente tira, mais assim, palmito. (Entrevistado 8).

O palmito (Figura 33) é uma planta que integra a base alimentícia da cultura caiçara (Anacleto e Michaliszyn, 2024) e, reconhecidamente, bastante apreciada para fins culinários, seu potencial econômico para fins de comerciais é grande (Caralo *et al.* 2019). Uma vez que a produção extrativista relacionadas a obtenção de alimentos é o que apresenta maior estabilidade e tendência de crescimento dentro de um mercado voltado aos produtos florestais (Lemes e Gomes, 2021) a atividade extrativista sustentável da espécie se mostra uma alternativa econômica para as comunidades tradicionais caiçaras da Juatinga, unindo conservação ambiental e práticas tradicionais.

Além disso, o caiçara se mostra ser uma peça fundamental na conservação direta da palmeira, impedindo que ocorra a extração e comercialização do recurso junto a um mercado não legalizado criado por pessoas externas, conforme narra o Entrevistado 04: “ofereceram pra mim, na mão, 5 mil (em referência ao montante de 5 mil reais) pra tirar 200 dúzias de palmito. Mas nós não deixa tirar. Agente bota pra fora”.

Essa constatação reforça a ideia de que, os agentes locais devem ser encarados como aliados nas ações de proteção do meio natural e, por isso, a participação de membros de comunidades tradicionais é fundamental no processo de gestão de Áreas Protegidas. Devido a visão holística do território por essas pessoas, a proteção do meio natural consequentemente acaba resultando na proteção do patrimônio histórico-cultural desses povos, preservando seus saberes e tradições (Derani, 2020; Yoshida e Penna, 2021; Moraes *et al.* 2023).

Em semelhança aos resultados obtidos por Ferreira *et al.*; 2024, os dados do presente estudo indicam que os recursos naturais são utilizados principalmente para manter uma condição de subsistência, sendo a prática agrícola e pesqueira as atividades que exercem importância singular no modo de vida caiçara.



Figura 33: Capão de palmitos (*Euterpe edulis* Mart.) nas áreas protegidas da península da Juatinga registrado durante a campanha de coleta de dados da pesquisa.
Fonte: Acervo fotográfico dos autores, 2024.

Considerando a agricultura, 85% dos participantes narram sobre a prática. Pode-se afirmar que a prática agrícola pelos caiçaras tem especial importância em seu contexto de sobrevivência, tendo em vista que esses povos dependiam das práticas de cultivo no “sertão¹⁰” para terem uma fonte de alimento mais segura e também mais variada, além de ser uma fonte de renda:

[...] a gente vendia farinha, vendia feijão, vendia milho. (Entrevistado 09)

[...] na época do meu pai, o tempo dos meus avós, no tempo dos meus tios, nós levava banana-da-terra daqui, no balaio, pra Paraty vender. (Entrevistado 10)

Entretanto a agricultura tinha como objetivo principal garantir a subsistência da população local, apenas o excedente era destinado a comercialização. O principal produto de

¹⁰ Definição comumente utilizada pelos caiçaras para definir os locais de plantio, sua roça.

cultivo é a mandioca, porém, outros alimentos como feijão, batata, banana, café e milho são também citados com frequência, como demonstrando nos trechos abaixo:

[...] a gente plantava mandioca, batata e abóbora. (Entrevistado 1).

[...] a gente utilizava muito era a mandioca, pra fazer farinha. (Entrevistado 2).

[...] pra fazer uma rocinha, plantar um feijão, plantar batata. (Entrevistado 3)

[...] pra plantar mandioca e feijão. (Entrevistado 4)

[...] o foco aqui é mais mandioca pra fazer a farinha. (Entrevistado 5)

[...] fazia farinha (de mandioca) pra vender. (Entrevistado 7)

[...] aqui a gente planta milho, feijão, mandioca, banana, batata-doce. (Entrevistado 9)

[...] plantava batata, cará, verdura, pimenta. (Entrevistado 10).

[...] meu pai tinha bananal. (Entrevistado 11)

[...] plantava mandioca, feijão, café tinha muito. (Entrevistado 12).

[...] planta feijão, milho, banana, feijão-guandu, alface, couve, aqui tem muito café. (Entrevistado 13).

Sanches (1997) teve resultados semelhantes trabalhando com caiçaras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, afirmando que a agricultura é reconhecida pelas famílias caiçaras como a principal atividade de subsistência, indicando a mandioca, milho e feijão como os principais alimentos cultivados. Garrote (2004), trabalhando com os caiçaras do Saco do Mamanguá, dentro dos limites da APA Caiçu e da REEJ, aponta que o uso da terra para fins agrícolas é ainda parte da fonte de subsistência para algumas famílias no local.

Nota-se que as práticas agrícolas tiveram um papel importante dentro do contexto de vida caiçara e que, possivelmente, atingiram proporções consideráveis dentro da paisagem onde viviam, o que, por consequência, intui em considerar que as comunidades detinham um grupo populacional de tamanho significativo:

[...] antigamente aqui era tudo roça, meu pai de um lado, meu tio do outro, era grudado uma na outra (...) era tudo um capoeirão (em referência ao local onde se fazia roça), não tinha mato, tinha pouco. (Entrevistado 7)

[...] esse morro aí era cheio de casa, mais de 170 famílias, tudo de pau-a-pique. (Entrevistado 11).

A agricultura praticada pelos caiçaras é conhecida como “coivara” ou “agricultura itinerante”. É um método de agricultura tradicional, de herança indígena milenar e que consiste na rotação de áreas de cultivo, através de ciclos de queima da mata derrubada. Da queima da

biomassa vegetal libera-se para o solo um considerável volume de nutrientes que são rapidamente aproveitadas pelas novas plantas introduzidas, até que o solo se esgote devido a exposição constante do plantio de culturas, do calor e da chuva, que acabam com a matéria orgânica existente no solo, e uma nova área é explorada (Corrêa, Pires, 2023; França, Rodrigues *et al.*, 2024).

O método de coivara tem como base uma relação estabelecida entre as áreas agrícolas e a floresta, influenciando a formação do saber tradicional baseado na observância da resiliência do sistema e no respeito aos tempos de regeneração da floresta. É um saber cultural, que se sustenta sobre uma relação direta entre o ambiente natural e o homem (Fachini *et al.*, 2021).

Relatos dessa prática são comumente narrados pelos entrevistados da pesquisa:

[...] era tudo roça, meu pai de um lado, meu tio do outro. (Entrevistado 07).

[...]a gente fazia roça e plantava, dava tudo aí, batata, cará, verdura, pimenta. (Entrevistado 10)

[...]isso aqui era tudo roça, do meu avô, do meu velho. (Entrevistado 11)

[...] minha sogra trabalhava muito na roça, plantava mais lá pra cima, o milho, a mandioca, o feijão, o café tinha muito. (Entrevistado 12)

O caiçara narra que a prática agrícola é dificultosa e exige trabalho árduo devido as condições desfavoráveis do solo local, como afirma o Entrevistado 01: “nossa terra é fraca, não colhe nada” e, somado a isso, o entrevistado ainda enfatiza dificuldades inerentes a manutenção dos cultivares contra pressões adicionais do ambiente, como as formigas, onde uma vez existentes no local tendem a cortar as folhas das plantas cultivadas levando-as a morte: “tem muita saúva, muita formiga”. O Entrevistado 09 reforça a dificuldade narrada: “a terra não é muito boa, dá pra plantar 3 vezes num local, depois tem que procurar outro lugar”.

As dificuldades identificadas nas entrevistas, se mostram fatores determinantes que favorecem o predomínio do sistema de coivara como método agrícola, uma vez que propicia o aumento da fertilidade do solo por meio da queimada da biomassa vegetal envolvida no processo de “limpeza” da área de plantio. O fogo, segundo o saber dos caiçaras é fundamental para que a agricultura seja viável em seu território como conta o Entrevistado 4: “os caiçaras faziam aquilo que era chamado de roçado, botava fogo, queimava, pra plantar mandioca, feijão. Se não queimasse, não dava”. O Entrevistado 3 também relaciona o fogo a prática da agricultura e também do uso do sapê, utilizado principalmente como telhado das casas típicas caiçaras: “faz o fogo pra ter o sapê todo ano e pra fazer roça”.

Porém, como esse sistema lança mão da necessidade de desmate e o uso do fogo, esbarra-se em impeditivos legais de proteção ao meio natural, principalmente considerando que os caiçaras habitam locais que foram determinados como áreas protegidas.

As limitações impostas sobre determinadas práticas culturais de povos tradicionais esbarram em uma realidade preocupante que envolve a luta contra a perda da biodiversidade global. A prática de uso de fogo em atividades agrícolas e a sua relação com ocorrência de incêndios tendem a ser relacionadas e recorrentes, tendo em vista que o início de focos de incêndio está associado a ações antrópicas (Ivanov e Lemos; 2020). Além disso, a ameaça sobre biodiversidade brasileira envolve causas centrais de fragmentação e perda de habitats naturais por meio do desmatamento (Vieira e Mendonça, 2021), principalmente quando se trata da Mata Atlântica, que vem sofrendo com o extrativismo desde os primórdios da colonização e atualmente tem apenas 12,6% da sua vegetação florestal original (Cursino, 2023).

Entretanto, essas restrições são percebidas pelos caiçaras de forma negativa, como notou-se pela narração do Entrevistado 7: “ai proibiram de cortar, de fazer derrubada, ai acabou e nós abandonamos a roça”. O Entrevistado 8, também expõem a dificuldade de entender seus direitos e deveres quanto a formação de uma roça: “então, tem um que vem e diz: -Não pode mais fazer roça ali! E então vem outro e diz: - Você pode fazer a tua roça porque você é caiçara”. O Entrevistado 10, têm uma percepção semelhante quanto a dificuldade de manter a prática de roça considerando os impeditivos legais: “porque agora ninguém pode cortar mais nada por causa do INEA (em referência ao corte da vegetação para a formação de roça)”. O Entrevistado 4 expõem que esse contexto influencia o modo de vida caiçara, que: “foram deixando de viver da roça”.

Essa realidade envolvendo uma adequação entre as práticas dos povos tradicionais junto a construção de perspectivas conservacionistas em áreas protegidas mostra-se um grande desafio segundo Thevenin *et al.* (2023). Prost e Silva (2016) aponta que o modelo de preservação e conservação adotados tendem a se concentrar nas delimitações das áreas protegidas sem considerar adequadamente outros fatores, como as comunidades tradicionais que vivem dentro dessas áreas, acarretando conflitos de difícil equacionamento.

Apesar da discussão envolta sobre a manutenção de práticas tradicionais e a conservação ambiental ser um tema central dentro dos processos de gestão de áreas protegidas, foi possível notar que a prática de roça realizada pelas caiçaras foi uma atividade desenvolvida em maior escala principalmente pelos antepassados dos entrevistados e que, atualmente, encontra-se em

desuso, sendo praticada por pouco membros das comunidades, como aponta o Entrevistado 08: “ali é uma roça, que é da mulher do outro lado”. E também o Entrevistado 09: “aqui só tem eu e meu cunhado que trabalha a roça. Também é a única que tem aqui. Só eu e ela, mais ninguém”. Considerando uma visão futura, a prática encontra-se em vias de extinção, como premoniza o Entrevistado 07: “acho que para o futuro não vai ter mais”.

Esse contexto, segundo os entrevistados, é ocasionado, além das dificuldades impostas pelos meios de gestão, pelo desinteresse da geração mais nova em trabalhar a terra em preferência a prática da pesca, das novas ofertas de turismo e também pela possibilidade de trabalharem fora das comunidades:

[...] meus filhos não vem pra um lugar desse fazer roça, os meu netos nem se fala. O pessoal da roça não existe mais. (Entrevistado 09)

[...] os mais jovens não querem saber de nada disso: de pesca, de mar, de trabalho duro aí. (Entrevistado 03)

[...] a garotada aqui estão vivendo mais da pesca. (Entrevistado 12)

[...] eles não são muito de roça, a vida deles é mais a pesca mesmo. (Entrevistado 02)

[...] a família está espalhada (...) vai pra cidade. (Entrevistado 10)

[...]saem pra trabalhar pra fora. (Entrevistado 03):

[...] é por causa do turismo né? É uma forma de trabalho. Entra bastante dinheiro numa época só. (Entrevistado 03)

Nota-se, em contrapartida, que a pratica da pesca se mostra em uso no meio caiçara e que, para além da sua subsistência, ela gera renda de modo mais substancial apesar de ser um trabalho tão árduo como praticar a agricultura, conforme destaca o Entrevistado 10: “a pesca dá dinheiro, mas você tem que matar o mundo e o fundo de pescar”.

Além disso, a pesca mostra-se ser o meio de trabalho típico a eles, que se inicia desde muito cedo, e que também é uma importante forma de sustento da comunidade:

[...] o principal sustento vem do mar. Nossa vivência é o peixe. (Entrevistado 01)

[...] a pesca é forte. (Entrevistado 02)

[...] sempre foi pescador (em referência a um membro da família). (Entrevistado 12)

[...] saí muito cedo pra pesca. (Entrevistado 11)

[...] a gente trabalha no cerco¹¹. (Entrevistado 03)

¹¹ Método de armadilhamento para captura de peixes utilizada pelos pescadores caiçaras.

A atividade pesqueira criou uma condição de “ofício” no local, conforme os um dos tipos de conhecimento atribuídos ao estudo, onde fica evidente que alguns caiçaras passaram a ser notórios sobre sua capacidade de construção de canoas e identificação de espécies madeiras adequadas (rever transcrições das páginas 74 e 75), criando um ambiente de forte simbolismo cultural, delineando relações identitárias de base cultural, que envolvem os saberes e fazeres amparados de um convívio direto com o meio ambiente, como afirmam Silva e Menezes (2021). Esse simbolismo identitário relacionado a pesca transcende inclusive as relações de gênero dentro da comunidade, como se pode notar na narração do Entrevistado 03: “a caiçara verdadeira pra mim é aquela que sai pra pescar, que nem as mulheradas das antigas, que sai e larga a rede. Eu as vezes faço um pouco disso, pesco lula, eu sou caiçara nessa parte”.

O caiçara, sendo detentor de conhecimento que lhe permite trabalhar a terra e também o mar, podem ser considerados lavradores-pescadores ou pescadores-lavradores, entendendo que a prevalência de uma atividade sobre a outra podem variar de acordo com as circunstâncias locais e particularidades ambientais (Adams, 2000). Importante salientar que, o conceito de “lavradores” atribuído aos caiçaras, deve ser interpretado de forma abrangente, uma vez que esses povos encontram meios de subsistência diversos junto aos recursos que nascem da terra ou que vivem sobre ela, e não apenas dependem dos produtos plantados intencionalmente. O extrativismo é uma realidade assim como é a caça, e mesmo que essas práticas não sejam tão usuais como foram num passado não muito distante, esse contexto ainda vive na memória dos moradores locais e, por isso, está ligado aos aspectos culturais do seu modo de vida, como pode-se notar na fala do Entrevistado 04:

[...] todo caiçara que mora numa rendera dessa, que não tem supermercado, que não tem açougue, tem que tirar da floresta. Quando o mar engrossa nós tem que pegar uns bicho, como meu bisavô, que era caçador.

A tentativa de definir uma classificação adequado para esses povos dentro desse contexto é antiga. Gusmão (1979) entende que essa definição, em termos científicos, não encontrou uma percepção adequada considerando as transformações históricas ocorridas sobre esses povos. Esse fato tem propriedade uma vez que a prevalência de uma atividade ou de outra está intrinsicamente ligada a tecnologia disponível a esses povos, conforme Mussolini (1980), que entende que devido a inexistência de embarcações mais adequadas ao alto mar, fazia com que o caiçara não se deslocasse para longe da costa, induzindo uma maior importância a produção da roça para garantir sua subsistência. Adams (2000) defende que, em sua origem, os caiçaras eram primordialmente lavradores-pescadores, mas que, a partir das mudanças

ocorridas em meados do século XX, essas comunidades passaram a se dedicar cada vez mais a pesca, principalmente devido a introdução do cerco e do barco a motor.

É importante ressaltar que o presente estudo evidencia que o caiçara encontra-se mais adequadamente enquadrado como pescador-lavrador, uma vez que a pesca é prioritariamente praticado ao invés da agricultura. Porém, é crucial destacar que essa classificação é dinâmica dentro de um contexto temporal, e que se a pesca atualmente hoje é uma prática que melhor define os caiçaras, é justo dizer que a agricultura também, em seu tempo, foi o que melhor definiu o que era ser caiçara, sendo naquele momento mais adequado serem denominados como lavradores-pescadores.

Mesmo que as práticas agrícolas se mostrem em vias de extinção, é importante manter evidente que esse contexto agrícola no modo de vida caiçara está diretamente ligado com a construção dos seus saberes e modos tradicionais. Como ignorar o “mutirão” nas práticas de preparo da terra, plantio e colheita? Como não considerar a mandioca posta a mesa no café da manhã servido pelos caiçaras? Como negar as lembranças dos atuais atores locais em suas empreitadas quando crianças para dentro da mata para a coletar o palmito e outros produtos vindos da terra? A cultura abrange aspectos imateriais e, por isso, os termos criados para conceituar os caiçaras considerando suas principais práticas de subsistências, deve sempre se manter ligado aos traços culturais que essas práticas empenham ou empenharam sobre seu modo de vida, e não apenas se voltar para prevalência de uma atividade em detrimento da outra dentro de um espaço na linha do tempo referente a existência desses povos (Figura 34).

Como aponta Cavalieri e Lourival (2023), esses são saberes orgânicos das comunidades, que estão relacionados a uma ancestralidade ligada ao seu território, que traz inúmeras trajetórias dentro do espectro da memória de forma multidimensional, o qual infere na determinação de aspectos culturais. É a reprodução de um modo de vida com raízes seculares, pautada na observância da natureza, que vem se perpetuando e se difundindo de geração para geração (Silva, Pinto, 2022), conforme se nota nas narrações dos entrevistados:

[...] isso tudo vem lá de trás, do bisavô da gente. (Entrevistado 01)

[...] aprendi tudo com meu pai, meu avô. (Entrevistado 06)

Pinto e Silva (2022) também entendem que as práticas de subsistência, como a agricultura, a pesca e a caça, são elementos centrais formadores da cultura típica caiçara, que fazem parte do conjunto de saberes e fazeres desses povos. Martins (2021) trabalhando com comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas complementa afirmando que a

partir do momento que atividades como agricultura, extrativismo, pesca e tantas outras são realizadas cria-se um senso de território junto aos seus habitantes, onde território é a própria comunidade, onde a pessoa nasce e é criada, é o lugar das futuras gerações, é o meio de vida, a memória viva, a cultura, a história, é a liberdade, segurança, é os saberes, as crenças, a soberania e a luta.

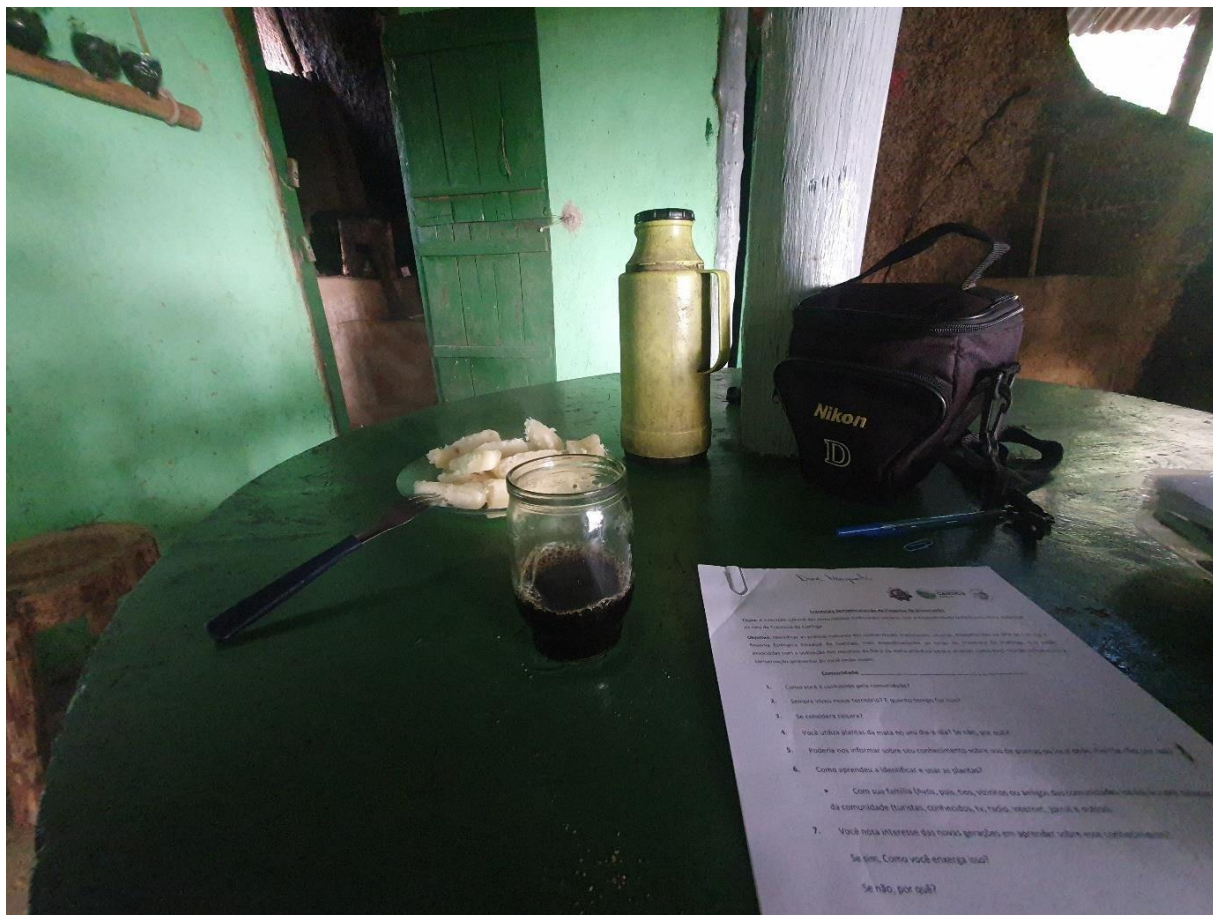


Figura 34: O café da manhã típico caiçara: mandioca cozida e café. Gentileza oferecida aos pesquisadores durante a entrevista com um dos atores locais.

Fonte: dos autores, 2024.

4.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CAIÇARAS COM RELAÇÃO AOS ASPECTOS CULTURAIS E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

O estudo da percepção ambiental dos caiçaras revela um mosaico complexo e dinâmico de como essas comunidades interagem e compreendem o ambiente ao seu redor. A percepção

dos aspectos culturais e da conservação ambiental não é uniforme, mas se manifesta de forma a integrar dimensões que vão desde uma apreciação utilitária sustentável dos recursos naturais até uma visão mais contemplativa e estética da paisagem. Esses diferentes prismas refletem a maneira como os caiçaras conciliam tradições ancestrais com desafios da globalização. A partir dessa perspectiva, a identificação e análise das percepções desses povos foram divididas em sete categorias distintas, seguindo uma ordem que começa pela compreensão “naturalista” e evolui, sequencialmente, para as dimensões “utilitarista”, “antropocêntrica”, romântica”, “histórico-cultural”, “globalizante” e “socioambiental”.

Entre os sete tipos de percepção analisados neste estudo, observa-se que a Percepção Socioambiental (PSam) é a mais significativa, sendo identificada em algum aspecto nas narrativas de todos os entrevistados, representando 24% do total. Logo em seguida, destaca-se a Percepção Utilitarista (PUti), com menções em 12 dos 13 participantes, correspondendo a 22% das percepções. A Percepção Histórico-cultural (PHcul) ocupa a terceira posição, relatada por 11 entrevistados, representando 20% do total. A Percepção Naturalista (PNat) foi observada em 10 dos 13 entrevistados, abrangendo 19% das percepções. Já a Percepção Globalizante (PGlob.) aparece com menor frequência, sendo mencionada por 5 participantes, o equivalente a 9%. A Percepção Romântica (PRom.), por sua vez, foi a menos citada, com relatos de apenas 3 entrevistados, representando 6% do total e não houve identificação da Percepção Antropocêntrica (PAnt.) (Figura 35 e 36).

Esse panorama sugere que as percepções predominantes — Socioambiental, Utilitarista e Histórico-cultural — refletem uma relação profundamente integrada entre o meio ambiente e a vida prática, social e cultural dos entrevistados. Pode-se considerar que a Percepção Naturalista apresenta pouca diferença percentual entre as mais citadas e por isso, também é coerente inferir que os aspectos naturais do território caiçara têm importância sobre sua interpretação do meio em que vive. A Percepção Globalizante e a Percepção Romântica aparecem em menor frequência e indicam que os entrevistados atribuem maior importância às dimensões pragmáticas, comunitárias e históricas da relação com o ambiente, alinhadas a suas experiências locais e culturais. A não existência de citações típicas da Percepção Antropocêntrica revela uma relação dos caiçaras sem dominância em relação ao meio natural onde vivem.

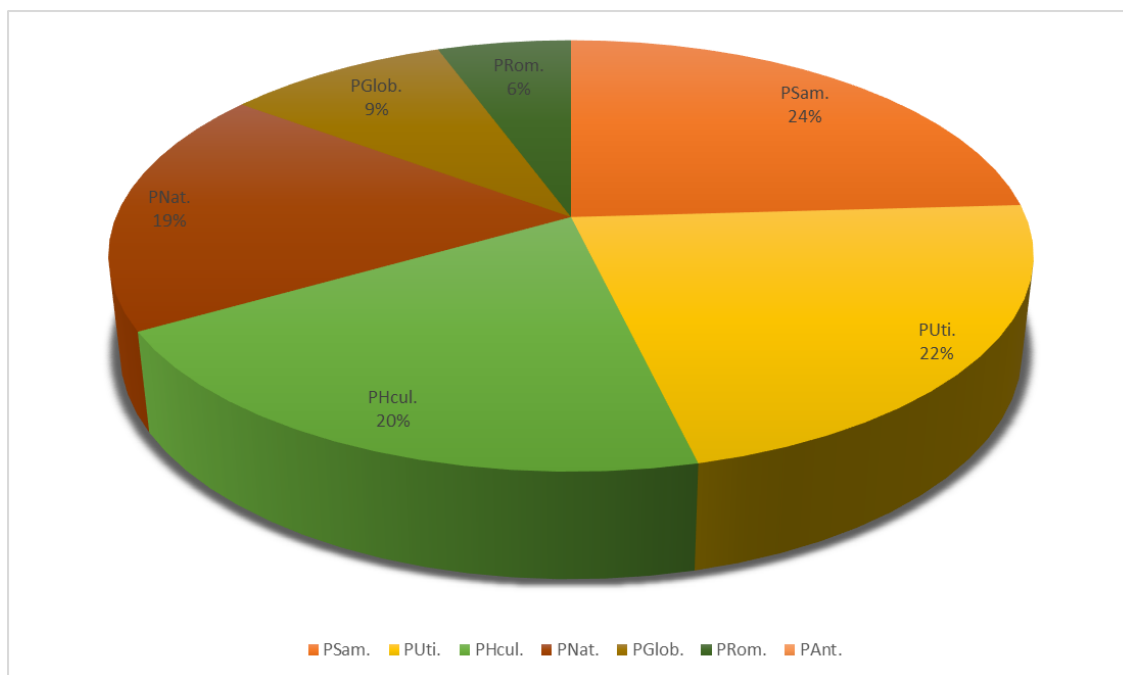


Figura 35: Distribuição das percepções ambientais evidenciadas nas narrativas dos entrevistados caiçaras.
Fonte: dos autores, 2024.

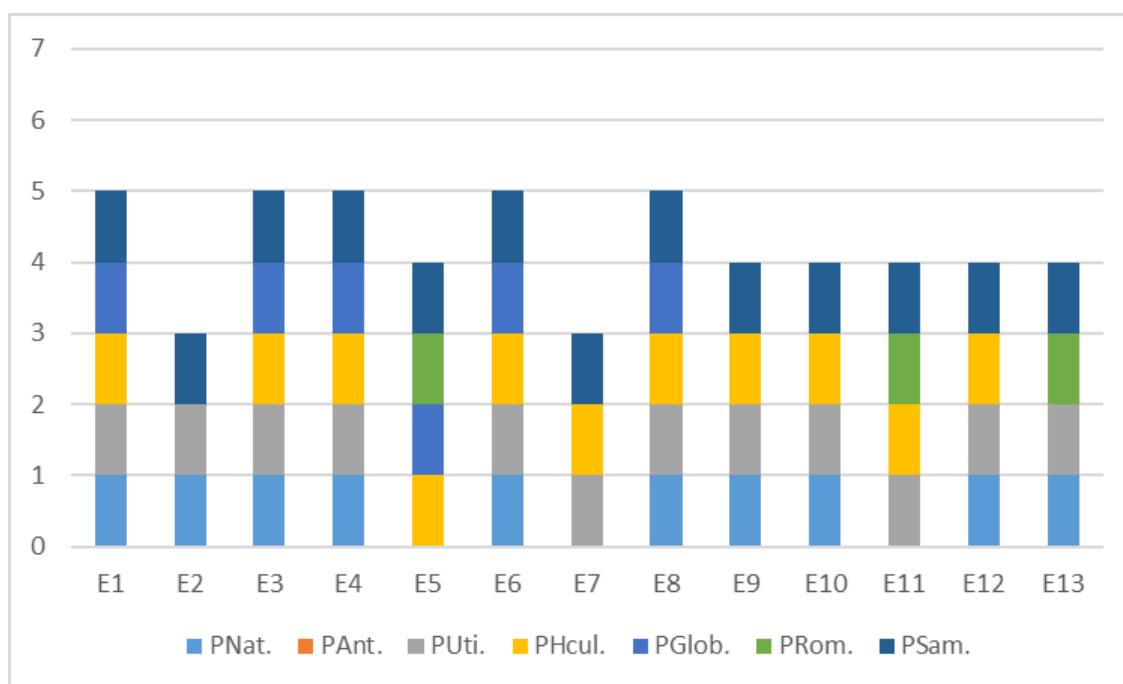


Figura 36: Quantificação e tipos de percepção ambiental evidenciadas pelos caiçaras entrevistados.
Fonte: dos autores, 2024.

Em uma análise mais aprofundada das percepções ambientais, a Percepção Naturalista dos caiçaras se destaca como um aspecto fundamental de sua interação com o meio ambiente. Essa percepção enfatiza aspectos naturais como fauna, flora e elementos físicos. Nesse contexto, o ambiente é espacialmente vivenciado, sendo habitado por seres vivos, incluindo o

homem, embora o elemento humano se torne um ser distante desse cenário devido ao seu arranjo social, conforme descrito por Reigota (2010).

Essa percepção, nos caiçaras, é moldada pela convivência e a observação contínua da natureza, gerando uma compreensão detalhada do ambiente natural que os cercam e das espécies que fazem parte dessa paisagem, que lhes são fundamentais para a manutenção da sua condição de vida local. Essa profunda ligação com o meio natural, transcende os aspectos conceituais práticos de leitura do ambiente, envolvendo características emocionais que influenciam a existência de uma cultura típica, que tem sua gênese associada à existência da natureza. A percepção naturalista ainda reforça que o conhecimento ecológico desses povos é sustentado e transmitido pelos saberes tradicionais que, mesmo sofrendo adaptações ao longo do tempo, são fundamentais para a conservação ambiental (Castro *et al.*, 2019; Costa *et al.* 2021; Mendes e Oliveira, 2022).

Dentre os caiçaras entrevistados, 10 dos 13 participantes destacaram algum aspecto da percepção naturalista, incluindo seus conhecimentos sobre plantas, ciclos reprodutivos dos animais e características do solo. Essa percepção evidencia a familiaridade do caiçara com o ambiente natural que está inserido, conforme afirma o Entrevistado 4: “eu conheço a mata de ponta-a-ponta” e também corrobora com a amplitude do conhecimento do recursos naturais em seu aspecto cultural, como se nota por exemplo, na grande variedade de espécies conhecidas para a construções de canoas, assim como para reconhecimento de espécies utilizadas como remédios naturais e aquelas destinadas a alimentação:

[...] a qualidade de madeira pra canoa, nos temos a timbuiba, temos o ingá-cedro e o ingá-de-flecha e o ingá-do-amarelo e o ingá-de-concha, depois tem o cedro, que dá umas das melhor madeira pra canoa, temo o guarapubu, mas não é madeira muito legal pra canoa, tem outra madeira boa também que é o cobi, tem também a taricaquera, tem outra madeira também, a aricurana, é uma madeira pesada” (Entrevistado 9).

[...] tem carqueija que é bom pra fazer gargarejo. Tem a cana-do-brejo, eu tomei pros rins, foi muito bom. Tem também trançagem, eu tomei também agora esses dias pra infecção urinária e de útero. Meu pai falou que é muito bom pra dor de estômago, pra infecção. Usa folha de arueira, rosa branca pra fazer gargarejo que é pra dor de garganta. Usa o broto da goiaba pra diarreia Xarope de folha de mamão. Tem também alfavaca, a gente chama de alfavacão.” (Entrevistado 3)

[...] Esse ano deu bastante curuvina, lula. No verão a gente trabalha no cerco, pega aí muito carapauzinho, espada, sororoca.” (Entrevistado 7).

O conhecimento do mundo natural dos caiçaras que molda sua percepção naturalista tem uma relação direta com a transmissão de saberes entre as gerações, sendo muito comum evidenciar em suas narrações menções sobre uma época passada e os membros familiares que

impactaram a origem da construção da interpretação do entrevistado sobre o ambiente onde vivem, como aponta o Entrevistado 10: “na época do meu pai, no tempo dos meus avós, no tempo dos meus tios”. Entretanto, essas influências também passaram a ter participação de pessoas externas à comunidade, evidenciando que a transmissão do saber está relacionada ao contexto histórico desses povos e a diminuição do seu isolamento devido aos processos de expansão econômica e influência da globalização. Esse contexto pode ser notado na fala do Entrevistado 3 que, sobre o aprendizado de uso de uma determinada planta para uso medicinal, apresentou uma nova possibilidade de cura: “foi um homem lá de Minas (em referências ao Estado de Minas Gerais) que trouxe pra cá (uma planta), usava pra gastrite, era muito bom”. Ainda sobre essa questão, o Entrevistado 13 narra a publicação de um: “livro de plantas medicinais do pessoal da rural da Universidade Federa do Rio de Janeiro” e que para além dos horizontes brasileiros “os EUA, Coréia, Japão vem pesquisar”, exemplificando que essa influência externa voltada aos conhecimentos do meio natural dos caiçaras pode ser bastante abrangente.

É interessante notar que as mudanças provocadas por essa influência externa têm moldado a percepção dos caiçaras sobre a relevância do seu ambiente natural, amplificando um sentimento ético de cuidado ambiental destacado por uma relação de pertencimento e responsabilidade com o território. Após os diversos desafios vivenciados por essas comunidades contra as pressões negativas dessas influências, os caiçaras entendem que para que todo o conhecimento sobre plantas, animais e demais características de seu território pudessem ser preservado conforme sua memória coletiva, tornou-se fundamental, antes de tudo, proteger esse espaço, como enfatiza o Entrevistado 7: “A gente ajuda a preservar”.

A literatura aponta que essa sensibilidade ecológica contribui para práticas sustentáveis que reduzem os impactos ambientais (Diegues e Arruda, 2001; Begossi, 2006; Dias *et al.*, 2021) e que os saberes tradicionais ecológicos, culturalmente transmitidos e adaptados às condições locais, propiciam a conservação da natureza (Berkers *et al.*, 2000; Silva e Martins, 2020).

Apesar dos desafios, o componente natural da paisagem tem presença significativa em nas práticas diárias dos caiçaras (Diegues, 2000), criando um sentimento de reverência e importância pela natureza que consolida a percepção naturalista como um traço central de sua identidade cultural e ecológica, como destaca o Entrevistado 11: “eu sou filho da terra”. O respeito profundo pela natureza ajuda a moldar uma ética de conservação, tornando as próprias comunidades fortes aliadas das políticas ambientais. Essa conexão reforça a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e participativa, onde as comunidades possam desempenhar um

papel ativo na definição e implementação das estratégias de gestão ambiental, promovendo uma coexistência harmoniosa entre conservação e as práticas culturais (Ferreira e Souza, 2020).

A percepção naturalista pode propiciar um contexto mais abrangente por parte dos entrevistados, sendo conhecedores do ambiente natural que os cercam podem ampliar a interpretação do espaço em que vivem, propiciando um campo explorado pela percepção globalizante, que tem como característica central interrelacionar os elementos do meio ambiente as atividades humanas, bem como a não dominância sobre eles (Malafaia e Rodrigues, 2009; Reigota, 2010; Fraga *et al.*, 2021; Krummenauer e Basso, 2022). Essa cadeia pode ser exemplificada pela narração do Entrevistado 6, onde reconhecendo uma espécie de importância medicinal, também nota que: “a arueira os passarinho gosta muito” evidenciando uma interpretação de que o humano e a ave possuem os mesmos direitos ao acesso a mesma espécie vegetal.

Essa percepção foi evidenciada em 5 dos 13 entrevistados. A ideia de que preservar o ambiente natural é visto pelos os caiçaras como algo próprio ao seu modo de vida, tendo a sua conservação associado inclusive como um dever, demonstrada sob uma condição onde o homem se relaciona com o meio, conforme exemplificado pelo Entrevistado 5: “a mata ta assim por causa do morador” e também pelo Entrevistado 3 que diz: “eu corro atras de brigar com as pessoas pra não fazer o que não é bom pra natureza”. Mas também quando o meio se relaciona com o homem, conforme o expõem o Entrevistado 1: “o principal sustento vem do mar”. Além disso, o Entrevistado 4, aprofunda esse contexto evidenciando como o impacto das ações humanas pode repercutir dentro de intrincada rede das relações ecossistêmicas quando contestou seu pai quanto a prática de caçar em determinado período do ano porque: “os bicho tão criando, o macuco tá criando, o jacu tá criando a bicharada tá criando”.

Moraes *et al.* (2021) destaca que a importância da percepção globalizante se atribui a evidenciar a forte interconexão entre as dimensões afetivas, culturais e ambientais. Enfatiza ainda que essa percepção é crucial para manter viva as tradições culturais associadas práticas sustentáveis, preservando o meio ambiente e resistindo a atividades econômicas que possam comprometer os territórios e valores de comunidades tradicionais.

Brito *et al.* (2023) apontam que a percepção globalizante pode ajudar a valorizar os benefícios proporcionadas pela existência de áreas protegidas junto a comunidade tradicionais por meio do incentivo de ações educativas e suporte técnico que valorizem práticas econômicas sustentáveis e rentáveis.

Essa ligação dos caiçaras com a natureza destacada pela percepção naturalista, amplificada pelo viés sustentável da percepção globalizante desses povos, se conecta à percepção utilitarista, resumido na fala do Entrevistado 8: “a gente só corta pra coisa necessária”. O conhecimento adquirido ao longo de gerações não só alimenta um sentimento de importância pela paisagem, mas também fundamenta o uso prático e sustentável dos recursos naturais. Assim, o mesmo entendimento que propicia a conservação e o respeito ambiental pelos membros das comunidades, também orienta práticas utilitárias, onde o ambiente é visto como um provedor de recursos essenciais para a subsistência e o bem-estar da comunidade.

A percepção utilitarista dos caiçaras, evidenciada em 12 das 13 narrativas analisadas, reflete uma relação profundamente pragmática com o ambiente natural. Essa perspectiva, que vê o meio ambiente principalmente como um recurso necessário para a manutenção do modo de vida e da identidade cultural, está fortemente ancorada na história e nas práticas tradicionais desses povos, conforme descrevem estudos sobre comunidades tradicionais e sua interação com o ambiente (Oliveira e Santos, 2021; Almeida, 2022).

Os caiçaras utilizam, historicamente, os recursos naturais para práticas como a pesca, a agricultura de subsistência e o extrativismo, fundamentais para sua sobrevivência. Esse contexto pode ser exemplificado pela fala do Entrevistado 1, onde afirma que: “isso tudo vem lá de trás, do bisavô da gente” e ainda enfatiza a importância da atividade pesqueira para a comunidade, dizendo: “a nossa vivência é o peixe”. O Entrevistado 7 relembra: “aqui era tudo roça” evidenciando a força da agricultura para o estabelecimento das comunidades no local, assim como o Entrevistado 3 exemplifica a importância das práticas extrativista como meio de segurança alimentar: “eu tive no mato aí, com meu irmão pra gente pegar palmito pra comer, pra botar no prato”.

O papel essencial do conhecimento sobre espécies vegetais é central para essa relação, abrangendo desde o uso medicinal de plantas nativas até a aplicação de espécies na construção de canoas e no tingimento de redes de pesca. Essa perspectiva pode ser exemplificada pelo Entrevistado 7 o qual destaca que seu território tem: “muito remédio nativo” assim como o Entrevistado 9 menciona que existem diversas “qualidades de madeira para canoa”. O Entrevistado 4, ainda revela serem “o mangue-da-costeira e a tigicuiá” ~~são~~ preferencialmente utilizadas para aumentar a durabilidade das redes de pesca contra os efeitos corrosivos da água do mar, ressaltando a ampla funcionalidade e aplicabilidade dos seus saberes.

Conforme o relato do Entrevistado 8, nota-se que a floresta é uma fonte multifacetada de recursos. Em suas narrações explica que o “jacaterão”, uma espécie arbórea, é útil “para fazer casa” e ainda que a “bicuíba o pessoal de antigamente usava muito quando não tinha luz” em referência à utilização do óleo vegetal da semente da espécie que, com capacidade de queima, era utilizado para iluminar os locais onde moravam. Este saber, passado de geração em geração, se alinha com as observações de Silva e Gomes (2020), enfatizando como o conhecimento de espécies em comunidades tradicionais é moldado pela contínua troca de informações entre os grupos sociais.

Juntamente com a floresta, o mar, por meio da prática de pesca, mostra-se uma das mais ilustrativas característica dessa percepção como destaca o Entrevistado 2: “a pesca é o forte”. Os caiçaras demonstram uma leitura de responsabilidade humana sobre o ambiente ao entenderem que os recursos marinhos são fundamentais para a sua condição de vida, como exemplificado pelo Entrevistado 1: “o principal sustento vem do mar mesmo”. Esse contexto evidencia que, para além de um senso ético de preservação ambiental, os caiçaras entendem que a pesca é fundamenta em assegurar o abastecimento contínuo de um recurso crítico para a subsistência e a economia local. A interdependência entre os habitantes e o ambiente marinho reforça a noção de que a natureza é um bem a ser administrado para que se possa manter a condição do contexto social em que os caiçaras se inserem.

Essa transição permite explorar como os caiçaras percebem a gestão e a conservação dos recursos não apenas como uma necessidade prática, mas também como uma responsabilidade humana. Essa perspectiva é apoiada por estudos que discutem a relação entre comunidades tradicionais e a gestão sustentável dos recursos naturais, destacando a influência das práticas de manejo no equilíbrio ecológico e no bem-estar coletivo (Ramos, 2021; Tavares e Ferreira, 2022; Nogueira, 2023).

Importante destacar que o uso da terra também se mostra uma típica percepção utilitarista. Mesmo com o cultivo de espécies naturalizadas, como o café, a abóbora e o milho, o valor da terra continua sendo funcional, servindo às necessidades básicas de subsistência da comunidade, como destaca o Entrevistado 9: “aqui a gente planta milho, feijão, mandioca, banana, batata-doce”. Estudos de Mendes e Costa (2021) reforçam que a introdução de plantas exóticas nas práticas agrícolas de comunidades tradicionais ocorre pela necessidade de garantir segurança alimentar, sem comprometer a funcionalidade do ecossistema.

Outra constatação interessante foi a menção da caça, embora menos praticada, ainda aparece como um aspecto cultural relevante. O Entrevistado 8 narra: “todo caiçara que mora numa redondeira dessa, não tem supermercado, não tem um açougue, tem que tirar da floresta. Quando o mar engrossa, nós tem que pegar uns bicho”, evidenciando a importância dessa atividade como meio de subsistência, devido ao isolamento dos locais onde moram e também em situações de emergência, o que reforça a relação direta entre sobrevivência e recursos naturais. Ribeiro e Souza (2022) discutem a importância cultural da caça em comunidades como os caiçaras, destacando que, apesar de pressões legais e ecológicas, a prática permanece um símbolo da sua resiliência ambiental.

Essa diversidade de conhecimentos, que abrange tanto a floresta quanto o mar e a terra, é moldada por uma necessidade constante de adaptação, como argumentam Costa e Barros (2023). A interação prática com os recursos disponíveis gera uma percepção utilitarista que não desconsidera o valor intrínseco do ambiente, mas prioriza seu uso direto para atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia e renda, conforme narrativa do Entrevistado 8:

[...] que nem o negócio de roça, eu estou aproveitando o lugar que já foi feito as roças antigamente, do pessoal mais velho. Aí por isso que eu não vou derrubar uma mata pra mim fazer uma roça que já tenho, um lugar que já foi cultivado.

E ainda, autores como Pereira *et al.* (2023) destacam que o conhecimento empírico de comunidades tradicionais transcende a simples utilidade do recurso, sendo também um elemento de resistência cultural. Assim, a interação dos caiçaras com o meio ambiente é ilustrada de maneira complexa, mostrando que o ambiente é fundamental para sua identidade e sobrevivência, conforme observado por Fernandes (2020). Esse contexto pode ser exemplificado pela técnica de pesca conhecida como cerco, tipicamente praticada pelos caiçaras e conforme expõem o Entrevistado 7: “a gente trabalha no cerco” assim como a prática coletiva de ajuda mútua de tarefas na comunidade, conhecida como mutirão, o qual se percebe na fala do Entrevistado 4: “antigamente tirava canoa no mutirão”.

Percebe-se que a importância da paisagem do território caiçara e os ecossistemas que o compõem são considerados reservatórios de bens que suprem necessidades fundamentais, como fonte de alimento, água, lenha para cozinhar e materiais de construção para casas e barcos. Apesar dos caiçaras destacarem a relevância dos recursos naturais locais para sua sobrevivência, as atividades que visam o uso desses recursos mostra-se ser de forma

sustentável, como destaca o Entrevistado 8: “a gente só corta pra coisa necessária. Se não precisou, vamos desmatar pra que?”.

Estudos recentes, como os de Santos e Almeida (2021) e Pereira e Costa (2023), apontam que comunidades tradicionais frequentemente transitam entre visões antropocêntricas e utilitaristas, dependendo de suas relações diretas com os recursos naturais. Apesar desse aspecto, não foi identificado em nenhum dos entrevistados uma narrativa que expusesse a leitura antropocêntrica por parte dos caiçaras quanto as suas ações e seus aspectos culturais. Nas narrativas analisadas, observa-se que o caiçara compreende o ambiente natural de maneira diferenciada em relação aos indivíduos externos a sua realidade. Segundo Reigota (2010), o caiçara percebe o meio ambiente “sem dominância” em contraste com a visão centralizadora da percepção antropocêntrica, comumente evidenciado nos interesses de quem está fora de seu contexto de vida (Vasconcelos, 2021; Pinto e Andrade, 2022; Martins, 2023). Esse aspecto pode ser exemplificado pela narração do Entrevistado 2: “igual o pessoal compra e mata tudo aí pra fazer mansão, essas coisas”. Esse contraste evidencia uma intenção externa de ocupação baseada em interesses econômicos, que desconsidera a interdependência entre ser humano e natureza, aspecto central na percepção caiçara.

Dentro dessa dualidade de interpretação da relação homem/ambiente ganha destaque na narrativa dos entrevistados quanto às tentativas de ocupação do seu espaço e a especulação imobiliária sobre seus territórios. A luta dos caiçaras frente à cobiça de empreendedores tornou-se um traço marcante em sua identidade, associado a sua postura de resistência contra essa pressão.

O contexto de proteção do território caiçara, além de possuir um valor intrínseco para esses povos, foi fortalecido por experiências práticas negativas decorrentes da pressão externa. O Entrevistado 11 relata a perda de terras em um caso em que os interesses externos se sobrepuseram ao direito dos caiçaras: “meu pai tinha casa ali onde é os milionários hoje, quem vendeu esse condomínio?” e ainda, expressa preocupação com o futuro, afirmando: “logo eles tomam isso aqui”, referindo-se ao local onde vive atualmente e menciona que, tentados por ofertas financeiras: “o nego ia vender por uma poupança que dava um carrinho velho”. Esse processo disseminou-se entre as comunidades e muitos caiçaras foram atraídos pelas propostas de compra de suas terras, levando a um problema social de migração e ao enfraquecimento das comunidades, conforme relatado pelo Entrevistado 9 “largaram seu lugar sossegado para ir morar em favela”. Embora os caiçaras tenham obtido vitórias nessa luta, os efeitos desse

contexto ainda perduram, como pontua o Entrevistado 1 ao dizer que “ainda assim vende” referindo-se à prática de alguns caiçaras em atuarem “de laranja por trás pra poder construir”.

A pressão externa sobre os territórios caiçaras no Brasil está profundamente associada à especulação imobiliária, impulsionado pelo crescimento de empreendimentos voltados ao público de alta renda, segundo Bergossi *et al.* (2021). Os autores ainda apontam que este fenômeno reflete uma tendência global de valorização de áreas ambientalmente ricas, como as ocupadas pelos caiçaras, que se tornam alvos de investimentos imobiliários. Consequentemente, as comunidades são frequentemente pressionadas a vender suas terras, seja por meio de propostas econômicas atrativas ou de coerção indireta e acabam deslocadas para áreas periféricas e menos valorizadas, rompendo com suas raízes e modos de vida tradicionais.

A expansão imobiliária não apenas ameaça à segurança territorial, mas também impacta diretamente o ecossistema local e as relações sociais e culturas dos caiçaras. Segundo Vaitsman *et al.* (2023), as comunidades tradicionais, quando pressionadas a abandonar suas terras, tem seus saberes e desvalorizados e eventualmente perdidos, o que prejudica tanto a preservação ambiental quanto o desenvolvimento de práticas sustentáveis alternativas na região.

Os estudos de Zmyslowski *et al.* (2021) relatam ainda que as comunidades tradicionais ainda estão destituídas de um apoio governamental e jurídico dedicado às particularidades mais profundas desse contexto. Mesmo que esses povos busquem meios legais para sua proteção, como narra o Entrevistado 11: “o doutor encaminhou pra nós uma melhoria” e que Constituição Brasileira reconheça o direito das populações tradicionais ao uso da terra, a realidade no campo jurídico revela um quadro de dificuldades para esses povos, tendo a especulação imobiliária um exemplo típico que frequentemente utiliza de artifícios legais e políticos para contornar proteções e regulamentações ambientais.

Em paralelo com especulação imobiliária dos territórios caiçaras está a amplificação do setor turístico da região. A beleza natural e o acesso facilitado aos territórios caiçaras — proporcionados pela consolidação das estradas e pela introdução do barco a motor — favoreceram o desenvolvimento do turismo como uma nova oportunidade econômica. Esse cenário foi impulsionado pela ampla divulgação dos atrativos locais nas mídias digitais, o que ampliou a visibilidade e a demanda por experiências de contato com a natureza.

O aumento do turismo estimulou a adaptação do território caiçara, atraindo principalmente visitantes em busca de atividades voltadas para a natureza. Dessa forma, o meio natural tem sua abrangência de utilidade expandida, criando uma condição prática pela sua

existência no local, sendo utilizada como meio que cria uma condição particular de experiência turística. Dessa forma, esse contexto vem possibilitando que oportunidades de trabalho se expandissem sobre os territórios caiçaras, destacando a locação de casas, áreas de camping, passeios de barco, trilhas guiadas, além de restaurantes e eventos festivos.

Os traços culturais simbióticos que o caiçara nutre com a natureza são demonstrados nessa nova perspectiva econômica, uma vez que se nota uma postura proativa em prol da sustentabilidade diante das práticas do turismo, como narrado pelo Entrevistado 7: “a gente ajuda a preservar, limpa a trilha, ajuda o turista”. As demandas crescentes pelos turistas estão voltadas a uma experiência de maior contato com a natureza, de menor impacto sobre o meio e de valorização da cultura local, conforme apontado pelo Entrevistado 8: “sempre tem gente querendo fazer caminhada, fazer trilha”. Assis (2022) pressupõe que a cultura tradicional adquire valor para os turistas porque estes lançam sobre ela um olhar exótico: ela representa um modo de viver em harmonia com a natureza que não se identifica com as sociedades globalizadas. Por isso, ao aludir a um padrão de vida mais sustentável, a floresta, o mar, os rios tornam-se símbolos de uma cultura com a qual se quer ter contato, visto que se almeja ter uma experiência mais “genuína”.

Esse turismo de viés sustentável apresenta-se como uma perspectiva econômica interessante e tem sido aceita pelos caiçaras, como apontado pelo Entrevistado 2: “o turismo tem ajudado bastante”. Dessa forma, o caiçara se ajusta dentro da oportunidade apresentada, criando condições de receber o turista que busca em seus territórios essa experiência diferenciada quanto atividades turísticas (Figura 37). A estruturação de locais de hospedagem é um exemplo narrado pelo Entrevistado 6, que menciona ter construído “uma casa que acomoda até 8 pessoas”, e pelo Entrevistado 10, que comenta: “alugava minha casa pro pessoal tudo”. O mesmo entrevistado ainda relata que essa nova realidade, cria um ambiente de adaptações, onde o caiçara “vive um pouco da pesca, um pouco do turismo”, e que a geração mais nova “preferem o turismo” como fonte de renda. O Entrevistado 1 reafirma esse contexto ao dizer que “no final do ano trabalha com o turismo, que ajuda muito”, mencionando que muitos jovens atualmente trabalham preferencialmente “em barco de turismo”.



(a)



(a)



(b)

Figura 37: Estrutura adequada para o receptivo turístico. (a): Restaurante na praia Martim de Sá; (b): Indicações de locais para locação de casa e opções de alimentação para turistas; (c): Área de alimentação do restaurante integrada as casas dos caiçaras em Martim de Sá, com a icônica foto do líder caiçara Manuel dos Remédio “Seu Maneco”.

Fonte: acervo dos autores, 2024.

Os estudos de Vieira *et al.* (2021) com comunidades tradicionais na Bahia se assemelha com a visão do caiçara, que considera o turismo um oportunidade de diversificar suas fontes de renda, integrando novas atividades econômicas sem abandonar totalmente as práticas

tradicionais, como a pesca. Os autores enfatizam que, quando o turismo promove uma gestão compartilhada e participação comunitária ativa, esse segmento não apenas fortalece a economia local, mas também promove os vínculos comunitários e preservação da identidade cultural.

Almeida e Emmendoerfer (2022) apontam que o turismo praticado pelos caiçaras como aluguel de casas para turistas, passeios de barco e trilhas estão alinhados com o turismo de base comunitária. Os autores enfatizam que esse modelo de turismo é menos dependente de intervenções externas, valorizando um modelo autossustentável por parte dos atores locais, o que se torna fundamental para garantir que as dimensões ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas sejam garantidas. O turismo de base comunitária, é uma iniciativa que já tem seu contato com os caiçaras da Juatinga, como narrado pelo Entrevistado 13, que conta: “a gente tem o roteiro turístico de base comunitária. Segundo Cabral e Junior (2020) esse tipo de turismo tem como princípio a promoção de um intercâmbio cultural autêntico, que coloca uma determinada comunidade como protagonista na criação de experiências autênticas aos moldes de um modo de vida singular, criando uma condição de vínculo entre visitantes e a cultura local. Os autores destacam que esse modelo de turismo pode gerar um impacto econômico positivo nas comunidades tradicionais, mas que também amplia suas influências sobre a conservação do território desses povos assim como tudo que cerca a construção da sua identidade cultural.

Entretanto, a abertura das comunidades para as atividades turísticas também evidencia circunstâncias preocupantes na visão de alguns caiçaras. O Entrevistado 9 aponta que: “o turismo em parte foi bom” porque “o turista atrai o dinheiro” entretanto, o Entrevistado 8, aponta preocupação com o aumento de fluxo de pessoas, dizendo: “agora tá tendo mais gente e essa parte é ruim”. Essa percepção dos caiçaras evidencia o que Silva *et al.* (2021) destacam em seus estudos, afirmando que desafios sociais, inclusive aqueles associados ao fluxo elevado de visitantes em locais turísticos, pode colocar em risco não apenas a segurança comunitária desses povos também a conservação do seu espaço natural.

Martinez *et al.* (2022) afirma que o turismo, em qualquer que seja o modelo desenvolvido, interfere na dinâmica socioambiental de um destino. Cada vez (2023) ainda destaca que, mesmo que o turismo possa estimular e valorizar o patrimônio cultural de um povo, mudanças significativas em suas tradições e identidade torna-se um risco eminente associados a introdução de práticas turísticas que, em detrimento de uma simplificação e massificação de suas expressões culturais, tem-se como efeito a perda da autenticidade e homogeneização das práticas culturais, o que enfraquece a diversidade cultural e a conexão dos habitantes com suas raízes.

Alves e Silva (2021) destacam que a oportunidade propiciada pelo turismo deve estar associada ao desenvolvimento sustentável, operacionalizando como uma ferramenta em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no manejo e conservação ambiental e no arranjo econômico solidário para minimizar os efeitos negativos do segmento. Os autores reforçam a ideia de que o turismo de base comunitária consolida-se como alternativa mais viável dentro do segmento para promoção de um desenvolvimento econômico e sociocultural, e que, esse modelo é comumente indicado dentro dos processos de gestão de áreas protegidas, - como é o caso dos caiçaras que habitam a região da Juatinga - uma vez que associa a proteção das áreas naturais e conservação de ecossistemas e também direciona atenção junto aos interesses e as circunstâncias que envolvem os povos habitantes que estão inseridos dentro dos seus limites (Figura 38).

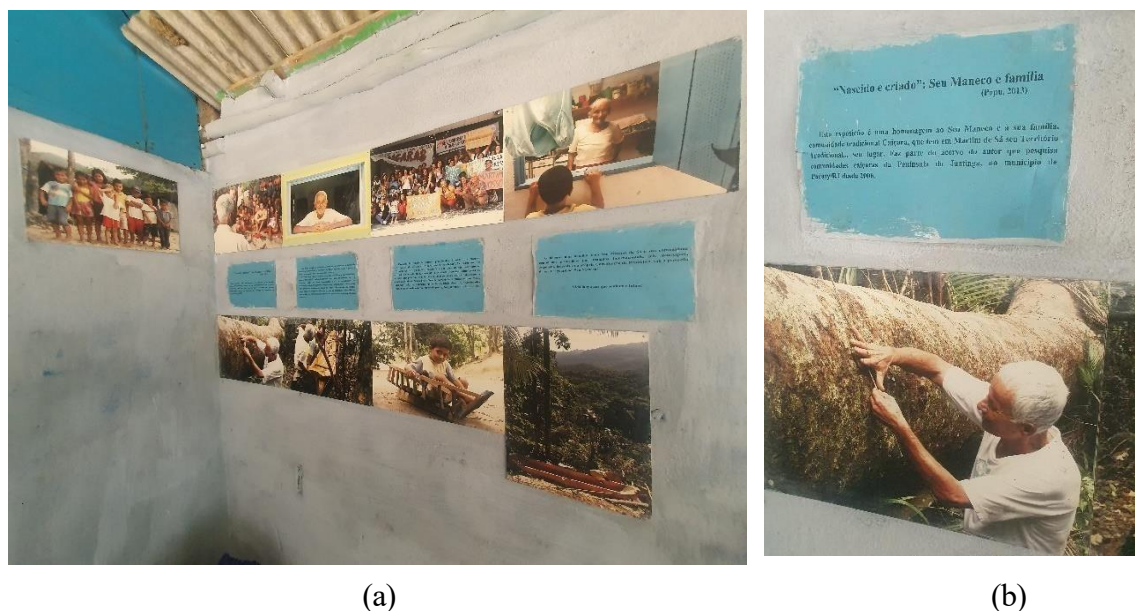


Figura 38: A valorização e o orgulho de ser caiçara é percebido por aqueles que visitam os territórios desses povos na Juatinga. (a): Pequeno museu com fotos do cotidiano caiçara aberto a visitação na praia Martim de Sá; (b): Seu Maneco medindo tronco de árvore no “palmo” para a construção de canoa tradicional.

Fonte: dos autores, 2024.

Pode-se dessa forma inferir que, para os caiçaras, a natureza é imprescindível para a vida, mas é, acima de tudo, um bem a ser manejado de modo sustentável. A perspectiva utilitarista, assim, não só legitima o uso da natureza, mas também estrutura o pensamento ambiental dessa comunidade, refletindo um equilíbrio dinâmico entre a exploração e a necessidade de preservação.

As entrevistas também revelaram uma dimensão emocional e contemplativa na relação dos caiçaras com a natureza, destacando a existência do que é conceitualmente conhecido como

percepção romântica, como destaca o Entrevistado 13, que ao falar da sua terra, a enxerga como: “um lugar muito lindo”. Nesse contexto, a paisagem é apreciada por sua beleza intrínseca, suas qualidades estéticas e o senso de pertencimento (Palar *et al.*, 2017; Fraga *et al.*, 2021; Pinto *et al.*, 2022). Essa apreciação revela a complexidade da interação humana com o meio ambiente, mostrando que, além de um recurso vital, a natureza desperta sentimentos como admiração e respeito, influenciando até mesmo valores humanos fundamentais e promovendo um senso ético em relação a outras formas de vida (Silveira, 2023; Lima, 2023). Nunes e Lehn (2022) ainda reforçam que uma visão romantizada pela natureza, mesmo que em um contexto de uso utilitário, pode coexistir quando o ambiente natural é percebido como um legado que precisa ser protegido.

Embora a percepção romântica não seja amplamente enfatizada nas narrativas caiçaras, sendo notada apenas em 3 discursos dentre os 13 entrevistados, ela se manifesta de maneira sutil, refletindo uma apreciação estética pela beleza natural do local onde vivem. Essa visão pode ser exemplificada na fala do Entrevistado 5: “a gente navegando aí com água tão bonita no mar”, assim como do Entrevistado 11 que reconhece que: “aqui é uma das praias mais bonitas do mundo”. Tais expressões evocam um senso de reverência pela harmonia e grandiosidade da natureza e também, pela incompreensão da falta de sensibilidade contemplativa dessa beleza, sendo também narrado pelo Entrevistado 11 que alguns membros da comunidade “não dá valor pra isso”. De acordo com Simões e Hayashi (2024), essas percepções são comuns em comunidades que vivem imersas em ecossistemas ricos em biodiversidade, onde a estética da paisagem se torna parte da identidade cultural.

Essa apreciação estética é acompanhada por um orgulho profundamente enraizado na relação com a terra, como ilustrado pela fala do Entrevistado 11: “eu sou filho da terra, não tô desmatando a mata”. Aqui, encontramos um desejo de preservação que transcende o uso prático dos recursos, ressoando com o conceito de uma “super-natureza”, caracterizado pela beleza e pelo equilíbrio descritos por Malafaia e Rodrigues (2009). A conexão emocional com o ambiente se alinha à descrição de Fraga *et al.* (2021), que sugerem que comunidades locais frequentemente romantizam a natureza em um contexto de orgulho e pertencimento, mesmo quando enfrentam desafios econômicos e sociais.

É interessante observar que essa percepção romântica está impregnada por um sentimento de vulnerabilidade diante das mudanças contemporâneas que ameaçam tanto a paisagem quanto a cultura local. O descontentamento com a transformação de valores e a consequente redução de práticas culturais tradicionais é evidente, como destaca o Entrevistado

4: “antigamente tirava canoa no mutirão, hoje se não pagar ninguém vai” ressaltando a perda do senso de cooperação característico das atividades comunitárias caiçaras. Além disso, as frequentes pressões de compra e venda de terras caiçaras contribuem para um ambiente de incertezas, relacionado à alteração das características naturais da região. Essa mudança, por sua vez, impacta a própria essência da identidade caiçara, como indica os estudos de Oliveira (2021). Santos e Melo (2023) apontando que essas transformações ameaçam não apenas o equilíbrio ecológico, mas também o patrimônio cultural de comunidades tradicionais, evidenciando uma complexa interconexão entre território, identidade e práticas culturais.

A percepção romântica, embora menos prevalente, exerce um papel importante na compreensão da relação dos caiçaras com o ambiente. Ela permite uma leitura da natureza que transcende a funcionalidade, valorizando a estética e a identidade cultural do ambiente, que ainda persiste, apesar de estar sob constante ameaça. Os caiçaras se conectam com essa percepção de maneira nostálgica, consolidando uma ligação emocional que nutre o orgulho de sua origem.

O aprofundamento dessa característica envolve a análise da percepção histórico-cultural, um aspecto fortemente presente nas narrativas coletadas. Esse tipo de percepção reflete a profunda relação que as comunidades tradicionais estabelecem com o território ao longo do tempo, onde o indivíduo se define a partir das interações entre suas práticas e o ambiente em que está inserido. Aqui, a percepção de fenômenos e objetos é construída a partir dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos, tratando-se de uma realidade conceitual, e não apenas material. Esse entendimento permite generalizações e o reconhecimento de fatos históricos que moldam o cotidiano da comunidade (Paoli e Rumenos, 2020; Paoli *et al.*, 2024).

No caso dos caiçaras, a percepção histórico-cultural revela uma complexa ligação entre práticas culturais e o ambiente natural, destacada nas narrativas de 11 dos 13 entrevistados, que expressaram uma visão de mundo interligada à paisagem local. Os saberes transmitidos entre gerações consolidam-se como pilares cultural e social, moldados pela Mata Atlântica e pelo litoral, que fornecem não apenas recursos, mas estruturam identidades sociais e práticas tradicionais. Essa herança cultural, construída ao longo do tempo, conecta gerações por meio de práticas sustentáveis e preserva um legado cultural intrínseco ao território.

A análise da transmissão de saberes entre os caiçaras revela uma rede de compartilhamento de conhecimentos intergeracionais, onde o saber local é transmitido e adaptado em função das necessidades práticas, como nas técnicas de agricultura, pesca e

extrativismo. Essa transferência ocorre predominantemente de forma oral e prática, sendo reflexo de convivência contínua que fortalece os laços identitários e a autonomia comunitária, como narra o Entrevistado 3: “aqui a gente troca muita informação”.

Essa prática de transmissão é comumente relatada pelos entrevistados como, por exemplo, quando o Entrevistado 01 revela que o seu conhecimento: “vem lá de trás, do bisavô da gente”, assim como do Entrevistado 6, que diz que “aprendi tudo com meu pai, meu avô”. Os Entrevistado 2 e 3, que em referência ao modo de vida caiçara afirmam que: “isso aí vem da geração de antigamente”; “do pessoal mais antigo”. O Entrevistado 7 indica a importância e o senso de confiança sobre o conhecimento da geração anterior a sua, afirmando que “Minha mãe que sabe”, além do Entrevistado 8 indicar a presença da interrelação entre os membros da comunidade, que também implica na transmissão de saberes, afirmando que: “a mulher dele (de outro caiçara) que me ajuda (na prática da roça)”.

Valentin e Trindade (2021), trabalhando em comunidades quilombolas, apontam que a transmissão de conhecimentos através de gerações ajuda a reforçar a memória e a identidade coletiva, permitindo que os indivíduos ajustem práticas e significados conforme as transformações sociais, culturais e ambientais, mantendo a coesão do grupo e o senso de pertencimento.

Souza e Silva (2021) ainda enfatizam que a transferência de conhecimentos tradicionais nas comunidades não é apenas um processo de preservação cultural, mas também de adaptação e continuidade que conecta os membros atuais a práticas ancestrais, configurando uma identidade coletiva única. Os autores ainda apontam que a relevância dessa transmissão reside na capacidade de proporcionar uma educação integrada, onde o conhecimento local se articula com o meio ambiente e história do grupo, consolidando uma identidade mais robusta diante das mudanças e pressões externas.

Além disso, Ferreira e Souza (2022) destacam que a transmissão de saberes intergeracionais, observada em comunidades tradicionais como os caiçaras, não apenas assegura a continuidade de práticas culturais e de subsistência, mas também promove um senso de pertencimento e coesão social. Além disso, a relação entre familiares e membros da comunidade na preservação dos saberes reforça o conceito de territorialidade, fundindo o espaço físico e cultural, criando um sentimento de pertencimento único que une a terra e tradição. Essa ligação é, como afirmam os autores, transmitida como um patrimônio imaterial e consolida-se como um aspecto fundamental da vida comunitária.

Esse cenário, onde saberes e práticas locais são passados de geração em geração, demonstra a profundidade com que esses conhecimentos estão enraizados na cultura dos caiçaras. Esse processo contribui para uma continuidade cultural, onde práticas e tradições, que resistem ao tempo, fortalecem a resiliência cultural e ambiental das comunidades tradicionais frente às mudanças socioambientais (Gonçalves e Pasa, 2015; Isaguirre-Torres e Maso, 2023).

Por outro lado, apesar de ser notório a importância atribuída às tradições familiares e práticas ancestrais pelos caiçaras, a manutenção de alguns aspectos tradicionais podem perder sua significância devido às possibilidades inerentes a influências externas, influenciando a dinâmica de propagação e interpretação do conhecimento tradicional (Krasnigi, 2023) como destaca o Entrevistado 2: “meu pai fazia muita canoa, barco. A gente não faz não.” E reforça que, apesar da pesca ser importante para as comunidades “falta gente pra trabalhar” uma vez que “a família está espalhada por aí” porque muitos deles “vai pra cidade”.

Segundo Casi *et al.* (2021) essas influências podem facilitar o desenvolvimento econômico e social proporcionando novas oportunidades, como é o caso do turismo para os caiçaras. Contudo, elas também ameaçam a continuidade de práticas culturais fundamentais que definem a identidade coletiva de comunidades tradicionais. que podem resultar tanto em desafios quanto em oportunidades como destaca o Entrevistado 9: “o turismo em parte foi bom”.

No caso das comunidades caiçaras, esse contexto tem gerado uma reconfiguração cultural perceptível, especialmente no modo como os jovens percebem e se envolvem com as práticas ancestrais, conforme expõem o Entrevistado 3:

“os mais novos não querem saber de nada disso: de pesca, de mar, trabalho duro aí. Mas acho que isso é por causa do turismo, né? é uma forma de trabalho, entra bastante dinheiro numa época só”. (Entrevistado 3)

Costa e Almeida (2023), apontam que o acesso à internet e a escolarização ampliada vêm alterando os interesses e aspirações da juventude, que passa a adotar um modo de vida mais urbano, abandonando práticas como a agricultura de subsistência e a pesca artesanal. Essas mudanças geram um “choque cultural”, onde os mais velhos veem a perda de valores e costumes como uma ameaça à identidade comunitária, enquanto os mais jovens se adaptam às novas possibilidades que o mundo moderno oferece (Moura *et al.*, 2021).

“Na época do meu pai, no tempo dos meus avôs, no tempo dos meus tios, nós levava banana-da-terra daqui, no balaio, pra Paraty vender. Hoje eles saem pra trabalhar pra fora (os jovens) [...] a roça aqui acabou tudo”. (Entrevistado 10)

“meus filhos não vem pra um lugar desse fazer roça, os meus netos nem se fala”
(Entrevistado 9)

Contudo, essa transição não significa um simples abandono das tradições. O caiçara também tem, dentre suas características identitárias, uma singular capacidade de resiliência, muito evidente na luta desses povos pelo direito de manter e de se manterem, o espaço onde vivem sobre as pressões da globalização. Mesmo que existam as influências das novas realidades, esses povos ressignificam seu papel no mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que entende a importância de valorizar os elementos centrais de sua identidade, como expressado pelo Entrevistado 8: "Sempre foi assim e ainda continua assim".

Esse fenômeno de resistência cultural é importante para garantir que esses povos mantenham seus direitos preservados, garantindo que se mantenha viva a memória coletiva e as tradições de um povo que se reconhece na paisagem, unindo preservação ambiental e oportunidades de desenvolvimento econômico ao seu direito de se manterem no seu território de origem. Ainda assim, há uma necessidade urgente de políticas públicas que possam apoiar essas adaptações de forma a não comprometer a herança cultural e ambiental, não apenas dos caiçaras, mas de comunidades tradicionais como um todo (Cardoso *et al.*, 2020; Lima *et al.*, 2024).

Com relação à percepção socioambiental, esta traz uma abordagem mais localizada como afirmado por Assis *et al.* (2020), que incluem, por exemplo, questões que envolvem um olhar do caiçara para o próprio caiçara, assim como aspectos da justiça ambiental e equidade social. A percepção socioambiental observada entre os caiçaras demonstra que esses povos tem um entendimento próprio, empírico sobre conservação ambiental e que isso, a nível de comunidade, gera um forte senso de responsabilidade compartilhada, tornando esses povos guardiões de seu território. Essa percepção está profundamente ligada à memória cultural desse povo, cuja interpretação da importância do meio onde vive vem sendo moldada por ensinamentos transmitidos ao longo das gerações. O Entrevistado 5, em um trecho da sua narração, resume esse papel assumido pelo caiçara diante da conservação da natureza do seu território, expondo que: “quem faz o manejo de não explorar, somos os moradores e hoje em dia a mata tá assim por causa dos morador”.

Esse protagonismo é também exemplificado pela vigilância constante do seu ambiente, como relatado pelo Entrevistado 9, que descreve o impacto das frotas pesqueiras em suas áreas de pesca: “esses barcos jogam lixo e deixam mancha de óleo. Tem camaroeiro que fica reclamando, que puxa a rede e vem cheio de saco plástico, garrafa”. Abreu *et al.* (2021) relata

em seus estudos que pescadores artesanais se vêem envolvidos em conflitos de sobreposição do uso de áreas marítimas utilizadas pelos caiçaras para extraírem seu recurso pesqueiro, indicando a necessidade de um planejamento costeiro ocorra de forma efetiva. Em complementariedade, o caiçara ainda se mostra colaborativo quanto a auxiliar na proteção do seus espaço, como conta o Entrevistado 4 sobre uma visita de um agente do Ibama em sua casa: “A gente tá aqui pra ajudar vocês. O lixo que chega a gente cata tudo, o palmito nós não deixamos tirar e se algum caçador entrar, a gente bota pra fora”.

Simões *et al.* (2020) conclui em seus estudos que, mesmo os moradores sendo agentes ativos sobre uma “fiscalização” de seu território e, por isso, serem dotados de uma percepção socioambiental, é fundamental que os serviços públicos de gestão estejam comprometidos em garantir que essas constatações sejam propagadas em discussões que busquem ações que visem mudanças positivas na qualidade de vidas desses povos.

Sousa e Kistermacher (2023) apontam que as comunidades tradicionais são, naturalmente, predispostas a atuarem como protetores do seu ambiente e que essa característica deve ser aproveitada pela gestão pública para ampliar suas ações de impacto positivos que envolvem a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida desses povos, incentivando principalmente as práticas de educação ambiental não-formal junto a esses atores.

A percepção socioambiental das comunidades caiçaras é frequentemente comparada entre o modo de vida das gerações passadas e as condições contemporâneas dos mais jovens, ficando evidente um sentimento de pesar por parte da geração mais antiga o desinteresse dos mais jovens em manter viva o modo de vida tradicional, como destaca o Entrevistado 2, que sobre esse aspecto, afirma: “a molecada não tem interesse não” e ainda, o Entrevistado 7 ainda acredita que essa praticas: “ para o futuro nem vai ter mais”. Embora os ensinamentos das gerações anteriores estejam amplamente vinculados a práticas sustentáveis, os caiçaras atuais, sob influência positiva de fatores externos, reconhecem que o papel e o impacto de suas atividades no ambiente podem ser adaptados e aprimorados como destaca o Entrevistado 13, que afirma: “a gente tem o roteiro de turismo de base comunitária”. Essa adaptação é impulsionada pela busca de parcerias vantajosas que, ao mesmo tempo, promovem a preservação ambiental e o fortalecimento de seu modo de vida tradicional.

A consciência sobre o impacto de suas práticas é observável nas narrativas a seguir, nas quais surgem reflexões sobre práticas potencialmente prejudiciais e o uso de tecnologias inovadoras para melhorar o saneamento básico local:

[...] contribuindo eu não tô (referente a conservação), meu esgoto tá na barra. Eu sei que tem coisas na minha casa que estão erradas.” (Entrevistado 3)

[...] a fossa era a primeira que fazia na época. Tem gente que chama de sumidouro, eu chamo de sumidouro poluidouro, porque polui o ambiente, polui o lençol freático. (...) a gente fez 12 depois (em referência a implantação de modelos de bacia evapotranspiração para tratamento de água negra) e reproduzi por meio do mutirão através da Fiotec, uma instituição da Fiocruz. A gente foi aprendendo, nosso projeto conseguiu emendas parlamentares. Fizemos na aldeia Tachin, também no quilombo do Campinho, que fizeram um esquema de coletar o gás. [...] estão construindo na Araponga (outra aldeia indígena) e tem muitos pedidos para as aldeias de Ubatuba. [...] o saneamento ecológico está dentro do roteiro do turismo de base comunitária.” (Entrevistado 13)

A percepção socioambiental dos caiçaras também está relacionado à categorização de seus territórios como áreas protegidas. Segundo Barbosa *et al.* (2021), as unidades de conservação refletem diretamente aspectos socioambientais, pois sua criação busca não apenas a proteção ambiental, mas também a manutenção da qualidade de vida das comunidades que ali residem. Os caiçaras entrevistados reconhecem o valor dessas áreas para a preservação tanto dos ecossistemas locais quanto de seu modo de vida tradicional. Para essas comunidades, as leis ambientais que regulamentam essas áreas são essenciais para garantir a integridade de suas terras, atuando como uma barreira contra a especulação imobiliária e a transformação de seus territórios em destinos de turismo de massa ou em empreendimentos privados.

[...]essa APA Cairuçu foi muito bom, se não fosse a APA, INEA e Crbio já não, existiria mais caiçara aqui. Teve uma época que só tava entrando gente aí, aí o INEA chegou aí e embargou, e foi parando de vender. (Entrevistado 1)

[...] ajudou um pouco, ajudou a preservar né. Não pode mais tirar madeira, por causa do IBAMA. (Entrevistado 2)

[...] controlou a tal da "vendição" de terra (em referência as restrições de compra e venda de terras proposto pelo INEIA). Eu sou a favor do INEIA pra poder ter a base de certas coisas que estão erradas. Depois do Ibama e do INEIA começou a vir pra cá isso virou uma floresta. (Entrevistado 3).

[...] em certa parte é bom, porque os pessoal de fora, os veraneio querem invadir a terra, pra fazer mansão. Já é bom por isso, tem uma lei que é só os caiçaras. (Entrevistado 7).

No entanto, as diretrizes e restrições impostas pela gestão das áreas protegidas nem sempre refletem as necessidades e percepções das comunidades caiçaras, o que acaba gerando

uma desconexão entre as políticas ambientais e a vida cotidiana dos habitantes locais. Galvão e Tedesco (2022) apontam que a relação da gestão de uma Unidade de Conservação com a comunidade foi o aspecto mais marcante e salientado pelos entrevistados de sua pesquisa, revelando que existe um conflito entre as partes que vão muito além das restrições impostas por um Plano de Manejo e destacam que, canais de diálogo efetivos e de inserção social de comunidade locais é crucial para um modelo de gestão adequado.

Os caiçaras apontam que mudanças impostas pelos modelos de gestão das áreas protegidas muitas vezes não refletem as reais necessidades das comunidades, gerando uma lacuna entre as políticas ambientais e a sua vida cotidiana. Embora as áreas protegidas tenham como objetivo a conservação do meio ambiente, a rigidez das normas, a burocracia e a falta de diálogo com as populações tradicionais criam um ambiente de dúvidas de diversas ordens, indo desde o reconhecimento do papel de cada autoridade ambiental (Ibama, APA, INEA) até a possibilidade de manutenção de práticas culturais, como a agricultura, o artesanato e a pesca.

[...] a gente não corta (referência as árvores), a não ser se quiser tirar um remo [...] tirar uma canoa dessa árvore, aí eles (o órgão ambiental) dão um ofício proê tirar." (Entrevistado 1).

[...] com a proibição que ta hoje rapaz, não pode derrubar nenhuma árvore pra fazer canoa. Os caiçaras vivem encurralado, porque eles viviam de tirar um remo, um balaio, uma peneira, uma canoa e depois, não conseguia mais fazer isso (devido às restrições ambientais), aí o que eles fizeram? foram vendendo as terras, as casas dos avôs, foram deixando de viver da roça. (Entrevistado 4).

[...] é que a fiscalização deles não vem tanto aqui, né? Eles são mais lá computador. (Entrevistado 5)

[...]aí teve a lei que botou o INEA. Aí proibiram de cortar, de fazer derrubada, aí acabou e nós abandonamos a roça. Meu tio foi embora pra São Paulo por causa do INEA mesmo. (Entrevistado 7)

[...] então, tem um que vem e diz: não pode mais fazer roça ali. Aí vem outro e diz: você pode fazer a tua roça porque você é caiçara [...] minha casa ali, está esperando um tempão ali um mandato pra fazer [...] porque se fosse lei ambiental aí do IBAMA, não fazia [...]. [...] viemos aqui pra derrubar essa casa aí (em referência ao pessoal da fiscalização ambiental) [...] não pode fazer separada e tinha que pegar atribuição pra fazer [...] aí eu fico meio incomodado [...]. [...] aí você precisa de uma ajuda deles, não vem aqui não, não ajuda (em referência aos administradores das áreas protegidas). (Entrevistado 9)

Em alguns casos mais graves, alguns caiçaras narraram situações que podem ser interpretadas como excludente, de descaso, de interesse próprio ou até mesmo coercitiva. Essas perspectivas são exemplificadas nas falas, por exemplo, do Entrevistado 03, que afirma: “não tem aquelas pessoas que estão entendidas das coisas como a gente precisa”, complementando que: “o INEIA abandonou a gente”. O Entrevistado 07 narra que: “eles vêm aqui quando querem alguma coisa”; o Entrevistado 04, relata que, em uma determinada ocasião: “sentou um policial aí, com a pistola na mão”. O Entrevistado 09, expõe sobre sua experiência junto a um profissional do IBAMA onde, o mesmo anunciando o motivo da sua visita, afirmou: “vimos aqui pra derrubar essa casa aí”. O Entrevistado 13, narra um evento dramático vivenciado pelo próprio, contando sobre a chegada de “dois ônibus pretos com 74 policiais para tirar a galera daqui” e, em outra ocasião, “34 policiais vieram destelhar a casa de uma moradora aqui”.

Esses obstáculos impõem um sentimento de rejeição e falta de valorização dos caiçaras junto as políticas de conservação, criando um cenário de insatisfação, que prejudica tanto a preservação ambiental quanto o valor histórico-cultural da identidade caiçara. Silva e Ayach (2022) concluíram que, para enfrentarem os problemas de gestão de uma Unidade de Conservação no Mato Grosso, os gestores precisam envolver e incentivar a participação das comunidades locais nos processos decisórios para que o objetivo primordial da conservação ambiental seja alcançado.

Martins e Oliveira (2023) exploram o impacto psicológico e cultural da criação de áreas protegidas, enfatizando que as restrições impostas podem gerar sentimentos de alienação e perda de pertencimento. Os autores argumentam que, para muitas comunidades, a paisagem natural é um componente vital de sua identidade cultura e a imposição de limites sem diálogo apropriado pode enfraquecer o vínculo ancestral que essas comunidades mantêm com a terra, transformando um espaço antes sagrado em um objeto de controle externo.

Nota-se, portanto que existe uma dualidade sobre a interpretação do caiçara quanto a existência de áreas protegidas e, mais do que isso, fica evidente um senso crítico por parte desses povos quanto as ações propostas sobre seu território, mesmo que essas apresentem uma ideia central de proteção num primeiro momento, revelando mais uma vez, que o caiçara é um integrante conscientemente ativo, interessado e envolvido em suas causas e que reivindica seus direitos como comunidade tradicional e como cidadãos, conforme evidencia o Entrevistado 11: “aqui era para ser Parque mas nós não aceitamos, não poderia fazer nada”.

Entretanto, mesmo que mudanças em seu modo de vida possa implicar em insatisfações, é consenso que a criação das áreas protegidas trouxe segurança para esses povos e, como afirma o Entrevistado 1: “se não fosse a APA, ENEIA (INEA) e CRBio já não existiria mais caiçara aqui”. Essa percepção não é contemporânea e revive as pressões enfrentadas pelas gerações anteriores de caiçaras, que sofreram com a falta de proteção de seu território. O Entrevistado 05 ressalta essa necessidade ao afirmar: “desde a época do meu pai, a gente precisa dos órgãos ambientais na fiscalização”. Mesmo ao criticar os órgãos competentes, o Entrevistado 03 declara ser “a favor do INEA para poder ter a base de certas coisas que estão erradas”, destacando que, entre os casos que considera positivos “controlou a tal da venda de terra e ainda ajudou na recomposição da vegetação local”, acrescentando que “depois que o IBAMA e o INEA começaram a vir pra cá, isso virou uma floresta”. Na mesma perspectiva, o Entrevistado 01 menciona que “ela (a APA de Cairuçu) ajudou a conservar o lugar pra nós”, enquanto o Entrevistado 07 enfatiza o benefício do controle da invasão de terras, afirmando que a criação de áreas protegidas “foi bom porque o pessoal de fora, os veranistas, querem invadir a terra para fazer mansão”.

Almeida e Santos (2021) apontam em seus estudos que, embora as áreas protegidas possam limitar o acesso a recursos naturais, elas são vistas como aliadas na preservação de um ambiente essencial para a identidade caiçara. Essa dualidade é evidenciada nos relatos de membros das comunidades que expressam, por um lado, o reconhecimento da importância ecológica e, por outro, há a interpretação de que as políticas de conservação nem sempre consideram as necessidades culturais e sociais locais.

Nessa linha, Ferreira *et al.* (2022) discutem que as práticas de manejo comunitário, se devidamente integradas às políticas de conservação, podem promover um equilíbrio sustentável. Esses autores enfatizam que as comunidades tradicionais têm um papel crucial na gestão de seus territórios, pois possuem um conhecimento ecológico profundo e dinâmico que podem contribuir para a eficácia de gestão das áreas protegidas. O estudo dos pesquisadores ressalta que é fundamental incorporar os saberes locais nas estratégias de preservação, de modo a evitar conflitos e fortalecer as práticas sustentáveis que já existem nessas comunidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar as percepções ambientais das comunidades caiçaras da península da Juatinga, analisando a relação entre os saberes tradicionais e a conservação ambiental no contexto da APA de Cairuçu e da REEJ. A hipótese de que o modo de vida caiçara e suas práticas estão alinhados com a conservação do ambiente natural foi validada. Os caiçaras demonstraram, por meio de práticas como agricultura de subsistência, pesca, extrativismo e uso medicinal de plantas, uma relação simbiótica e pragmática com o ambiente. Essas práticas reforçam a noção de sustentabilidade profundamente enraizada em sua cultura, sendo transmitidas de geração em geração como um legado de adaptação e resiliência.

Entretanto, é necessário ressaltar que essa constatação está firmada em um contexto geral uma vez que também foram identificadas práticas não alinhadas a essa perspectiva, tanto no passado quanto no presente, como a insuficiência de estrutura para a coleta de esgoto nas comunidades, tendo os efluentes produzidos descartadas “na barra”. Outro ponto relevante relacionado a hipótese é a importância das áreas protegidas não apenas para a preservação do ambiente natural, mas também para a proteção das comunidades tradicionais que nelas habitam. Apesar dos caiçaras terem narrado críticas à gestão restritiva dessas áreas, os mesmos reconhecem seu papel no restabelecimento da floresta e na proteção contra interesses econômicos externos.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, também pode-se afirmar que foram alcançados. Identificaram-se aspectos culturais do cotidiano caiçara e as percepções desses povos sobre seu modo de vida e sua relação com o meio ambiente. Essa análise revelou um mosaico rico de práticas e saberes que incorporam dimensões históricas, econômicas e sociais.

Considerando os tipos de conhecimento atribuídos pelos entrevistados ao uso de recursos naturais, destacou-se aqueles relacionadas a Alimentação (Ali.), Agricultura (Agr.) e Pesca (Pesc.), o que demonstra a relevância direta do ambiente natural para a manutenção da subsistência e economia local para manter suas necessidades básicas. Associado a essa condição de estabelecimento no local, os caiçaras também se destacam pela habilidade de perceber a floresta como uma provedora de matérias-primas e insumos para o desenvolvimento de tecnologias, como para a construção de canoas, aumento de durabilidade de suas redes e óleos combustíveis utilizados como meio de iluminação. Além disso, a floresta ainda é percebida

como um reduto medicinal, fonte de diversas formas de remédios, como foi notado quanto ao conhecimento Medicinal (Med.) que apesar de não ter sido um dos mais mencionados, quando narrado é fica evidente que o caiçara detêm um vasto conhecimento sobre o assunto exemplificado pela diversidade de espécies citadas utilizadas como meio de cura, muitas delas inclusive, compõem seus quintais, plantadas de maneira intencional em canteiros próximo as casas.

Considerando a percepção ambiental, foram identificadas as: Socioambiental (PSAmb.), Utilitarista (Uti.), Histórico-cultural (PHcult.), Naturalista (Nat.), Globalizante (Glob.) e Romântica (Rom.), evidenciando que os caiçaras enxergam o ambiente de forma multidimensional e desprovido de dominância sobre a natureza. Dentro desse panorama, a percepção Utilitarista (PUti.), Socioambiental (PSAmb.) e Histórico-cultural (PHcult.) predominam, refletindo uma relação profundamente integrada entre o caiçara e o meio ambiente e a sua vida prática, associada a uma compreensão tanto individual quanto coletiva do papel que exercem sobre o meio onde estão inseridos, ancorada por uma ancestralidade e reverência à memória histórica da sua identidade cultural. Vale ressaltar que a Percepção Naturalista (PNat.) apesar de, numericamente, não estar entre os mais citados, quando narrados pelos caiçaras fica evidente o amplo conhecimento de espécies vegetais por esses atores, assim como de outras características do ambiente, como épocas do ano voltadas a pesca de determinada espécies e o ciclo reprodutivo de animais reforçando, mais uma vez a relação aproximada que o caiçara detêm com o ambiente natural.

Os caiçaras, de modo geral, demonstram um amplo e profundo conhecimento sobre o ambiente em que vivem, especialmente no que se refere à utilização prática dos recursos naturais com foco na subsistência. Esse saber, transmitido de geração em geração, não apenas garante a sobrevivência das comunidades, mas também fortalece sua coesão social, resultando em um cenário cultural e etnográfico único. Esse modo de vida reflete, em grande parte, uma herança dos primórdios da ocupação das terras litorâneas brasileiras pelos povos indígenas, criando um elo entre passado e presente.

A ocupação indígena dessas paisagens ocorreu de forma gradual, envolvendo um processo de adaptação ao ambiente. Em um primeiro momento, os grupos indígenas precisavam identificar e compreender as fontes de recursos disponíveis e os processos naturais locais, garantindo, antes de tudo, a subsistência básica. Com o tempo, essa relação inicial com o meio ambiente se ampliava, permitindo a exploração de novas fontes de recursos e proporcionando uma ocupação mais estável e eficaz. Em estágios avançados de ocupação, as comunidades já

bem estabelecidas desenvolviam uma relação mais profunda com o ambiente ao seu redor, o que fomentava o surgimento de práticas culturais, vínculos psicossociais e, consequentemente, uma identidade local enraizada.

Esse processo de adaptação e ocupação é evidenciado pelos estudos em sambaquis da região. A análise das camadas desses sítios arqueológicos revela as diferentes etapas de interação dos povos antigos com o ambiente. Nas camadas mais profundas e antigas, observa-se a predominância de conchas de moluscos, sugerindo que, no início, os primeiros ocupantes priorizavam recursos de fácil acesso para sua alimentação. Já as camadas intermediárias revelam ossos de peixes, vestígios de fogueiras e restos de animais, indicando uma evolução no entendimento do ambiente e uma maior diversidade de fontes alimentares, o que aponta para uma adaptação mais elaborada às dinâmicas locais. Nas camadas mais recentes, encontram-se cerâmicas e ossos humanos, evidências de que a ocupação humana já estava consolidada. A presença desses vestígios sugere o desenvolvimento de uma base social mais estruturada, com práticas que incluíam a fabricação de utensílios e rituais de sepultamento. Esses elementos denotam não apenas uma adaptação ao ambiente, mas também o florescimento de uma organização social complexa, profundamente interligada ao meio em que viviam.

Todo esse contexto ganha relevância ao se considerar que nas narrativas dos caiçaras ecoam os ensinamentos fundamentais do passado, possibilitando o estabelecimento das comunidades indígenas nesses territórios. Esses saberes, que incluem os modos de viver, a valorização da coesão social e a transmissão do conhecimento, formam uma ponte entre o presente e o passado milenar dessas terras. Através dessas narrativas, é possível perceber como os caiçaras mantêm vivas as práticas e percepções herdadas dos povos originários, garantindo a perpetuação de uma cultura profundamente enraizada no ambiente em que vivem.

Quando os dados da pesquisa apontam as características predominantes do seu conhecimento e da sua percepção, na verdade, olha-se para as origens do Brasil. Esses traços refletem o processo de ocupação inicial das terras litorâneas pelos povos indígenas, evidenciando uma relação intrínseca entre ser humano e natureza, onde a sobrevivência dependia do conhecimento, da adaptação e da organização social. É como se, ao se observar os modos de vida dos caiçaras, enxerga-se as camadas mais profundas da história nacional, nas quais a interação com o ambiente moldava tanto a subsistência quanto as expressões culturais dessas comunidades.

Essa continuidade histórica reforça a ideia de que o modo de vida caiçara não é apenas uma manifestação cultural contemporânea, mas também uma herança viva de processos socioculturais que começaram há milênios. É um testemunho de como a transmissão de conhecimento de geração em geração permitiu a sobrevivência, a adaptação e o florescimento de uma identidade coletiva única. Assim, ao compreender o presente dos caiçaras, revelamos não apenas os alicerces de sua existência, mas também a base histórica que deu origem às primeiras sociedades organizadas do Brasil, iluminando um passado que ainda se reflete nas práticas e saberes do presente.

Assim como o processo de colonização que propiciou o encontro do europeu com o indígena e, posteriormente, com o africano, iniciou-se uma miscigenação entre esses grupos étnicos que tem-se o caiçara. Os processos de influências externas sempre foram vividos pelos grupos humanos, variando apenas o momento histórico em que ocorrem. Dessa forma, o estudo também evidencia esse contexto, destacando pela visão dos próprios caiçaras as influências sobre o seu território, que se antes ocorreu através do mar com a chegada das caravelas portuguesas, hoje ocorrem através pela terra com a chegada das vias de acesso por meio de estradas e com o crescente processo de globalização.

A chegada das estradas e a exposição dos territórios caiçaras ao mundo exterior trouxeram mudanças significativas. Por um lado, facilitaram o acesso às comunidades, promovendo a integração com mercados externos e incentivando o turismo. Por outro, essas mudanças impactaram diretamente o modo de vida tradicional, exigindo adaptações por parte dos caiçaras para se posicionarem diante das novas dinâmicas econômicas e sociais. Esse processo, no entanto, não apagou a essência cultural do grupo, mas trouxe novas camadas de significação, reafirmando sua capacidade de adaptação ao longo dos séculos.

O estudo evidencia essa transformação ao destacar, pela perspectiva dos próprios caiçaras, como a percepção sobre seu território evoluiu. Se, no passado, a relação com a natureza era predominantemente utilitária, centrada na extração de recursos para subsistência e sobrevivência, hoje essa visão se expande para uma dimensão contemplativa e econômica, em grande parte motivada pelo turismo. O descortinamento da beleza singular da paisagem local e a manutenção de um modo de vida antagônico aos modelos urbanos transformaram os territórios caiçaras em destinos atraentes para visitantes em busca de experiências mais profundas que envolvem o contato com a natureza.

Essa nova forma de interpretar a natureza e o espaço que a cerca está profundamente conectada ao valor atribuído à conservação ambiental. Antes, a floresta e os recursos naturais representavam a base material para a existência caiçara, hoje sua preservação é vista como condição indispensável para a sustentabilidade do turismo e, conseqüentemente, da economia local. Essa mudança de perspectiva revela não apenas a adaptabilidade dos caiçaras às demandas contemporâneas, mas também o reconhecimento de que a sobrevivência cultural e econômica do grupo está intrinsicamente ligada à manutenção e valorização de seu ambiente natural.

Esse aumento de exposição dos territórios caiçaras trouxe desafios para a proteção do seu território e dessa forma, o estudo também oferece contribuições significativas para o campo da conservação ambiental, principalmente considerando a gestão de áreas protegidas, ao adotar uma abordagem que valoriza a interface com os povos tradicionais. Dentre os principais desafios locais, o turismo massivo e a especulação imobiliária emergem como ameaças crescentes, que não apenas colocam pressão sobre os recursos naturais, mas também comprometem a identidade cultural e a integridade ambiental da região.

Essas questões demandam atenção especial, considerando que o crescimento desordenado pode desestabilizar o modo de vida caiçara. Um exemplo é a migração de caiçaras para centros urbanos e o desinteresse da geração mais nova quanto em manter a continuidade das práticas tradicionais. Esse contexto não só enfraquece as comunidades locais, mas também ameaça a transmissão intergeracional dos saberes que são a base da relação sustentável entre os caiçaras e o meio ambiente.

Ao destacar as narrativas dos próprios caiçaras, o estudo expõe a necessidade de alinhar as políticas públicas e as normas legais às realidades locais. As restrições impostas pela legislação, quando ignoram o contexto cultural e histórico das comunidades tradicionais, podem gerar conflitos, desestimular práticas sustentáveis e, paradoxalmente, prejudicar os objetivos de conservação. Por outro lado, o diálogo entre gestores ambientais e comunidades tradicionais, fundamentado no respeito mútuo e na valorização dos saberes locais, pode resultar em soluções mais eficazes e harmônicas, tanto para a conservação ambiental quanto para a preservação cultural.

O estudo também revela que a relação estabelecida entre as comunidades caiçaras e o meio natural que habitam não apenas as caracteriza como agentes ativos na proteção do ambiente, mas também demonstra a relevância de seus saberes como ferramentas

indispensáveis para uma gestão ambiental eficiente. Os caiçaras, com seu profundo conhecimento local, fornecem subsídios práticos e culturais que, incorporados às estratégias de manejo, promovem uma gestão mais participativa, inclusiva e adaptada às especificidades de cada território.

Essa abordagem ganha ainda mais profundidade quando contextualizada dentro do amplo panorama histórico e etnográfico que foi discutido uma vez que a cultura caiçara representa uma expressão genuína da identidade brasileira. Ao valorizar essa herança cultural, o estudo transcende o campo técnico da gestão ambiental e adentra o terreno da preservação cultural, enfatizando a importância de reconhecer e respeitar os modos de vida tradicionais como parte integrante e indissociável da história e da identidade do Brasil.

Além disso, essa conexão com o passado e a valorização da cultura caiçara reforçam a importância de compreender a conservação ambiental não apenas como uma questão técnica, mas também como um ato pelo qual a importância do resgate e valorização da identidade nacional para a sociedade. A cultura caiçara, com suas práticas sustentáveis e sua visão de mundo lembram que a proteção do meio ambiente deve caminhar lado a lado com a preservação dos saberes culturais que moldaram a relação entre os seres humanos e a natureza ao longo dos séculos.

A pesquisa também identifica outras questões a serem elucidadas e que são cruciais para garantir a proteção de um patrimônio socioambiental em Unidade de Conservação. É importante buscar responder, por exemplo, como integrar de maneira mais eficaz os saberes locais à gestão ambiental? Quais políticas devem ser desenvolvidas para que se possa fomentar a valorização das práticas tradicionais frente às pressões externas? Quais as melhores maneiras de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação cultural e ambiental num determinado local? Essas reflexões convidam pesquisadores, gestores e a sociedade a se envolverem na discussão de soluções que harmonizem os interesses de conservação e desenvolvimento.

Em síntese, conclui-se que os caiçaras da Juatinga desempenham papel essencial na conservação de seus territórios e na gestão de áreas protegidas. Suas práticas culturais oferecem um modelo de interação sustentável com o ambiente, enquanto reforçam uma identidade cultural única. Diante das ameaças aos seus territórios e à biodiversidade da Mata Atlântica, estudos como este podem contribuir para aprimorar a gestão dessas áreas por meio da união entre dados científicos e a valorização das vozes locais. A integração dessas comunidades a

uma gestão participativa e inclusiva representa uma resposta aos desafios enfrentados pelas áreas protegidas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. S., OLIVEIRA, R. G., ZAPPES, C. A. Interferência do turismo na pesca artesanal: uma abordagem da oceanografia socioambiental no sudeste do Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 38, n. 1, 2021.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, v. 43, p. 145-182, 2000.
- ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. Editora Blucher, 2021.
- ALEXIM, A. S.; LOPES, L. S. A perda da biodiversidade e sua discussão nas relações internacionais. **REGIT**, v. 17, n. 1, p. 70-80, 2022.
- ALMEIDA, J. Comunidades tradicionais e sua interação com o ambiente: um estudo sobre as práticas sustentáveis. São Paulo: **Editora Terra Viva**, 2022.
- ALMEIDA, R.; SANTOS, M. Conservation challenges and Community perceptions: The case of coastal protected areas. **Journal of Environmental Policy**, v. 15, n. 1, p. 45–58, 2021
- ALVES, Y.; SILVA, C. N. O turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação brasileiras. **Revista Comunicação Universitária**, Belém, v. 1, n. 2, 2021. DOI: 10.69675/RCU.2763-7646.4907. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/comun/article/view/4907>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- AMORIM, L. P.; TÁRREGA, M. C. V. B. O Acesso à Terra: A Lei de Terras “1850” como Obstáculo ao Direito Territorial Quilombola. **Emblemas**, v. 16, n.1, p. 10-23. 2019.
- ANACLETO, A.; MICHALISZYN FILHO, L. A. Conflitos socioambientais e as comunidades tradicionais no litoral do Paraná: a erosão do ser e saber. **Observatório de la economía latinoamericana**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 2975–2999, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n1-157. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2924>. Acesso em: 27 set. 2024.
- ARAÚJO, B. **Contribuição dos sistemas agroecológicos de produção na zona de amortecimento de parques nacionais: parceria nos objetivos da unidade de conservação**. 2021.
- ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, p. 79-92, 1999.
- ASSIS, D. M. S. D., TAVARES-MARTINS, A. C. C., BELTRÃO, N. E. S., SARMENTO, P. S. D. M. Percepção ambiental em comunidades tradicionais: um estudo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Pará, Brasil. **Ambiente & sociedade**, v. 23, p. e01481, 2020.

ASSIS, G. C. A cultura ribeirinha como fator de atratividade para o turismo no Arapiuns/PA—uma análise sobre a colonialidade do saber amazônico. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 16749-16764, 2022.

BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 205 p. (Biblioteca do Pensamento Moderno).

BACHTOLD, I. V.; ROBERT, R. R. **Etnografia como evidência: contribuições e desafios do uso de estudos etnográficos para a análise de políticas sociais brasileiras**. 2022.

BARBERIO, L. G.; SUGAHARA, M. C. G.; SOUZA, A. M. A teoria expandida do capitalismo proposta por Nancy Fraser e sua contribuição para o estudo da geografia do capitalismo. **Revista Espaço e Geografia**, [S. l.], v. 26, 2023.

BARBOSA, C. S. Inquietações sobre a natureza: entre utopias e distopias antrópicas. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia/MG v.23.86 abr/2022 p.104-118.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEGOSSI, A. **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec. 2006.

BERKES, F., COLDING, J., FOLKE, C. Rediscovery of Traditional Ecological Knowledge as Adaptive Management. **Ecological Applications**, 10(5), 1251-1262. 2000.

BERNADI, L., SILVA, L.R.D., FALCO, P.D., PIRES, J.S. R. SANTOS, A.C.A.D. Análise comparativa das ferramentas de gestão: Plano de Manejo da APA Itupararanga e os Planos Diretores Municipais. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 72-87, 2022.

BRACHT, F; DOS SANTOS, C. F.M. A disseminação e uso de plantas do novo mundo no século XVI: A difusão de elementos da flora americana a partir da expansão marítima europeia. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, São Paulo**, 2011.

BRANCO, A. F. V. C.; Lima, P. V. P. S.; MEDEIROS FILHO, E. S. Avaliação da perda da biodiversidade na Mata Atlântica. **Ciência Florestal**, v. 31, p. 1885-1909, 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da União. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15/11/2024.

BRASIL. Decreto nº 4297, de 10 de julho de 2002.Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em: [D4297 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2002-2006/2002/decreto/d4297.htm). Acesso em: 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 6938, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [L6938 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato1983-1994/1981/lei/L6938.htm). Acesso em: 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº 9985, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [L9985 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/9985.htm). Acesso em: 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei nº9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [L9985 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/9985.htm). Acesso em: 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**[online]. Brasília: Ministério da Saúde; 2006 (Série B. Textos Básicos de Saúde). [acesso em: 22set. 2024]. Disponível em: [\[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf\]](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf).

BRASIL. Resolução CONAMA nº 010, de 14 de dezembro de 1988. Resolve sobre as Áreas de Proteção Ambiental – APAs. Disponível em: <file:///G:/cnia/conam3/88/010-88.htm> ([ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)). Acesso em: 01 de agosto de 2023

BRITO, M. S., LIMA, J. R., ALVES, J. B. Percepção dos agricultores sobre a importância das áreas de conservação e das práticas agroecológicas no semiárido. Brasil. **Revista Geoaraguaia**, v. 13, n. 2, p. 121-160, 2023.

BRITO, R. M.; GARCIA, P. H. M.; CHAVEZ, E. S. Vinte anos da lei do SNUC: Histórico e momento atual das unidades de conservação em Mato Grosso do Sul. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 62, p. 841-841, 2020.

BURBANO, D. V.; MEREDITH, T. C.; MULRENNAN, M. E. Exclusionary decision-making processes in marine governance: The rezoning plan for the protected areas of the ‘iconic’ Galapagos Islands, Ecuador. **Oceanand Coastal Management**, v. 185, 1 mar. 2020.

CABRAL, B. L. F., JUNIOR, D. T. Turismo de Base Comunitária, Culinária e Cultura Alimentar: um estudo de caso no litoral do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 3, 2020.

CADAVEZ, C. Patrimônio cultural e turismo: reflexões a propósito de paz, respeito, tolerância e inclusão. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, v. 13, n. 5, p. 45-77, 2023.

CALDASSO, L. **A interface entre economia e direito no debate sobre direitos de propriedade para recursos comuns: o caso das reservas extrativistas marinhas para a cogestão pesqueira no Brasil**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2015.

CALI, P. Para uma Arqueologia Caiçara. **Seminário Cultura Caiçara e suas transformações**. Bertioga: NUPAUB/USP, disponível no site www.usp.br/nupaub, Anais. 2006.

CAMPANA, L. S. **Aves e mamíferos ameaçados de extinção em unidades de conservação: estudo de caso no Parque Nacional de Sete Cidades**, Piauí. 2020. Dissertação – Universidade Federal da Paraíba, 2020.

CAMPOS, C. J. C. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, p. 611-614, 2004.

CAMPOS, J. L., SILVA, T. C., ALBUQUERQUE, U. P. Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar. **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia**. Recife: Nupeea, p. 95-112, 2021.

CANDIOTTO, L. Z. P. Contribuições da ecologia política para a desconstrução de narrativas vinculadas a injustiças ambientais. **Geosul**, v. 36, n. 78, p. 381-409, 2021.

CAPUCHO, T. C. J. P.; SCHEEL-YBERT, R. Paisagem do sítio da Ilha Redonda, Monumento Natural das Ilhas Cagarras (Rio de Janeiro) na época da colonização. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 268–287, 2019. DOI: 10.24885/sab.v32i2.715. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/715>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CARALO, C. B. Análises físico-químicas dos frutos de palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) do sul do Espírito Santo – ES. **Cadernos Camilliani** e-ISSN: 2594-9640, [S.l.], v. 16, n. 1, out. 2021. ISSN 2594-9640. Disponível em: <<https://www.saocamillo-es.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/323>>. Acesso em: 27 set. 2024.

CARDOSO, T. M., ELOY, L., SILVEIRA, P. C. B. Apresentação do Dossiê: Antropologia das áreas protegidas e da sustentabilidade. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 1, p. 11-24, 2020.

CARVALHO, G. O. T.; SILVA, N. C.; SALVIO, G. M. M. Vulnerabilidade ambiental em Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Bioma Mata Atlântica na região sudeste brasileira. **Ciência Florestal (01039954)**, v. 32, n. 3, 2022.

CARVALHO, N. L.; RIBAS, M. A.; CARVALHO, T. G. M. L.; BARCELLOS, A. L. Percepção ambiental de alunos do ensino fundamental no município de Tupanciretã/RS. **Revista Monografias Ambientais**, [S. l.], v. 1, p. e7, 2020. DOI: 10.5902/2236130840940. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/40940>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CASI, C., GUTTORM, H. E., VIRTANEN, P. K. **Traditional ecological knowledge. Situating sustainability: A handbook of contexts and concepts**. Helsinki University Press, Helsinki, pp. 181-194. <https://doi.org/10.33134/HUP-1>. p. 181-194, 2021

CASTRO, M. **Percepções ambientais e relação homem-natureza entre comunidades tradicionais**. São Paulo: Edusp. 2019.

CATOJO, A. M. Z.; DE JESUS, S. C. As Unidades de Conservação do Estado de São Paulo—Planos de Manejo e Representatividade. **Rev. Bras. Geogr. Fis**, v. 15, n. 06, p. 2921-2943, 2022.

CAVALCANTE, C. V. G., BARROSO, F. R. G., ARAÚJO, F. S., MANTOVANI, W. PERCEPÇÃO AMBIENTAL em unidade de conservação de proteção integral: estação ecológica de Aiuaba, Ceará. **Biodiversidade Brasileira**, v. 13, n. 1, 2023.

CAVALCANTE, F. S. A., CAMPOS, M. C. C., DE LIMA, J. P. S. A percepção ambiental sobre fungos: uma revisão integrativa. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 3, 2021.

CAVALIERI, L. **A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 07 ago. 2023.

CAVALIERI, L.; LOURIVAL, T. D. A política do comum em corpos-territórios caiçaras: uma prática, um porvir e uma afronta à propriedade privada da terra. **Intellèctus**, v. 22, n. 1, p. 363-384, 2023.

CHAGAS, A. T.; EMMENDOERFER, L. M. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CHAVES, V; SILVA, A. Festival Aves de Paraty (RJ):projeto, evento, turismo em prol da preservação ambiental (2012-2016). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.15, n.3, jun 2022, pp. 511-538.

CISOTTO, M.F. Sobre Topofilia, de Yi-Fu Tuan. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 94-97, 2013

CONCEIÇÃO, B. S. **A percepção ambiental da comunidade quilombola de Santa Justina/Santa Izabel, Mangaratiba-RJ**. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

CORRÊA, A. A. S., QUINZANI, S. S. P., PEIXOTO, D. V., CAPOVILLA, V. M. No Linear da Tradição e Modernidade: a Cultura Alimentar caipira, caiçara e das Populações Ribeirinhas Paraenses. **Revista Comportamento, Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 14-29, 2019.

CORRÊA, F. V., PIRES, J. O. M. Uma breve revisão da história, dos desafios e da resiliência da economia indígena na Amazônia XX. ENANPUR 2023 – BELÉM 23 A 26 DE MAIO

CORTEZ, A. T. C. O lugar do homem na natureza. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 29-44, 2011.

COSTA, A.; BARROS, L. Adaptabilidade e conhecimento empírico: um olhar sobre o uso sustentável dos recursos por comunidades tradicionais. Rio de Janeiro: **Editora Verde**, 2023.

COSTA, J. R., MEDEIROS, T.A., AVELINO-CAPISTRANO, F., SANTOS, D.M.C. Parque Natural Municipal Chico Mendes: Percepção da população acerca de uma unidade de conservação de Proteção Integral na cidade do Rio de Janeiro. **Ciência Atual–Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José**, v. 11, n. 1, 2018.

COSTA, R.; DE MELLO, R. Um Panorama Sobre a Biologia da Conservação e as Ameaças à Biodiversidade Brasileira. **SAPIENS-Revista de divulgação Científica**, v. 2, n. 2, p. 50-69, 2020.

COSTA, R.; SILVA, M.; FERREIRA, L. Traditional ecological know ledge and its role in community-based conservation. **Journal of Environmental Studies**, v. 29, n. 3, p. 101–115, 2021.

CUNHA, P. S. H. Modos de vida e de produção caiçara e manejo local da mata atlântica. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **CCMN – IGEO**. Departamento de Geografia. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/RE_Juatin ga/Hertz_2005.pdf. 2005. Acesso em: 05 de agosto de 2023.2005.

CURSINO, M.M.S. Contribuição ao monitoramento do desmatamento no bioma mata atlântica por sensoriamento remoto. Relatório de Iniciação Científica do Programa PIBIC. INPE, 2023.

DA GAMA, V. P. F. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS DOCENTES ACERCA DE SEUS ALUNOS CAIÇARAS. **Revista Canoa do Tempo**, v. 12, n. 01, p. 124-150, 2020.

DA SILVA, A. A. F.; SANCHES, C. E. J. PARATY E ILHA GRANDE CULTURA E BIODIVERSIDADE. **Revista W/Educação**, v. 3, n. 1, p. 245-255, 2020.

DA SILVA, L. A.; GASPAR, M. D. Os Sambaquieiros E As Águas. Reflexões Sobre As Relações Entre O Modo De Vida Pescador E Os Rios, As Lagoas E Os Mares. Tessituras: **Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 10, n. 1, p. 203-217, 2022.

DA SILVA, M. A.; SANTOS, L. R. G. A Constituição do sujeito caiçara pela ordem da língua e do trabalho. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 24, n. 3, p. 566-583, 1 out. 2021.

DA SILVA-MELO, M. R.; DE MELO, G. A. P.; GUEDES, N. M. R. Unidades de conservação: Uma reconexão com a natureza, pós covid-19. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 347-360, 2020.

DA SILVEIRA JUNIOR, W. J.; DE SOUZA, C.R.; DE OLIVEIRA, J. E. Z.; MOURA, A.S.; FONTES, M.A.L. Conflitos entre usos e proteção de espécies vegetais nas Unidades de Conservação da Serra de São José, Minas Gerais. **Geo UERJ**, n. 37, p. 37383, 2020.

DANTAS, R. P. A saúde na américa português: enfermidades, instituições e o uso de plantas medicinais nos primeiros séculos de colonização. **XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR**. 2020.

DE ARAUJO, L. G. **Etnobotânica Caiçara: diversidade e conhecimento de recursos vegetais no litoral paulista**. 2007. Tese de Doutorado. [sn].

DE ASSIS, D. L. P.; DE ASSIS NETO, Q. B. Caiçaras De Paraty: Quando O Estado Ofende Direitos Dos Povos Tradicionais. **Governança e Direitos Fundamentais**, p. 54, 2020.

DE CAMPOS, F.; PAES, M. Representatividade caiçara e conservação ambiental, Reserva Extrativista Ilha do Tumba-baixo Vale do Ribeira/SP. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, n. 27, p. 1-1, 2019

DE CARVALHO, S. S.; PIMENTEL, M. A. S.; DE LIMA, A. M. M.. Desafios da área de proteção ambiental em território insular: proposição de planejamento para gestão de recursos hídricos sob a perspectiva dos moradores da ilha do Combu, Belém, Pará. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, n. 51, p. 62-78, 2019.

DE MATOS, B. S.; DOS SANTOS, P. C.; DE SOUZA, S. P. **Etnobotânica caiçara: o uso de plantas medicinais**. In: 2017. 2017.

DE MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. [**Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83, 2011.

DE OLIVEIRA, J. F. S.; BRANDÃO, J. O. S. Comunidade caiçara da Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil: uma análise do padrão e produção alimentar. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**, v. 1, n. 2, 2021.

DE OLIVEIRA, M. E. B., GOUVEIA, M. Mapeamento dos usos múltiplos do território em comunidades tradicionais: a cartografia social como forma de resistência e luta pelo trabalho e pela terra. **XIII ENANPEGE – A Geografia Brasileira na Ciência Mundo: Produção, circulação e apropriação do conhecimento**. São Paulo. 2019.

DE SOUSA, A. C. R. C.; DE FARIA, K. M. S. Paisagens protegidas pelo código florestal e pelo SNUC: análise de funções, composição e configuração. **Geosul**, v. 36, n. 79, p. 393-413, 2021.

DE SOUSA, L. M. R. Políticas de conservação e critérios ambientais: princípios, conceitos e protocolos. **Conexão ComCiência**, v. 1, n. 2, 2021.

DE VALENTIM, R. P. F.; TRINDADE, Z. A. Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 295-308, 2021.

DERANI, C. Caderno de estudos em direito ecológico insurgente e pensamento decolonial/ Adrielle Betina I. Oliveira [et al.]; Organizadoras: Cristiane Derani, Luciana Iocca e Adrielle Betina I. Oliveira 1ª ed. – Florianópolis: **Habitus**, 2020

DI STASI, L. C.; HIRUMA-LIMA, C. A. **Plantas medicinais da Amazônia e da Mata Atlântica**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DIAS, V. P., SANTOS, C. R., OLIVEIRA, M. A. Práticas de conservação e sustentabilidade entre comunidades tradicionais. **Journal of Environmental Conservation**, 45(3), 231-248. 2021.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, 2019.

DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara. Vol 4. História e Memória**. São Paulo: NUPAUB-CEC/HUCITEC, 2005 - 465 páginas.

DIEGUES, A. C. **Saberes Caiçaras: a cultura caiçara na história de Cananéia**, 2007.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2001.

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211p.

DORIGON, E.; TOMAZI, D.; BEDIN, M., ALMEIDA, S. M. Z. Diversidade Vegetal do bioma Mata Atlântica. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, 18 nov. 2021.

DUARTE, L. A. “Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar”: os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2018.

DUTRA, R. M. S. Geografia socioambiental. **Revista Percurso**, v. 15, n. 1, p. 283-292, 2023.

FACHINI, C., ROJAS, R. M., CARVALHO, A. V. Mudanças climáticas e patrimônio agroalimentar: aprendizados para resiliência. **Percursos**, v. 22, n. 49, p. 198-225, 2021.

FALCÃO, M. M. S.; COSTA, F. S.; ARCOS, A. N. Percepção ambiental de usuários e permissionários em Balneário Municipal de Rio Preto da Eva (AM). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 429-444, 2022. DOI: 10.34024/revbea.2022.v17.13982. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13982>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FERNANDES, M. A identidade caiçara e a relação com o ambiente: uma análise de sobrevivência cultural. Florianópolis: **Editora Mar Aberto**, 2020.

FERNANDES, R. M. S.; GABRIELLI, L. A. G.; MARINHO, R. S. Preservar é re-existir: A luta das comunidades caiçaras da Península da Juatinga com a presença e a ausência do turismo durante a Pandemia de Covid-19. **Ensaios de Geografia**, v. 7, n. 13, p. 88-104, 2021.

FERREIRA FILHO, J. B. S. Ajustamento estrutural e crescimento agrícola na década de 80: notas adicionais. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 18, p. 581-594, 2022.

FERREIRA, A. C. S., PONTES, D. R. Repercussões socioambientais no planejamento urbano do município de Guaraqueçaba (PR): olhares decoloniais a partir da visibilidade dos territórios caiçaras. **XIX Encontro Nacional ANPUR**, Blumenau/SC. 2022.

FERREIRA, B. L.; ARAUJO, S. R.; PONTI, M. A. Planos de manejo das unidades de conservação em pesquisas científicas: uma forma de aproximação sociedade-

universidade. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 7, p. 497-510, 2021.

FERREIRA, L.; LIMA, R.; PEREIRA, J. Integrating local knowledge into protected area management: A participatory approach. **Ecological Applications**, v. 32, n. 4, p. 123–137, 2022.

FERREIRA, R., LIMA, E., RIBEIRO, R. Transformando a floresta em comida: as roças de coivara e o manejo do fogo. **Historia Agraria de América Latina**, v. 5, n. 01, p. 39-60, 2024.

FERRER, D. F. **A gênese do significado: Introdução ao pensamento de Hegel**. Fundação Engenheiro Antônio de Almeida. 223p. 2016.

FIORAVANTI, C. Divulgação científica no período colonial brasileiro: as cartas jesuíticas. **Journal of Science Communication América Latina**, v. 05, n. 02, p. A05, 25 nov. 2022.

FLICK, U., VON KARDORFF, E.; STEINKE, I. (eds.) (2004). **A companion to Qualitative Reserch**. London: Sage.

FLORES, J.A.; FLORES, C.R.; NASCIMENTO, M.M.; KONRAD, A.C.; KONRAD, O. Levantamento da implantação do plano de manejo nas unidades de conservação do bioma amazônia. **Amazônia: tópicos atuais em ambiente, saúde e educação**, v. 1, n. 1, p. 105-114, 2022.

FONTES, E.; RIBEIRO, F. **Os trabalhadores do açaí na Amazônia: cotidiano, natureza, memória e cultura**. **História Oral**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2012. DOI: 10.51880/ho.v15i1.243. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/243>. Acesso em: 20 set. 2024.

FRAGA, L. D. A. G., RIONDET-COSTA, D. R. T., BOTEZELLI, L. Percepção ambiental de alunos de escolas municipais inseridas no bioma Mata Atlântica. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 3, p. 439-456, 2021.

FRANÇA, I. B. **As relações ecossistêmicas e o simbólico nas práticas caiçaras da praia de Parnaioca – Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)** / Isadora Bebilaqua Fran.-2024 119f.:il Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia

FRANÇA, L. G.; OLIVEIRA, M. J. G.S.A relação das mulheres com o meio ambiente: um estudo de caso das mulheres caiçaras de Ilhabela. **Revista Augustus**, v. 31, n. 58, p. 120-144, 2022.

FRANCO, P. C. Espaço Caiçara: projeto escolar EE Sebastiana Muniz Paiva, Iguape/SP – documentar uma experiência. RIDPHE_R **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023026, 2023. DOI: 10.20888/ridphe_r.v9i00.17380. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/17380>. Acesso em: 21 set. 2024.

GABRIELLI, G. **Planejamento e gestão de APAs: a Serra dos Cocais em Valinhos–SP**. 2019. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2019.

GALVÃO, J. R., TEDESCO, C. D. Contribuições da percepção ambiental para a sustentabilidade na zona de amortecimento de unidade de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e02625, 2022.

GARCIA, L. M.; MOREIRA, J. C.; BURNS, R. Conceitos geográficos na gestão das unidades de conservação brasileiras. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 53-62, 2018.

GARROTE, V. **Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty (RJ)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: [Microsoft Word - OS QUINTAIS CAIÇARAS III.doc \(proderj.rj.gov.br\)](#). Acesso em: 23 ago. 2023.

GOMES, L. J.; CARMO, M. S.; SANTOS, R. F. Conflitos de interesses em Unidades de Conservação do município de Parati, Estado do Rio de Janeiro. **Informações Econômicas**, v. 34, n. 6, p. 17-27, 2004.

GONCALVES, K. G., PASA, M. C. A etnobotânica e as plantas medicinais na Comunidade Sucuri, Cuiabá, MT, Brasil. **Interações (Campo Grande)** [online]. 2015, vol.16, n.2, pp. 245-256. [viewed 14th December 2015]. ISSN 1984-042X. DOI: 10.1590/1518-70122015201. Available from: <http://ref.scielo.org/4nfvnq>

GONÇALVES, L. H. N. O lugar do homem no mundo da mente estendida. **Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia**, v. 17, n. 1, p. 39-55, 2020.

GRACIOSO, L. A origem dos conhecimentos humanos no contexto dos estudos informacionais. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 2, p. 55–71, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v5n2.p55-71. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4647>. Acesso em: 27 ago. 2023.

HANGAE, L. L. M *et al.* (orgs). **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental de Cairuçu**. Brasília: ICMBio, 2018. 84 p.

HASSLER, M. L. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

IRVING, M. A.; MATOS, K. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v. 13, n. 2, p. 89-96, 2012.

ISAGUIRRE-TORRES, K.R. MASO, T.F. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. **Rev. Direito e Práx.** [online]. 2023, vol. 14, no. 1, pp. 458-485 [viewed 1 June 2023]. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73122>. Available from: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/yDkqJkpnpdHnQHZcF395Zkk/>

IUCN. *The International Union for Conservation of Nature*. Disponível em: <https://www.iucn.org/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2024.

IVANOV, M. M. M., LEMOS, J. R. **Unidades de conservação do estado do Piauí**. EDUFPI, Teresina, 2020.

KRASNIQI, L. Cultural Resilience in the Face of Globalization: Na Anthropological Exploration of Traditional Societies Adaptation Strategies and Identity Dynamics. **Interdisciplinary Journal Papier Human Review**, v. 4, n. 4, p. 31-38, 2023.

KRUMMENAUER, A., BASSO, L. A. Estudo das Percepções apresentadas por Moradores do Entorno do Córrego José Joaquim, Sapucaia do Sul (RS): percepção ambiental globalizante, naturalista ou antropocêntrica. **Geografia (Londrina)**, v. 31, n. 1, p. 31-51, 2022.

KRZYSCZAK, A.; ROBERTO, F. As Diferentes Concepções de Meio Ambiente e suas Visões. **Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai -IDEAU**, [s. l.], v. 11, 2016. Disponível em: <https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/9c9c1925f63120720408c5260bb0080d355_1.pdf>.

LAPASSADE, G. A observação participante. **Revista Sociologia em Rede**, v. 13, n. 13, 2023.

LEFF, E. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

LEMES, T. E., GOMES, L. O. Características socioeconômicas do extrativismo no Brasil. In: Congresso de Tecnologia-Fatec Mococa. 2021.

LIMA, G. M.; RANGEL, L. A.; GUERRA, A. J. T. Monitoramento da microtopografia do solo em trilhas de uso público no litoral do Parque Nacional da Serra da Bocaina. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2023. DOI: 10.20502/rbg.v24i1.2215. Disponível em: <https://www.rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/2215>. Acesso em: 8 ago. 2023.

LIMA, I. L. P., SCARIOT, A.; MEDEIROS, M. B. Diversidade e uso de plantas do Cerrado em comunidade de Geraizeiros no norte do estado de Minas Gerais, Brasil. **Acta**

LIMA, M. Experiências estéticas e valores humanos na valorização da biodiversidade. Curitiba: **Editora Verde Pensar**, 2023.

LIMA, P. V. S., NASCIMENTO, J. S. F., LEIVA, F. J. A. Maretório e os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos do litoral do Pará, Brasil. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 26, n. 2, p. 67-91, 2024.

LOBÃO, R. Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói, Eduff, 2010. 324 p. **Coleção antropologia e Ciência Política, 48 – Série Pesca**. 2010.

LOPES, M. R. D. A. L., SANTOS, C. A. B., DE SOUZA NOGUEIRA, E. M. Ativismos ambientais no Brasil e nos Estados Unidos sob o olhar das correntes do ecologismo. **Revista Científica do UniRios** 2021

MACIEL, C. S. Racismo ambiental e comunidades Caiçaras no Brasil : Entre o mito moderno da natureza intocada e o Ecoturismo. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 6, n. 01, p. 249–261, 2023.

DOI: 10.29327/268903.6.1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/6545>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MAIA, A. C. B. Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa Elaboração, aplicação e análise de conteúdo. **São Paulo: Pedro e João**, 2020.

MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A. S. de L. Percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental. **Revista Brasileira de Biociências**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbrasbioci/article/view/114877>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MANES, L.M.; LOPES JUNIOR, W.M. Turismo e sustentabilidade: os equipamentos de hospedagem em Trindade, Paraty (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 16, n.5, nov2023-jan2024, pp. 490-514.

MARCONDES, D. **Iniciação da História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 6a ed. 2001.

MARCONDES, D.; RAIMUNDO, S. Povos tradicionais e turismo: o taus como instrumento Para gestão de conflitos?. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

MARIETTO, M. Observação Participante e Não Participante: Contextualização Teórica e Sugestão de Roteiro para Aplicação dos Métodos. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**.10, oct. 2018.

MARQUES, F.; ROCHA, M. B. Impactos do uso público em unidades de conservação: produção científica no Rio de Janeiro. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 3, p. 18, 2019.

MARTINEZ, D. R. L., VIEIRA, T. R. S., MENIGHIN, R. P., MENDONÇA, M. P., BRANDÃO, C. R. P. **Atividades antrópicas do turismo na croa do goré, aracaju-se: uma análise dos impactos negativos**. Ambientes, sociedades e interdisciplinaridade, 2022, p.113.

MARTINEZ, L. **Cultura caiçara presente na história do Litoral Paulista: uma riqueza a ser preservada**. 2021.Trabalho de Conclusão de Curso – Taubaté: Universidade de Taubaté,2021.

MARTINS, A; DIAS, L. C. Atores e redes na construção de territórios ambientais: o caso da APA da Baleia Franca. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 39-58, 2017.

MARTINS, C.; OLIVEIRA, P. Psychological and cultural impacts of environmental conservation policies on traditional communities. **Human Ecology Review**, v. 18, n. 2, p. 89–101, 2023.

MARTINS, J. S.; RITCHER, M. **Análise dos Conflitos por Terra no Município de Paraty-RJ por Meio do Estimador de Densidade Kernel**. 2018.

MARTINS, J. T. **A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede**

Nhandereko. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/214618>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MARTINS, P. R. “Nascido e criado”: **A ocupação tradicional da família dos remédios, uma comunidade “caiçara” – península da Juatinga, município de Paraty/RJ** Niterói. Monge, Ricardo Papu Martins. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

MARTINS, R. **Recursos naturais e práticas culturais em comunidades costeiras.** Recife: Editora Mar e Vida, 2023.

MATHIAS, R. **Antropologia visual.** Nova Alexandria, 2020.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final.** Rio de Janeiro: Centro para Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2011.

MELAZO, G.C. Percepção ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, v. 6, n. 6, p. 45-51, 2005

MELO, J. A; MARANGONI, Y. R. Magnetic Signature of the Saco do Mamanguá and Paraty-Mirim Cove, Rio de Janeiro, Brazil. **Brazilian Journal of Geophysics**, v. 38, n. 3, 2021.

MENDES, L. S. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 234–240, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/12237>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MENDES, P.; OLIVEIRA, F. The interplay between culture and biodiversity conservation in traditional communities. **Ecology and Society**, v. 18, n. 4, p. 76–89, 2022.

MENDES, R.; COSTA, P. **Introdução de plantas exóticas em práticas agrícolas de subsistência: estudo de caso em comunidades caiçaras.** Curitiba: Editora Eco Rural, 2021.

MIGUELEZ-CARBALLEIRA, H. PESADO, P. **Extrativismo e cultura galega: quatro hipóteses críticas**. Clara Corbelhe, n. 3, p. 19-29, 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **CONAMA.** 2023. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/o-que-e-o-conama>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Disponível em: https://dados.mma.gov.br/pt_PT/dataset/unidadesdeconservacao. Acesso em: 01 de ago. 2023.

MOLINA, M. C. G. Desenvolvimento sustentável: do conceito de desenvolvimento aos indicadores de sustentabilidade. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)**, v. 4, n. 1, p. 75-93, 2019.

MORAES, E. A. D., GUERRA, M. F., MENDONÇA, T. C. D. M., FENERICH, G. N. Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. **Turismo: Visão e Ação**, v. 26, p. e19133, 2024.

MORAES, M. B. R. **Contribuições à implementação das áreas de proteção ambiental federais: O Enfoque da Gestão**. Tese de doutorado em Ciências. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, USP. São Paulo, 2011.

MORAES, N. R., CASTRO C. A., QUIQUETO, A. M. B. A sociabilidade em Ferdinand Tönnies e o modus vivendi de comunidades tradicionais de geraizeiros: aproximações possíveis a partir dos estudos da Comunidade Tradicional da Matinha (Guaraí/Tocantis). **Patrimônio e Memória**, v. 17, n. 1, p. 117-133, 2021.

MORAIS, A. R.; SIQUEIRA, M. N.; FREITAS-OLIVEIRA, R.; BRITO, D. Analyzing temporal and spatial trends in management plans of federal protected areas in Brazil. **Oecologia Australis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 846-854, 2021.

MOREIRA, K.S.; JUNIOR, J.A.J.; SOUSA, P.E.O.; MOREIRA, H.S.; BALIZA, D.P. A evolução da legislação ambiental no contexto histórico brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e14010212087-e14010212087, 2021.

MOREIRA, M. A.; OSTERMANN, F. Sobre o ensino do método científico. **Caderno catarinense de ensino de física**. Florianópolis. Vol. 10, n. 2 (ago. 1993), p. 108-117, 1993.

MORENO, N. T., DOS SANTOS, L., UDULUTSCH, R. G. Etnobotânica aliada à saúde da mulher no SUS: um estudo com a Comunidade Tradicional Caiçara do Sertão do Ubatumirim/Ubatuba/SP. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, v. 18, p. e1533, 2024. DOI: 10.32712/2446-4775.2024.1533. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/1533>.. Acesso em: 22 set. 2024.

MOURA, J. S. S. **Recursos alimentares dos muriquis (Brachyteles Spix, 1823), primatas endêmicos da Mata Atlântica e criticamente em perigo de extinção**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MOURÃO, N. M. Handicrafts, design and evergreens in Diamantina /MG. REVES - **Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 17132–01e, 2023. DOI: 10.18540/revesv6iss3pp17132-01e. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/17132>. Acesso em: 21 sep. 2024.

PIMENTEL, A., GRAMANI, D., CORRÊA, J. **MUSEU, VIVO DO FANDANGO**. Rio de Janeiro, Associação Cultural Caburé, 2006.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NOGUEIRA, P. Manejo sustentável e responsabilidade ecológica em comunidades tradicionais. Salvador: **Editora Ecos**, 2023.

NUNES, M. M., & LEHN, C. R. Educação Ambiental e preservação da biodiversidade: relato de um estudo de caso em distintas realidades escolares. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 6, p. 498-511, 2022.

OLIVEIRA, C.; SANTOS, B. Tradição e sustentabilidade: o conhecimento caiçara e a conservação do meio ambiente. Recife: **Editora Nordeste**, 2021.

SEBRAE. PAINEL REGIONAL: COSTA VERDE/OBSERVATÓRIO – SEBRAR/RJ – Rio de Janeiro, 2016. 16 p.:II; 30 cm. ISBN

PAIXÃO, C. F. Etnobotânica: plantas medicinais na comunidade do Cambury-Ubatuba-SP. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

PALAR, J. V., DA SILVA, M. B. O., CARDOSO, W. M. A natureza como portadora de valor intrínseco em uma formação social capitalista: reflexões a partir das relações histórico-materiais entre o ser humano e a natureza. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 8, 2017.

PAOLI, T., RUMENOS, N. N. **Percepção ambiental & Vigotski: um diálogo possível. Anais. VII CONEDU-Edição Online**. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

PAOLINO, C. C.; AMARAL, F. G.; CRUZ, C. B. M. Análise espaço-temporal das áreas protegidas da Amazônia Legal e sua relação a política ambiental. **MeioAmbiente (Brasil)**, v. 3, n. 5, 2021.

PEREIRA, J.; LIMA, A.; SILVA, M. **Resistência cultural e sobrevivência: o papel do conhecimento empírico em comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Editora Minas, 2023.

PIMENTA, T. S. Cures, rituals and taming with plants among the enslaved and freed in Rio de Janeiro between 1810s to 1850s. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi:Ciencias Humanas**, v. 17, n. 1, 1 jan. 2022.

PINTO, A. D. K. M., LOPES, L. B., DE ASSIS, D. M. S., TAVARES-MARTINS, A. C. C. O impacto de uma trilha ecológica na ampliação das concepções de natureza em alunos de uma Unidade de Conservação. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 2, p. 369-388, 2022.

PINTO, A.; ANDRADE, C. **A relação entre práticas tradicionais e a gestão dos ecossistemas**. São Paulo: Editora Sustenta, 2022.

PINTO, P. B. A. Saberes e fazeres caiçaras. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 4, n. 1, p. 85-96, 2022.

PRADO, A.C.C., RANGEL, E.B., SOUSA, H.C., MESSIAS, M.C.T.B. Etnobotânica como subsídio à gestão socioambiental de uma unidade de conservação de uso sustentável. **Rodriguésia**, v. 70, 2019.

PROST, C.; SILVA, C. A. (Orgs.). ESPAÇOS COSTEIROS BRASILEIROS. 1. ed. Rio de Janeiro: **Letra Capital**, 2016. v. 1. 121p.

PROTECT PLANET. **Protect Planet**. Disponível em: <https://www.protectedplanet.net/en>. Acesso em: 05 de janeiro de 2024.

RAMOS, I. Percepções antropocêntricas e o impacto na conservação de ecossistemas. Fortaleza: **Editora Bioma**, 2021.

RANGEL, L. DE A.; GUERRA, A. J. T. Avaliação do impacto socioambiental da utilização de trilhas na reserva ecológica da juatinga em paraty. **Boletim de Geografia**, v. 32, n. 3, p. 1 - 15, 13 fev. 2015.

REDE TRILHAS. Associação Rede Brasileira de Trilhas. Disponível em: <http://www.redetrilhas.org.br/w3/>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

REIGOTA, M. A. S. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

REZENDE, C.L., SCARANO, F.R. ASSAD, E.D., JOLY, C.A. From hotspot to hopespot: An opportunity for the Brazilian Atlantic Forest. **Perspectives in ecology and conservation**, v. 16, n. 4, p. 208-214, 2018.

RIBEIRO, S. Paisagem, percepção e preferências estéticas-fundamentos teóricos. p.187-208. In: Ribeiro S, et al. (org.) **Ecologia da paisagem no contexto luso-brasileiro**. 1.ed. – Curitiba: **Appris**. 429p. 2021.

RIBEIRO, T. D. A. G.; ROCHA, L. M. G. M. A perspectiva da divulgação científica pelo engajamento público: um modelo viável?. **Museologia e Patrimônio**, v. 15, n. 1, 2022.

RIBEIRO, T.; SOUZA, F. **Caça e cultura em comunidades tradicionais: um estudo sobre práticas de subsistência**. Manaus: Editora Amazônia, 2022.

ROCHA, A. L. C. D., ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS**. Porto Alegre, RS. N. 21 (2008), 23 p., 2008.

ROCHA, M. B.; GOMES, S. B. V.; ROCHA, R. O. Identificação de impactos ambientais relacionados à visitação pública no Parque Nacional da Tijuca: o caso da trilha do Estudante. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 39, p. 94-112, 2020.

RODRIGUES, A. C. Insurgência e re-existência: Formulações e reformulações da cultura caiçara frente avanço do turismo (Paraty-RJ). **Pensata**, v. 11, n. 2, 2022.

RODRIGUES, L. C., NEVES, S. M. A. S, LIMA, J. E. S. Estratégias de adaptação quilombola na conservação da paisagem na bacia hidrográfica do rio Turvo/SP. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 18, n. 1, p. 57-74, 2024.

ROLDÃO, F.; VITORINO, A. F.; SÁ, R. A. Narrar histórias sob o pensar complexo: compreender o humano, incluir e religar saberes. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 68, p. 20-33, 2022.

ROMEIRO, C. M.; GONTIJO, B. M. Novos olhares sobre o processo histórico de criação de áreas protegidas no mundo: os discursos dissonantes e as categorias da IUCN. **Geoambiente On-line**, n. 41, 2021.

SADER, L. B. **A Participação de Comunidades Tradicionais Costeiras em Espaços de Governança Ambiental**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso—São Vicente: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2023

SANCHES, Rosely Alvim. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (litoral sul-São Paulo): uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem-meio ambiente**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-17112021-165546/pt-br.php>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTANA, V. V.; SANTOS, P. R.; BARBOSA, M. V. Contribuições do plano de manejo e do conselho gestor em Unidades de Conservação. **Meio Ambiente (Brasil)**, v. 2, n. 2, 2020.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SANTOS, C. G. R.; PAPALI, M. A. C. R.; NETO, P. R. M. Enfermidades, sanitarismo e preconceito: uma análise histórica de Comunidades Caiçaras e Quilombolas do litoral norte de São Paulo, Brasil, no decorrer do Século XX. **Revista de História da UEG**, v. 9, n. 1, p. e912018-e912018, 2020.

SANTOS, F. D.; LOBÃO, R. Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói: Editora da UFF, 2010. 324 p. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 32, 7 nov. 2012.

SANTOS, V. C. Populações tradicionais litorâneas: o modo de vida caiçara. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 2, n. 2, 2012.

SCHEEL-YBERT, R.; EGGERS, S.; WESOLOWSKI, V.; PETRONILHO, C. C.; BOYADJIAN, C. H.; DEBLASIS, P. A. D.; BARBOSA-GUIMARÃES, M.; GASPAR, M. D. Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar - Reedição. **Revista de Arqueologia, [S. l.]**, v. 36, n. 2, p. 7–39, 2023. DOI: 10.24885/sab.v36i2.1120. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1120>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SILVA, D. C.; ZIMMERMANN, A. C.; SAURA, S. C. O mar e o caiçara: a corrida de canoas como jogo tradicional e fortalecimento identitário. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 01–21, 5 ago. 2020.

SILVA, D. F., AYACH, L. R. Análise da percepção ambiental do conselho gestor da unidade de conservação Estrada Parque Piraputanga-MS. **Revista Geografar**, v. 16, n. 1, p. 48-70, 2021

SILVA, E. F.; CARMO, D. F.; VEZZONE, M. A.; MACHADO, L. N. L.; CORREIO, A. B. L. S.; NOGUEIRA, I. P. R. A.; PECLY, L. N. Análise da percepção ambiental dos moradores do entorno das lagoas de Piratininga e Itaipu, Niterói (RJ). **Revista Brasileira de Educação**

Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 16, n. 2, p. 446–469, 2021. DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.11203. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11203>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, F. S.; ANDRADE JUNIOR, M. C. G. de; ZANETONI, J. P. F.; ARAÚJO, G. C. de; MARIANI, M. A. P. The potential of Community Based Tourism (CBT) and business with social impact in Bonito/MS. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. e112111637565, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i16.37565. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37565>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, L.; GOMES, R. **Conhecimento ecológico tradicional: adaptação e práticas sustentáveis em comunidades costeiras**. Porto Alegre: Editora Gaia, 2020.

SILVA, L. P.; MARTINS, A. P. Fragilidade ambiental e zoneamento ecológico econômico da bacia hidrográfica do Rio Preto–estado de Goiás–Brasil. **GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 21, p. 63, 2021.

SILVA, M., MARTINS, R. Tradição e manejo sustentável: percepções ecológicas dos caiçaras. **Revista Brasileira de Ecologia Aplicada**, 18(4), 225-239. 2020.

SILVEIRA, J. **Percepção romântica e ética ambiental em comunidades tradicionais**. São Paulo: Editora Humanitas, 2023.

SIMÃO, L. G.; RISSO, L. C. **Comunidade tradicional e unidade de conservação como patrimônio cultural: um estudo de caso na praia do Sono–Paraty (RJ)** traditional **Community and conservation unit as cultural heritage: a case study in praia do Sono-Paraty (RJ)**. **Anais. II simpósio internacional patrimônios**. 2019.

SIMÕES, M. C., MEDEIROS S. P. S., PEREIRA, M. F. B. C., MORALES, G. P., BICHARA, C. N. C. Percepção socioambiental de moradores que utilizam poços como fonte de abastecimento em um município do arquipélago do Marajó/PA. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 6, p. 440-450, 2020.

SINAY, L., CARTER, M. C. F. D., PASSOS, F. V. D. A. Povos Tradicionais, Áreas Protegidas e turismo: Um Estudo de Caso Brasileiro de 15 Anos de Mudança Cultural. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

SINDEAUX, M.O.; SANTOS, J.C.P.; MENEZES, W.F.N.; NOGUEIRA, A.F.A.; M'BATNA. A.J.; ALMEIRA, S.L.; PEREIRA, L.F.S.; SILVA, C.M.L.; FERNANDES, M.R.N.; AMARAL, J.F. Etnobotânica de plantas medicinais da vegetação litorânea no ceará: uma revisão bibliográfica. Em: **Abordagens Interdisciplinares sobre Plantas Medicinais e Fitoterapia: Saúde, Sustentabilidade e Biodiversidade**. [s.l.] Editora Científica Digital, 2022. p. 91–104.

SOARES, I. A. **Sustentabilidade socioambiental e efetividade de gestão de unidades de conservação**. 2019. 220f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

- SOARES, N. C., DOS SANTOS, P. S. N., DE OLIVEIRA, M. A., NETO, E. M. C. Extrativismo e aproveitamento de lianas na cadeia produtiva do artesanato: uma revisão integrativa. **Botânica em foco: Uma jornada pela diversidade**. Capítulo 3. 2024.
- SOUSA, C. C.; KISTEMACHER, D. Educação ambiental não-formal: gestão municipal e percepção socioambiental no município de Codó (MA). **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 1–20, 2023. DOI: 10.14295/ambeduc.v28i2.15688. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/ambeduc/article/view/15688>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- SOUZA, C.N., BARROS, E.L.S., DANTAS, I.F.V., BRAGAGNOLO, C., MALHADO, A.C.M, SELVA, V.F. Inclusão social e governança no Conselho gestor da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.
- SOUZA, F. D. C. S., DA SILVA, V. S. Conhecimentos tradicionais versus conhecimentos científicos?: em defesa de uma educação que religue os saberes. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. Especial, p. 8-28, 2021.
- SOUZA, J. S.; MIYAZAKI, V. K.; ENOQUE, A. G. **Reflexões acerca do consumo verde e sustentável na sociedade contemporânea**. Cadernos EBAPE. BR, v. 17, p. 403-413, 2019.
- TALEBI, M.; MELO, F.; RYLANDS, A. B.; FERRAZ, D.S. Brachyteles arachnoides. **The IUCN Red List of Threatened Species**, p. 2019-2, 2019.
- TAMAIIO, I. **O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental**. Annablume, 2002.
- TARGA, D. C. Para uma Genealogia da Filosofia Ambiental. **PERI**, v. 13, n. 2, p. 73-91, 2021.
- TAVARES, J.; FERREIRA, L. **A organização do ambiente e o bem-estar humano em comunidades costeiras**. Brasília: Editora Verde Brasil, 2022.
- TESTA, P. A.; ROSA, K. R.; FAVERO, L. Biodiversidade: principais ameaças e alertas. **RETEC-Revista de Tecnologias**, v. 13, n. 1, 2020.
- THEVENIN, T. B. B., THEVENIN, J. M. R.; SILVEIRA, E. D. Comunidades ribeirinhas e a implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro–Amazonas: desafios das normas jurídicas reguladoras. **Revista Presença Geográfica**, v. 10, n. 2, p. 78-95, 2023.
- TOFETI, A. R.; CAMPOS, N. Unidades de Conservação e o território no Brasil: estudos de caso em quatro biomas. **Sociedade & Natureza**, v. 31, p. e46987, 2023.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência** / Yi-Fu Tuan; Tradução de Lévia de Oliveira. — São Paulo: DIFEL. p. 227. 1983

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

VAITSMAN, J.; DUART, N.S.; LOBATO, L.V; PAES-SOUSA, R. Traditional practices and sustainable development: local indicators of sustainability among caiçaras and quilombola communities in Bocaina. **Ambiente e Sociedade**, v. 26, 2023.

VALDANHA NETO, D.; JACOB, P. R. Etnoconservação e educação ambiental no Brasil: resistências e aprendizagem numa comunidade tradicional. **Praxis& Saber**, v. 12, n. 28, p. 70-87, 2021.

VASCONCELOS, E. **Ecossistemas costeiros e a percepção de sustentabilidade em comunidades humanas**. Porto Alegre: Editora Biocultura, 2021.

VIEIRA, M., MENDONÇA, C. M. Y. Desmatamento da Mata Atlântica paranaense: análise espacial para o período 2014 e 2019. **Revista Catarinense de Economia**, 5(1), 46–57. <https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v5.n1.106> 2021

VIEIRA, S., JESUS, B. C. M., SÁ, N. S. C. Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 3, 2021.

WENCESLAU, F. F. **Avaliação da efetividade da gestão das unidades de conservação do Rio Grande do Sul: uma análise dos parques estaduais na Mata Atlântica**. 2020.Tese – Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2020.

WIKILOC. Wikiloc Trilhas do Mundo. Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

WWF. Word Wildlife Fund. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/>. Acesso em: 06 de janeiro de 2024.

XAVIER, C. L. **Percepção ambiental junto aos moradores do entorno do Arroio Tabuão no bairro Esperança em Panambi/RS**. 2010. Especialização (Pós-graduação em Educação Ambiental) -Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

YOSHIDA, C. Y. M., PENNA, M. C. V. M. A importância das comunidades tradicionais para a proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural. **Revista Direito UFMS**, v. 7, n. 1, p. 71-91, 2021.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. **Rio de Janeiro: Conservação Internacional**, 2018.

ZANINI, A. M; ROCHA, M. B. Relação de comunidades do entorno com as Unidades de Conservação: tendências em estudos brasileiros. **Terræ Didática**, v. 16, p. e020037-e020037, 2020.

ZEIFERT, A. P. B.; CENCI, D. R.; MANCHINI, A. A justiça social e a agenda 2030: políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas–Unifafibe**, v. 8, n. 2, p. 30-52, 2020.

ZMYSLOWSKI, C. T., TURRA, A., CAMPOLIM, M. B., XAVIER, L. Y. Parcerias público-privadas em unidades de conservação ameaçam o turismo de base comunitária e a sustentabilidade de comunidades tradicionais. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 293–316, 2021. DOI: 10.19177/rgsa.v10e32021293-316. Disponível em:
https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/9065.. Acesso em: 10 nov. 2024.

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para atividades com finalidade científica SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 88720-1	Data da Emissão: 07/07/2023 16:05:01	Data da Revalidação: 07/07/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO	CPF: 092.127.516-10
Título do Projeto: Área de Proteção Ambiental de Cairuçu: a interação cultural das comunidades tradicionais caiçaras com a biodiversidade florística da Mata Atlântica na rota da Travessia da Juatinga.	
Nome da Instituição: Universidade Federal de Itajubá	CNPJ: 21.040.001/0001-30

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Aplicação da metodologia por meio dos questionários	07/2023	09/2024

Observações e ressalvas

1	Todos os membros da equipe de pesquisa devem estar cientes das recomendações e boas práticas a serem seguidas neste momento de emergência zoonossanitária no Brasil devido à gripe aviária. Informe-se na página do CEMAVE na Internet: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cemave/destaques/gripe-aviaria/gripe-aviaria-1 .
2	Deve-se observar as as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
3	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
4	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
8	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
11	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0887200120230707

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 88720-1	Data da Emissão: 07/07/2023 16:05:01	Data da Revalidação*: 07/07/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO	CPF: 092.127.516-10
Título do Projeto: Área de Proteção Ambiental de Cairuçu: a interação cultural das comunidades tradicionais caiçaras com a biodiversidade florística da Mata Atlântica na rota da Travessia da Juatinga.	
Nome da Instituição: Universidade Federal de Itajubá	CNPJ: 21.040.001/0001-30

Outras ressalvas

1	- Encaminhar à UC cópia (física ou digital) das publicações decorrentes desta pesquisa, com endereço na rede mundial de computadores de onde podem ser encontradas. - Todas as informações solicitadas e publicações resultantes da execução do projeto deverão ser encaminhadas por meio eletrônico para: apa.cairucu@icmbio.gov.br	APA Cairuçu
---	---	-------------

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	RJ	Sistema Costeiro-Marinho	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Observação e gravação de imagem ou som de táxon em UC federal	Dentro de UC Federal
2	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Atividades X Táxons

#	Atividade	Táxon	Qtde.
1	Observação e gravação de imagem ou som de táxon em UC federal	Plantae	-

A quantidade prevista só é obrigatória para atividades do tipo "Coleta/transporte de espécimes da fauna silvestre in situ". Essa quantidade abrange uma porção territorial mínima, que pode ser uma Unidade de Conservação Federal ou um Município.

A quantidade significa: por espécie X localidade X ano.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0887200120230707

Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 88720-1	Data da Emissão: 07/07/2023 16:05:01	Data da Revalidação*: 07/07/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO	CPF: 092.127.516-10
Título do Projeto: Área de Proteção Ambiental de Cairuçu: a interação cultural das comunidades tradicionais caiçaras com a biodiversidade florística da Mata Atlântica na rota da Travessia da Juatinga.	
Nome da Instituição: Universidade Federal de Itajubá	CNPJ: 21.040.001/0001-30

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0887200120230707

Página 3/3

ANEXO B – Autorização de pesquisa científica emitida pela INEA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO INEA Nº 052/2023

A Diretora de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, no uso de suas atribuições legais, considerando a Portaria IEF/RJ/PR nº 227 de 18/12/2007 e considerando, ainda, o que consta no procedimento administrativo SEI-070002/012102/2023, **AUTORIZA** o pesquisador **ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO**, vinculado à Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e sua equipe Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa, Selmo Carlos Gonçalves, Débora Luisa Silva Teixeira e Felipe de Andrade Drumond, a obter dados no Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ), com vistas à execução do projeto de pesquisa **“A interação cultural das comunidades tradicionais caiçaras com a biodiversidade florística da Mata Atlântica na rota da travessia da Juatinga”**, devendo ser observadas as condições discriminadas neste documento e ainda aquelas previstas na Portaria supracitada.

A presente autorização tem validade de **02 (dois) anos** a partir da data de assinatura.

Condicionantes desta autorização:

1. Este documento não autoriza a coleta de espécies constantes nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção, nem isenta o pesquisador da necessidade de solicitar outras anuências, no que couber, para a realização das atividades em tela, inclusive a anuência do responsável pela área, pública ou privada, onde serão realizadas as atividades.
2. Caso seja identificada em campo alguma espécie ameaçada de extinção ou exótica invasora, o INEA deverá ser informado o mais breve possível.
3. Imagens que sejam eventualmente capturadas durante a realização das pesquisas dentro das Unidades de Conservação, poderão ser utilizadas apenas para fins científicos, educativos, culturais ou jornalísticos. Caso haja a intenção de comercializá-las ou utilizá-las (total ou parcialmente) para fins lucrativos será necessário solicitar autorização, de acordo com o previsto no Decreto Estadual nº 36.930/2005.
4. O pesquisador deverá entrar em contato com a administração da(s) UC(s) para agendar as atividades de campo e conhecer as normas de uso da(s) mesma(s), pelos contatos: REEJ: (24)3371-9654 ; reservajuatinga@gmail.com.
5. O pesquisador deverá apresentar ao INEA relatórios semestrais e final da atividade de pesquisa, bem como cópia digital das publicações e de qualquer outro material produzido relativo ao trabalho de pesquisa na(s) referida(s) unidade(s) de conservação, conforme disposto na Portaria IEF/RJ/PR 227/2007, não podendo a entrega do relatório final ultrapassar 03 (três) meses após o término da pesquisa.
6. Os relatórios de atividades deverão contemplar, no mínimo: (a) Lista dos espécimes registrados no menor nível taxonômico possível, incluindo datas e locais de coleta/observação georreferenciados (coordenadas e *Datum*); (b) Resultados e discussão das análises propostas no estudo; (c) Sugestões e ameaças observadas ao ecossistema, caso pertinente.
7. O pesquisador deverá citar o(s) nome(s) da(s) unidade(s) de conservação estudada(s) em todos os produtos decorrentes deste trabalho.
8. O pesquisador deverá fazer uma apresentação anual sobre sua pesquisa ao(s) Conselho(s) Gestor(es) da(s) unidade(s) em que estiver trabalhando, enquanto a pesquisa durar.

9. O pesquisador deverá dar entrada no pedido de renovação da Autorização de Pesquisa 30 (trinta) dias antes de seu término, caso necessite dar continuidade à pesquisa.

10. Fica o pesquisador comprometido a apresentar a Autorização de Pesquisa acompanhada de um documento de identificação oficial com foto do(s) membro(s) da equipe presente(s), quando estiver em trabalho de campo dentro da(s) unidade(s) de conservação e for solicitado por servidor do INEA.

11. Fica o pesquisador comprometido a executar exclusivamente o que foi previsto no projeto de pesquisa aprovado pelo INEA, e a comunicar qualquer alteração do projeto antes de sua execução, devidamente justificada, para prévia aprovação.

12. A inobservância das determinações relacionadas, bem como qualquer intervenção não autorizada na(s) unidade(s) de conservação em questão, implicará na suspensão total ou parcial da referida Autorização, e na aplicação de sanções administrativas previstas na Lei 3.467/2000 e na Lei 9.605/1998.

Julia Kishida Bochner

Diretora

Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas – DIRBAPE

ID Funcional 4347935-9



Documento assinado eletronicamente por **Julia Kishida Bochner**, **Diretora**, em 26/07/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **56273980** e o código CRC **42E56CB8**.

Referência: Processo nº SEI-070002/012102/2023

SEI nº 56273980

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ITAJUBÁ (UNIFEI)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Conservação da Natureza em Áreas Protegidas da Mata Atlântica Sob a Influência dos Aspectos Culturais das Comunidades Caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ.

Pesquisador: ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80981124.9.0000.0356

Instituição Proponente: Universidade Federal de Itajubá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.048.711

Apresentação do Projeto:

Nos primórdios da origem humana, existia uma relação de subordinação da espécie aos imperativos do habitat, criando uma dependência direta da natureza para a sobrevivência e influenciando o processo de humanização (Cortez, 2011; Gonçalves, 2020). Com o avanço do conhecimento humano, essa interação foi registrada, levando a uma compreensão mais profunda dos recursos naturais e ao uso sustentável deles, o que auxiliou na adaptabilidade da espécie em diversas regiões do mundo (Dantas, 2020). Inicialmente, a relação do homem com o ambiente era tangível e direta, mas evoluiu para uma abordagem racional e prática, melhorando as condições de vida através da domesticação de animais e desenvolvimento de técnicas agrícolas. Essa evolução levou ao surgimento de elementos culturais, como eventos ritualísticos e expressões artísticas (Diegues, 2000; Roldão et al., 2020). No Brasil, desde os primeiros registros dos colonizadores, as florestas foram descritas como um paraíso, refletindo a rica biodiversidade do país (Fioravanti, 2022). Essa riqueza já era explorada pelas populações nativas no período pré-colonial, como evidenciado pelos sambaquieiros, comunidades pré-históricas que habitavam a planície litorânea brasileira (Bracht; Santos, 2011; Scheel-Ybert et al., 2023). Diversos sítios arqueológicos foram descobertos no Rio de Janeiro, destacando a presença de comunidades sambaquieiras na Baía de Guanabara, Região dos Lagos e Baía de Ilha Grande,

Endereço: Av. BPS 1303 Bairro: Pinheirinho Prédio da Administração Central 4º Andar PRPPG Sala do CEP UNIFEI
Bairro: Pinheirinho **CEP:** 37.500-903
UF: MG **Município:** ITAJUBA
Telefone: (35)3629-1330 **E-mail:** cep@unifei.edu.br

onde está a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (Capucho; Scheel-Ybert, 2019; Machado et al., 2020). A ocupação do litoral por esses povos ocorreu há aproximadamente 4000 anos, com a presença inicial dos indígenas jê, tupinambás, tupiniquins e, posteriormente, dos guaranis (Cali, 2006). Esses grupos contribuíram para a formação da "cultura caiçara", predominante no litoral sul e sudeste do Brasil (Martinez, 2021). Os caiçaras, vivendo em relativo isolamento geográfico, mantêm um modo de vida tradicional, representando uma parcela importante da etnografia brasileira e são símbolos de resistência e defesa de seu território e estilo de vida. Áreas protegidas foram estabelecidas para proteger esses territórios e seus povos, como a APA de Cairuçu em 1983 e a REEJ em 1992, com o objetivo de preservar o ecossistema local e evitar construções no local (Brasil, 1983; Plano de Manejo, 2018). Atualmente, áreas protegidas desempenham um papel crucial na preservação ambiental e biológica, bem como na proteção dos aspectos históricos e socioculturais das comunidades tradicionais (Hassler, 2005; Santana et al., 2020; Wenceslau, 2020). A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) busca conciliar a conservação da natureza com o uso racional dos recursos naturais (Romeiro e Gontijo, 2021). No entanto, os povos originários enfrentam desafios no reconhecimento de seus territórios em áreas naturais protegidas, que muitas vezes não adotam práticas conservacionistas (Moreira et al., 2021; Vaitzman et al., 2023). O SNUC impõe a necessidade de ajuste das Unidades de Conservação (UCs) que

não se adequam às tipologias predefinidas, o que inclui a REEJ, enfrentando desafios na definição da categoria mais adequada (SNUC, 2000; Cavaliere, 2003; Monge, 2013; Ribeiro et al., 2022). Estudos que exploram a relação entre UCs e povos tradicionais proporcionam um campo de discussão importante, associando aspectos culturais a práticas conservacionistas para uma gestão adequada (Silva et al., Silveira Junior et al., 2020). As comunidades caiçaras, com raízes indígenas, possuem um conhecimento particular sobre práticas e saberes ligados à natureza, sendo fundamental sua participação na gestão das UCs para garantir a preservação cultural e ambiental (Duarte, 2018; Burbano et al., 2020; Sader, 2023).

A hipótese deste trabalho considera que os aspectos culturais caiçaras na península da Juatinga estão associados à conservação ambiental, conforme o Plano de Manejo da APA de Cairuçu, também utilizado pela REEJ. A pesquisa envolveu conhecer as realidades dos caiçaras, suas visões sobre o modo de vida, conservação dos conhecimentos e do ambiente natural da Mata Atlântica. O registro foi feito através da oralidade, destacando as características que os definem, sua relação com a natureza e a comunidade, além de entender o confronto entre

Endereço: Av. BPS 1303 Bairro: Pinheirinho Prédio da Administração Central 4º Andar PRPPG Sala do CEP UNIFEI
Bairro: Pinheirinho **CEP:** 37.500-903
UF: MG **Município:** ITAJUBÁ
Telefone: (35)3629-1330 **E-mail:** cep@unifei.edu.br

aspectos do passado e circunstâncias atuais, e como se dá o diálogo com o Plano de Manejo e a gestão das áreas protegidas sobre sua terra de origem.

Objetivo da Pesquisa:

Hipótese:

As comunidades tradicionais, como os caiçaras, desenvolvem modos de vida sustentáveis e sua participação nas decisões de gestão das Unidades de Conservação é fundamental para a conservação ambiental e para a manutenção da identidade cultural.

Objetivo Primário:

Analisar como a conservação ambiental da Mata Atlântica da APA de Cairuçu e REEJ está relacionada à influência dos aspectos culturais das comunidades caiçaras estabelecidos na península da Juatinga em Paraty/RJ.

Objetivo Secundário:

a) Identificar os aspectos culturais do cotidiano caiçara que estejam associados ao conhecimento do ambiente natural onde vivem; b) Relatar a percepção do público alvo sobre a relação da conservação do ambiente natural onde vivem e seus aspectos culturais; c) Identificar se a realidade do público alvo dialoga com os objetivos de criação da APA e da REEJ, bem como com as atividades desenvolvidas e conflitantes contidas no PM em exercício.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

1. Desconforto, por parte dos caiçaras, quanto da aplicação do formulário; 2. O trabalho de campo envolve trilhas e traslado de barco, portanto, riscos quanto ao deslocamento para locais remotos a fim de contatar as comunidades são plausíveis, como condição do mar adversa, clima inadequado para caminhadas e cansaço físico; 3. Apesar de considerar a visita ao máximo de comunidades caiçaras na área de estudo, nem todas comunidades serão entrevistadas devido a dificuldade de logística e tempo para as campanhas, podendo deixar lacunas quanto aos dados coletados; 4. Existe o risco que, os dados coletados possam contrariar os interesses dos gestores dos locais.

Benefícios:

1. Valorização e legitimação de práticas culturais genuinamente brasileiras; 2. Reconhecimento de plantas de interesse particular de uso junto as população tradicionais, propiciando uma visão mais estratégica sobre práticas de manejo; 3. Identificação de práticas que favorecem a conservação ambiental; 4. Contribuição para o modelo de gestão das áreas protegidas.

Endereço: Av. BPS 1303 Bairro: Pinheirinho Prédio da Administração Central 4º Andar PRPPG Sala do CEP UNIFEI
Bairro: Pinheirinho **CEP:** 37.500-903
UF: MG **Município:** ITAJUBÁ
Telefone: (35)3629-1330 **E-mail:** cep@unifei.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ITAJUBÁ (UNIFEI)



Continuação do Parecer: 7.048.711

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa importante, pertinente e oportuna com metodologia suficiente para atingir os objetivos propostos. Análise de dados será realizada e está em conformidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos: 1) Projeto completo; 2) TCLE; 3) Folha de rosto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências sanadas. TCLE refeito.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2360129.pdf	16/08/2024 20:54:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ajustado.pdf	16/08/2024 20:54:22	ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	24/06/2024 10:03:27	ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	24/06/2024 10:01:23	ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinado.pdf	24/06/2024 09:52:07	ANTONIO EDUARDO KREPP SERRANO FILHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. BPS 1303 Bairro: Pinheirinho Prédio da Administração Central 4º Andar PRPPG Sala do CEP UNIFEI
Bairro: Pinheirinho **CEP:** 37.500-903
UF: MG **Município:** ITAJUBA
Telefone: (35)3629-1330 **E-mail:** cep@unifei.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ITAJUBÁ (UNIFEI)



Continuação do Parecer: 7.048.711

ITAJUBA, 02 de Setembro de 2024

Assinado por:
Geraldo Fabiano de Souza Moraes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. BPS 1303 Bairro: Pinheirinho Prédio da Administração Central 4º Andar PRPPG Sala do CEP UNIFEI
Bairro: Pinheirinho **CEP:** 37.500-903
UF: MG **Município:** ITAJUBA
Telefone: (35)3629-1330 **E-mail:** cep@unifei.edu.br

Página 05 de 05

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada utilizada para registro de dados.



Entrevista Semiestruturada de Pesquisa de Dissertação

Título: A interação cultural das comunidades tradicionais caiçaras com a biodiversidade botânica da Mata Atlântica na rota da Travessia da Juatinga

Objetivo: Identificar as práticas culturais das comunidades tradicionais caiçaras, estabelecidas na APA de Cairuçu e Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, mais especificamente ao longo da Travessia da Juatinga, que estão associadas com a utilização dos recursos da flora da mata atlântica local e analisar como essa relação influenciam a conservação ambiental do local onde vivem.

Comunidade _____

1. Como você é conhecido pela comunidade?
2. Sempre viveu nesse território? E quanto tempo faz isso?
3. Se considera caiçara?
4. Você utiliza plantas da mata no seu dia-a-dia? Se não, por quê?
5. Poderia nos informar sobre seu conhecimento sobre uso de plantas do local onde vive? Se não, por quê?
6. Como aprendeu a identificar e usar as plantas?
 - Com sua família (Avós, pais, tios, vizinhos ou amigos das comunidades locais) ou com pessoas fora da comunidade (turistas, conhecidos, tv, radio, internet, jornal e outros)
7. Você nota interesse das novas gerações em aprender sobre esse conhecimento?

Se sim, Como você enxerga isso?

Se não, por quê?
8. Agora, sobre os recursos da natureza utilizadas no seu dia a dia, você poderia me dizer que tipos de plantas, animais ou qualquer outro recurso que fazem parte do seu dia-a-dia?
9. Esses recursos citados estão mais difíceis de encontrar? Se sim, você teria uma ideia do porquê dessa dificuldade?
10. Existe algum recurso que atualmente tem seu uso restrito?
11. O conhecimento sobre plantas é importante para a cultura caiçara? Por quê?
12. Você acredita que o uso desses recursos poderia contribuir economicamente para as comunidades? POR EXEMPLO: a coleta de sementes para a produção de mudas, fortalecimento do turismo com produtos naturais



(chás, receitas repelentes, ervas secas para tratamento alternativo, comidas típicas para recepcionar os turistas...)?

13. Você sabe que a comunidade está inserida em uma área protegida?
 - Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu e Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ)
14. Moram em uma área ambientalmente protegida modificou seu modo vida de alguma forma?
15. Para você, essa proteção é boa, ruim, ambos ou indiferente? Porque?
16. Você acredita que haja algum conflito dos interesses das comunidades caiçaras com a área protegida? Quais?
17. O seu relacionamento com os gestores das áreas protegidas é tranquilo ou não? Por quê?
18. Você acredita que sua forma de vida coopera na conservação do meio ambiente? De que forma?

Muito obrigado pelo seu tempo, agradecemos demais. Caso queira falar mais alguma coisa que considere importante, pro favor, sinta-se a vontade de falar, lembrando que todas as informações coletadas são sigilosas.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **“A conservação da natureza em áreas protegidas da Mata Atlântica sob a influência dos aspectos culturais das comunidades caiçaras da península da Juatinga, Paraty/RJ”**, a qual refere-se a uma Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, realizada na Universidade Federal de Itajubá - Unifei, com o objetivo de analisar como a conservação ambiental da Mata Atlântica da APA de Cairuçu e REEJ está relacionada à influência dos aspectos culturais das comunidades caiçaras estabelecidos na península da Juatinga em Paraty/RJ. Destaca-se que esta pesquisa segue as recomendações das Resoluções do CNS (466/2012, 510/16 e 674/2022) sobre Ética em Pesquisa.

Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) ou com a instituição. Informamos, também que não haverá gastos por parte do(a) participante da pesquisa, sem necessidade de ressarcimento.

Você somente iniciará o questionário após concordar com a pesquisa via TCLE. Aproveitamos para informar que será garantido seu acesso ao resultado deste estudo. Os benefícios da sua participação envolvem a contribuição com a pesquisa acadêmica, a ciência no país, a reflexão sobre a qualidade e o nível do envolvimento da comunidade local nas decisões e nas atividades relacionadas à gestão da UC e a reflexão sobre os conflitos socioambientais existentes na UC, além da autorreflexão. Também se espera que, futuramente, a ferramenta proposta auxilie na integração de importantes aspectos sociais e culturais na tomada de decisão na UC, a fim de garantir uma gestão mais democrática e inclusiva.

Quanto aos possíveis riscos ou danos à sua participação, esses são considerados mínimos e relacionados ao preenchimento do questionário, tais como: tomar o tempo do respondente, provocar cansaço, gerar desconforto, causar sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante das afirmativas relacionadas ao produto, sendo que neste caso poderá parar de responder. Caso haja algum dano decorrente da pesquisa, será dada assistência integral, imediata e gratuita, ao(a) participante.

Por razões éticas, todas as respostas serão tratadas de forma única e confidencial, preservando assim a privacidade de todos os(as) respondentes. O acesso aos dados da pesquisa será efetuado, única e exclusivamente, pelos(as) dois/duas pesquisadores(as) abaixo informados(as), sendo estes dados armazenados em um drive com senha.

Pesquisador(a): Antonio Eduardo Krepp Serrano Filho; Endereço: Avenida BPS, n. 1303, Bloco L8, IRN, Bairro Pinheirinho, 37500-903, Itajubá, MG, Brasil; E-mail: d2022100875@unifei.edu.br; Instituição: Universidade Federal de Itajubá.

Pesquisador(a) responsável: Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa; Endereço: Avenida BPS, n. 1303, Bloco L8, IRN, Bairro Pinheirinho, 37500-903, Itajubá, MG, Brasil; E-mail: danielart@unifei.edu.br; Instituição: Universidade Federal de Itajubá.

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP Unifei: (35) 3629-1330 / (35) 99758-0874 / cep@unifei.edu.br

AUTORIZAÇÃO: Eu, participante da pesquisa, após a leitura desse documento, estou suficientemente informado(a), ficando clara que minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento sem penalidades e sem prejuízos. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos que serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia da confidencialidade. Todas as minhas dúvidas quanto à pesquisa foram esclarecidas e estou satisfeito(a) com as respostas. **Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar desta pesquisa.**

() Declaro que concordo em participar dessa pesquisa.

APÊNDICE C – Quadro metodológico para identificação do objetivo específicos “a”.

Quadro 4: Quadro metodológico objetivo específico “a”.

Quadro "a"	
Objetivo específico "a": Identificar os aspectos culturais do cotidiano caçara associados ao conhecimento do ambiente natural onde vivem.	
Critério de análise: Práticas e utilização de recursos naturais.	
Relato dos entrevistados	Tipos de conhecimento
E01: [...] antigamente a gente plantava mandioca, batata, abóbora [...] nossa terra é fraca, não colhe nada. [...] tem muita saúva, muita formiga [...] uns tempo pra cá acabou, ninguém cuida mais da roça não [...] usava a mata mesmo pra tirar canoa [...] de cedro, ingá, timbuíba, jequitiba [...] remédinho da floresta a gente pega aqui em baixo mesmo, tem boldo, canela-de-velha, santa-maria, maria-preta, cana-do-brejo [...] a gente que planta. [...] O principal sustento vem do mar mesmo [...] duns peixinho do cerco [...] no meio de outubro vem a lula, vem o dinheiro da lula [...] nossa vivência é o peixe [...] do peixe aproveitamos tudo [...] a garotada aqui estao vivendo mais da pesca [...] isso tudo vem lá de trás, do bisavô da gente [...].	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [] Art. [] Orn. [] Tec. [x] Econ.
E02: [...] a gente utilizava muito era a mandioca, pra fazer farinha. [...] quando trabalhava com rede, a gente usava a casca (em referência a parte da árvore) [...] de cobi, tingicuiá, piúba, aruera [...] pra tingir a rede do cerco para durar mais [...] tinha lá pro alto da montanha, lá pro alto da mata mesmo [...] mas agora a gente não usa mais isso, isso aí é da geração de antigamente [...] ninguém ta tirando mais. [...] meu pai fazia muita canoa, barco. A gente não faz nao [...] nós temos quatro cercos aí [...] a pesca é o forte [...] mas falta gente pra trabalhar [...] a família está espalhada, aí não tem gente [...] o trânsito está crescendo, um vai pra cidade, outra vai pra cidade."	[] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [x] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [] Econ.
E03: [...] que nem a mulherada das antigas, que sai e larga a rede [...] eu as vezes faço um pouco disso [...] eu pesco lula. [...] meu pai consegue tirar canoa, remo (a partir de troncos de arvores) [...] ele fala um monte (em referência aos nomes de plantas utilizadas) mas eu me lembro da carqueija [...] que é bom pra fazer gargarejo. [...] essa (planta) foi um homem lá de minas que trouxe pra cá [...] usavam pra gastrite, era muito bom. [...] eu nao consigo guardar o nome, mas ela dá uma folha igual a taioba [...] e dentro é cor de abóbora [...] é muito bom pra fazer xarope, uma maravilha. [...] Tem a cana-do-brejo, eu tomei pros rins, foi muito bom. [...] tem também trançagem, eu tomei também agora esses dias [...] pra infecção urinária e de útero. [...] meu pai falou que é muito bom pra dor de estômago, pra infecção. [...] usa folha de arueira [...] rosa branca [...] pra fazer gargarejo é dor de garganta. [...] usa o broto da goiaba pra diarreia. [...] uma senhora ensinou minha avó, e aí ela ensinou o meu pai [...] xarope de folha de mamão [...] quando ele pegou tosse [...] tem também alfavaca, a gente chama de alfavacão. [...] xarope de folha de hortelã [...] que usa na galinha (tempero). [...] eles têm interesse (sobre os mais jovens considerando os saberes de uso de recursos naturais) [...] aqui e gente troca muita informação [...] referente a pesca, os mais novos não querem saber de nada disso: de pesca, de mar, trabalho duro aí. [...] Mas acho que isso é por causa do turismo, né? é um forma de trabalho. [...] entra bastante dinheiro numa época só [...] só que você consegue ficar aí um bom tempo do ano. [...] meu pai fez um curso de plantas medicinais e descobriu que as plantas que ele conhecia nas serras do mato mesmo eram medicinais. [...] Porque como aqui entrou muita casa, então os negócios foram ficando mais longe (em referência aos recursos naturais) [...] a	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [x] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [] Econ.

cana-do-brejo que é rara de achar por aqui. [...] meu pai fazia roça aí [...] as pessoas ainda fazem roça, limpam o lugar. [...] usa o fogo controlado pra fazer o sape [...] e pra fazer rocinha [...] plantar um feijão [...] plantar batata. [...] quando eu era criança eu buscava lenha com minha mae. [...] eu tive no mato aí, com meu irmão pra gente pegar palmito pra comer, pra botar no prato.	
E04: [...] a gente usa um tipo de madeira que é chamada fruta-de-saíra [...] ela é muito forte [...] e pode estragar a rede [...] o que a gente mais prefere aqui é o mangue-da-costeira e a tijicui (em referência ao método de preservação da rede). [...] a gente costuma usar a casca dele (jatobá) [...] pra melhorar o estomago, o figado [...] o cipó-caboclo [...] pra cegueira do zóio [...] erva-santa-maria [...] temos a neovagina é um santo remédio [...] essa ja levantou um punhado de turista. [...] minha avó pegava pó de café, daqui mesmo, molhava, enxarcava um pano e amarrava na cabeça, é tiro e queda pra dor-de-cabeça e febre [...] tem limão-galego, ele é pro estomago, pra gripe [...] tem a bicuiba que pega fogo [...] joga em cima da birruga. [...] eu conheço essa mata de ponta -a-ponta, onde tiver um ingá-amarelo, tibuiba-rosa é boa pra caramba (em referência a arvores para fazer canoa) [...] você morre e a canoa ta ali [...] antigamente tirava canoa no mutirão, hoje se não pagar ninguém vai [...] era dono de pousada aqui de Paraty que levou uma canoa, e a outra pra um cara que queria pescar lula lá do pouso. [...] com meu bisavô (em referência a origem do aprendizado) [...] ele era caçador. [...] os caiçaras faziam aquilo que chamava de roçado [...] botava fogo, queimava [...] pra plantar mandioca, feijão [...] se não queimasse não dava. [...] todo caiçara que mora numa redondeira dessa, não tem supermercado, não tem um açougue, tem que tirar da floresta [...] quando o mar engrossa nos tem que pegar uns bicho [...] no meio de agosto, de setembro, os bicho tão criando: o macuco ta criando, o jacu ta criando, a bicharada ta criando.	[x] Agr. [x] Pesq. [x] Rit. [x] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [x] Art. [] Orn. [x] Tec. [x] Econ.
E05: [...] ali era roça [...] meu sobrinho que colocou fogo [...] o foco aqui é mais a mandioca pra fazer a farinha [...] tem a casa de farinha [...]. [...] meu tinha o café plantado [...] e a cana [...] era o nosso café: o café do caldo da cana [...] eu comprei umas mudas (de café) de um rapaz que trouxe lá de Paraty.	[x] Agr. [] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [] Med. [] Art. [] Orn. [] Tec. [] Econ.
E06: [...] tem o palmito [...] tem o metiolate [...] o limão [...] o coentro é nativo daí [...] o que eu trouxe foi a mostarda [...] uva-chilena [...] fruta-pão [...] é muito bom, pra fazer bobó [...] essa aqui é pra fazer remédio, chama traçagem. Tem a santa-maria, faz um chá que é bom pra tudo [...] tem a maria-preta pra machucadura [...] so agora que tô tomando remédio de farmácia, pra pressão [...]. [...] tem o cobi pra tingir a rede, mas aqui não tem (em referência ao local especificamente) [...] tem a arueira que os passarinho gosta muito [...] aprendi tudo com meu pai, meu avô. comprei umas mudas de Paraty. [...] tem o sapê, aqui tem um pouco ainda [...] tem placa solar [...] ela dá pra bateria [...] é caro [...] a prefeitura colocaram em umas praias e deixaram outras de fora	[] Agr. [] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [] Econ.
E07: [...] antigamente aqui era tudo roça [...] meu pai de um lado, meu tio do outro [...] era grudado uma na outra [...] era tudo um capoeirão, não tinha mato, tinha pouco [...] fazia farinha pra vender, cortava lenha pra vender na padaria, que antes tudo forno a lenha. [...] meu tio, meu pai, plantava cobi, aroeira, mangue-da-costeira [...] tem muita planta nativa aí, muito remédio nativo [...] hortelã, alfavaca [...] mais minha mãe que sabe [...] e acho que para o futuro nem vai ter mais [...]. [...] meu tio fazia canoa [...] a gente sai de barco, pescar [...] esse ano deu bastante curuvina, lula [...] no verão [...] a gente trabalha no cerco [...] pega aí muito carapauzinho, espada, sororoca.	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [x] Econ.

E08: [...] da floresta a gente tira, mais assim, palmito [...] planto mandioca pra fazer farinha, feijão, milho [...] eu gosto de plantar tudo junto, porque ai aproveita a terra de uma vez só [...]a mulher dele que me ajuda (em referência a nora quanto aos cuidados da roça) [...] a terra não é muito boa não [...] dá pra plantar 3 vezes num local, depois tenho que procurar outro lugar (em referência ao sistema de rodizio) [...] eu tento plantar cacau, mas não pega [...]. [...] a pesca tem mês que dá mês bom [...]. [...] eu tive que cortar pra fazer essa casinha [...] se a pessoa precisa de uma canoa, vai jogar uma madeira [...]. [...] inga, garapuvu, timbuiba, umburana que faz canoa, tem várias madeiras que dá pra fazer canoa [...] eu uso qualquer madeira [...]. [...] aqui sobre água [...] diminui no frio [...] mas no quente vai ter agua de fartura [...]. [...] isso aqui é uma semente da mata [...] esses 4 carocinhos aqui, na cidade, é 5 reais [...] essa aqui é uma bicuida [...] o pessoal antigamente usava muito quando nao tinha luz [...] era isso aqui que usava [...] antigamente era bastante (em referente a caça), ainda acontece [...]. [...] Esse aqui é abacaxi [...] eu vendo [...] esse bacupari [...]. [...] Essa é jacaterao, pra fazer casa [...] essa a tingicuiá [...] ali é um aricurana, que serve pra fazer canoa também [...] esse aqui é aração, aração-do-mato	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [x] Econ.
E09: [...] aqui so tem eu e meu cunhado que trabalha com roça [...] aqui a gente planta milho, feijão, mandioca, banana, batata-doce [...] a gente vendia farinha, vendia feijão, vendia milho [...] hoje pararam tudo [...] o pessoal de roça não existe mais [...] meus filhos não vem pra um lugar desse fazer roça [...] os meus netos nem se fala [...]. [...] eu trabalhei muito tempo na pesca [...] o pessoal que mexia com o mar, com o pau pra tirar canoa [...] tá acabando [...]depois que inventaram esse barquinho ai de motor [...] temos umas qualidade que é o mangue, a tingicuiá e o outro chama quarema [...] pra rede [...] a qualidade de madeira pra canoa, nós temos a timbuiba, temos o ingá-cedro e o ingá-de-flecha e o ingá-do-amarelo e o ingá-de-concha, depois tem o cedro, que dá umas das melhor madeira pra canoa, temo o guarapubu, mas não é madeira muito legal pra canoa, tem outra madeira boa também que é o cobí, tem também a taricaquera, tem outra madeira também, a aricurana, é uma madeira pesada [...]. [...] meu filho faz canoa assim (em referência pra enfeite) [...]. [...] a pesca dá dinheiro, mas você tem que matar o mundo e o fundo de pescar.	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [x] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [] Med. [x] Art. [] Orn. [x] Tec. [x] Econ.
E10: [...] tem muito remédio aí, tem aquela tirrimicina [...] pra ferida, infecção [...] tinha muito aquela santa-maria [...] pra verme [...]. [...] aqui eu trabalhei de cerco, de roça [...] a gente fazia a roça e plantava [...] dá tudo aí [...] batata, cará, verdura, pimenta [...] hoje o povo sai daqui e vai para Paraty comprar [...]. [...] tem timbuiba, tem cedro, tem tudo aí (em referência a madeiras pra fazer canoa) [...]. [...] hoje eles saem pra trabalhar pra fora (em referência aos mais jovens) [...] a roça aqui acabou tudo [...] [...] ná epoca do meu pai, no tempo dos meus avôs, no tempo dos meu tios, nós levava banana-da-terra daqui, no balaio, pra Paraty vender.	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [x] Econ.
E11: [...] isso aqui era tudo roça, do meu avó, do meu velho [...] meu pai tinha bananal [...] tinha três cercos aqui [...] onde está descampado isso aí, era tudo pasto [...] botaram muito gado ai [...] aqui era aquele boi zebu, grandão [...] acabava com a roça de todo mundo [...] acabou a casa de farinha, acabou a cultura [...]. [...] aqui, você vai ali pega a sua lagosta, pega o seu camarão [...] saí muito novo pra pesca [...]. [...] esse morro aí era cheio de casa [...] tudo de pau-a-pique [...] mais de 170 famílias	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [] Ali. [] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [x] Econ.
E12: [...] usa o saião [...] mas agora a gente quase nem vê [...] no jardim antes tinha [...] pra machucadura, pra tosse, pra tudo [...] tem maria-preta [...] tem por ai tudo [...] santa-maria [...] antigamente a gente nem procurava médico [...] era assim pra	[x] Agr. [x] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [] Art. [] Orn. [x] Tec. [] Econ.

criança com cólica, negócio de verme, essas coisas [...] aqui tinha muita criança com desinteria [...] ai as mães catavam essa santa-maria [...] a moçada que ta mais nova ai hoje procura tudo o médico neh? [...] uma vez mandaram um turista aqui pra pegar a folha do saião, o filho dele tinha machucado a pele [...]. [...] na época do meu pai, depois que eu casei também, a minha sogra trabalhava muito na roça [...] plantava mais lá pra cima [...] milho, mandioca, feijão, café tinha muito [...] por aqui perto tem galinha, tinha uns animais [...] banana a gente sempre tem em volta da casa [...] foi o tempo que a gente vivia da roça [...]. [...] meu marido sempre foi pescador [...] ele tinha uma canoa grandona [...] meu avô tirava canoa	
E13: [...] erva-de-passarinho, a gente faz o chá [...] tem a rosa, que é bom pro olho [...] erva-grossa, chá muito bom pro estomago e como cicatrizante [...] mas sempre aparece gente ai pedindo uma maria-preta, uma santa-maria, uma saião, boldo [...] eu gosto muito [...] eu sempre fui uma pessoa incentivadora pras pessoas fazerem horta [...] ja cheguei a colher 1700 pés de rúcula [...] a gente da saco de alface, saco de couve aqui tem muito café [...] planta feijão, milho, banana, feijão-guandu [...] aqui nas hortas nossa a gente faz uma camada gigante de folha, de galha e deixa	[x] Agr. [] Pesq. [] Rit. [] Ofi. [] Fest. [x] Ali. [x] Med. [] Art. [] Orn. [] Tec. [] Econ.

Fonte: dos autores, 2024.

APÊNDICE D – Quadro metodológico para identificação do objetivo específicos “b”.

Quadro 5: Quadro metodológico objetivo específico “b”.

Quadro "b"	
Objetivo específico (b): Identificar os tipos de percepção ambiental do público alvo.	
Critério de análise: Experiências, ações práticas e ensinamentos relacionadas à conservação do meio ambiente. OBS: Algumas percepções consideraram uma análise conjunto com as narrações contidas no quadro "a". Informações como o conhecimento de plantas por exemplo, fazem parte da Percepção Naturalista e, assim como do seu uso, fazem parte da Percepção Utilitarista.	
Relato dos entrevistados	Tipo de percepção
E01: "a gente ajuda ela [...] a gente não corta (referência as árvores), não mexe com ela. [...] tem mais de 20 anos que ninguém roça ai [...] a tendência é so crescer (referência a floresta)". "[...] se eles (turistas) acharem uma lata no caminho, eles traz [...] joga no lixo [...] eles vê se a água ta limpa [...] eles (os turistas) são bão memo." " [...] a não ser se quiser tirar um remo, tirar uma canoa dessa arvore, ai eles (o órgão ambiental - INEA) dão um ofício procê tirar." "[...] ela (a APA) ajudou a conservar o lugar pra nos". "essa APA Cairuçu foi muito bom [...] se não fosse a APA, ENEIA (INEA) e CRBio já não, existiria mais caíçara aqui [...] teve um época que só tava entrando gente ai [...] aí o ENEA (INEA) chegou ai e embargou, e foi parando de vender [...] mais ainda assim vende, tão ficando de laranja (os caíçaras) por trás pra poder construir." "[...] ai quando chega final do ano nois trabalha com o turismo, que ajuda muito. [...] muitos trabalham em barco de turismo."	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [x] PGlob. [] PRom.[x] PSam.
E02: [...] ajudou um pouco, ajudou a preservar né? (em referência a criação das áreas protegidas) [...] mas de uns tempo pra cá não pode mais tirar madeira, por causa do Ibama. [...] a preservação é importante. [...] aqui nos ajuda, nós não tem o que gasta da mata ai [...] igual o pessoal compra e mata tudo ai, pra fazer casa, fazer mansão, fazer essas coisas." [...] a molecada não interesse não (manter praticas ancestrais), preferem o turismo, é mais fácil né?. [...] o turismo ta ajudando bastante, vive um pouco da pesca, um pouco do turismo. [...] mas de uns tempo pra cá não pode tirar mais madeira, por causa do Ibama. [...] o ruim é que a gente não pode vender agora né? [...] alguns vendem aí escondido. [...] aqui não vem não (em referência aos gestores e funcionários da APA/INEA) [...] só vem passar aqui, fazer entrevista, só (em referência aos gestores e funcionários da APA/INEA) [...] esses dias vieram dois aí, botaram uns pau no caminho, pessoal da APA Cairuçu.	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [] PHcul [x] PGlob. [] PRom.[x] PSam.
	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [x] PGlob. [] PRom.[x] PSam.

E03: [...] contribuindo eu não tô (referente a conservação), meu esgoto ta na barra. [...] eu sempre chamo a atenção das coisas (autopercepção de certo errado quanto a conservação do local). [...] eu sou a favor do INEIA pra pode ter a base de certas coisas que estão erradas. [...] eu sei que tem coisas na minha casa que estão erradas, mas eu corro atras de brigar com as pessoas pra não fazer o que não é bom pra natureza [...] as pessoas tacavam fogo [...] viviam botando fogo [...] eu chinguei [...] ta acabando com a terra [...] não vai fazer roça vai botar fogo? [...] eu vou denunciar pro INEIA. [...] isso aí era uma mata rala [...] depois do Ibama e do INEIA começou a vir pra cá [...] isso virou uma floresta. [...] igual o pessoal mais antigo [...] faz o pra ter sape todo ano e pra fazer roça [...] você bota o fogo e faz controlado [...] faz o aceiro. [...] mas agora so é mato, acabou o negócio (referente as roças) [...] depois que virou o INEIA [...] o INEIA não deixava. [...] não tem muita diferença (em referência as áreas protegidas), não tem presidente, não tem aquelas pessoas que estão entendidas (em referência aos gestores) das coisas como a gente precisa, pra gente conhecer e conversar. [...] Péssima, eles não dão atenção [...] infelizmente o INEIA abandonou a nós. [...] controlou a tal da "vendição" de terra (em referência ao INEIA). [...] mas ai o INEIA ta deixando as vezes ai, porque ja ta começando de novo.	
E04: [...] oferecendo pra mim, na mão, 5 mil pra tirar 200 dúzias de palmito. [...] desde a época em que eu era caçador antigo, eu achei que tava errado. [...] eu falei para o papai: [...] os bicho estão criando [...] é hora da criação (em referência a uma época do ano) [...] ele era caçador (em referência a origem de ensinamentos de caça do bisavô) [...] meus meninos ainda vão pro mato. [...] a gente ta aqui pra ajudar vocês (em referência ao Ibama) [...] o lixo que chega aí a gente cata tudo aí, o palmito nós não deixa tirar, a caça aqui, se entrar outro caçador a gente bota pra fora. [...] a proibição da gente mexer (em referência a criação das áreas protegidas), de desmatar, os caícaras viviam encurralado porque eles viviam de tirar um remo, um balaio, uma peneira, uma canoa e depois, não conseguia mais fazer isso, aí o que eles fizeram? foram vendendo as terras, as casas dos avôs, foram deixando de viver da roça. [...] sentou um policial (do IBAMA) ai com a pistola na mão [...] a gente ta aqui pra ajudar vocês, o lixo que chega ai a gente cata tudo ai, o palmito nos não deixa tirar, a caça aqui, se entrar outro caçador a gente bota pra fora. [...] com a proibição que ta hoje rapaz, não pode derrubar nenhuma arvore pra fazer canoa	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [x] PGlob. [] PRom.[x] PSam.
	[] PNat. [] PAnt. [] PUtil. [x] PHcul [x] PGlob. [x] PRom.[x] PSam.

E05: [...] quem faz o manejo de não explorar, somos os moradores, e hoje em dia a mata ta assim por causa dos morador [...]. [...] desde a época do meu pai, a gente até precisa dos órgãos ambientais na fiscalização [...] tem muitas vezes que tem pessoas que não acata, não respeita. [...] a mata ta assim por causa dos morador, porque se fosse do mesmo dos órgãos, uhm. [...] é que a fiscalização deles não vem tanto aqui, né? Eles são mais lá computador [...]. [...] de vez em quando a gente navegando aí com a água tão bonita no mar, daqui a pouco surge aqueles bolos na água (em referência ao lixo descartada de outras embarcações). [...]a gente tem falado, mas mesmo que a empresa é grande, que traz lucro pra eles de outra forma, eles não vão acatar o nosso pedido.	
E06: [...] aprendi tudo com meu pai, meu avô. [...] aqui é só a gente caiçara que pode comer (em referência ao palmito), pra comercio não pode não. [...] eu alugo aqui, tem uma casa que acomoda até 8 pessoas [...] prefeitura colocaram em umas praias e deixaram outras de fora (referência a instalação de placa solar).	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [x] PGlob. [] PRom.[x] PSam.
E07: [...] a gente ajuda a preservar [...] limpa a trilha, ajuda o turista um pouquinho, eu dou manutenção na água. [...] ai teve a lei que botou o Ineia [...] ai proibiram de cortar, de fazer derrubada [...] ai acabou e nós abandonamo a roça [...]. [...] em certa parte é bom [...] porque os pessoal de fora, os veraneio querem invadir a terra, pra fazer mansão [...] ja é bom por isso [...] tem uma lei que é só os caiçaras [...]. [...] é bom (a relação com os gestores), eles vêm aí, quando eles querem alguma coisa [...] tão voltando agora pra botar luz aqui, né? que nos tamo lutando aí há muito tempo. [...] meu tio foi embora pra São Paulo por causa do INEIA mesmo. [...] teve uns turistas que vieram aí e fizeram fogueira dentro do negócio.	[]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [] PGlob. [] PRom.[x] PSam.
E08: [...] a gente só corta pra coisa necessária [...] se não precisou, vamos desmatar pra que? [...] se a pessoa precisa de uma canoa, vai jogar uma madeira, não vai ficar jogando outros [...] sempre foi assim e ainda continua assim.[...] que nem o negócio de roça, eu estou aproveitando o lugar que ja foi feito as roças antigamente, do pessoal mais velho. Aí por isso que eu não vou derrubar uma mata pra mim fazer uma roça que ja tenho, um lugar que ja cultivado. [...] agora ta tendo mais gente (em referente ao turismo) [...] essa parte é ruim (em referência as entradas de drogas). [...] Eu creio que não (em referência a nova geração em querer continuar os trabalhos tradicionais) [...] se tivesse algum trabalho fixo dentro do lugar, eles ficariam trabalhando. [...] o	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [x] PGlob. [] PRom.[x] PSam.

meu peixe não mudou nada não (em referência a criação de áreas protegidas) [...] nunca vi ninguém. [...] eu acho que não (em referência a gestão das áreas protegidas influenciar na proteção das matas) [...] ontem eu tinha que ir num curso de guia de turismo [...] porque sempre tem gente querendo fazer caminhada, fazer trilha. [...] ali é uma roça, que é da mulher do outro lado. Também é a única que tem aqui. Só eu e ela, mais ninguém.

E09: [...] muitos largaram seu lugar sossegado para ir morar em favela [...] veio de lá (em referência ao conhecimento vindo dos familiares) [...] fiquei com meu tio e minha tia [...] que trabalhavam aqui [...]. [...] os barcos passam lá, jogam lixo [...] deixam mancha de óleo [...] tem camaroeiro que fica reclamando, que puxa a rede e vem cheio de saco plástico, garrafa [...]. [...] porque aqui, o nosso lugar, é uma reserva [...] então, uma parte aqui você pode trabalhar a outra não pode [...] então, tem um que vem e diz: não pode mais fazer roça ali. Aí vem outro e diz: você pode fazer a tua roça porque você é caíçara [...] minha casa ali, está esperando um tempão ali um mandato pra fazer [...] porque se fosse lei ambiental aí do IBAMA, não fazia [...]. [...] viemos aqui pra derrubar essa casa aí (em referência ao pessoal da fiscalização ambiental) [...] não pode fazer separada e tinha que pegar atribuição pra fazer [...] aí eu fico meio incomodado [...]. [...] aí você precisa de uma ajuda deles, não vem aqui não, não ajuda (em referência aos administradores das áreas protegidas) [...]. [...] um amigo meu falou que um cara lá deu uma posse pro cara [...] perto de onde ele morava [...] nem sabe de onde era o cara [...] fez uma mansão [...]. [...] ele comprou uns bloco (em referência a história de um amigo) [...] chegaram empatando o cara e mandaram parar (em referência a fiscalização ambiental) [...] ele se enfesou com aquilo [...] conta: sou caíçara, nativo do lugar, não posso cerca aqui da minha posse, agora compram aí, fazem uma casa e vc não fala nada, não embarga quem não é do lugar [...] porque o cara bota dinheiro na tua mão pra você deixar fazer" [...]. [...] o turismo em parte foi bom [...] o turista atrai o dinheiro [...] o problema é a droga e a droga traz o roubo [...]. [...] já fizeram pesquisa aí pra tirar esse navio dalo, mas ainda não tiraram (em referência ao avanço e aumento de fluxo de grandes navios nas áreas de pesca e que vem prejudicando os camaroeiros principalmente) [...] e ficam largando óleo, ficam largando lixo.

[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [] PGlob. [] PRom.[x] PSam.

E10: [...] porque agora ninguém pode cortar mais nada, por causa do INEA [...] tiraram por causa do INEA (em referência a roça), eles tiraram por causa do turismo [...] foi ruim [...] eu discuti com o chefe do INEA [...] eu falei pra ele [...] porque correu essa barreira aqui [...] tem que derrubar o mato dessa beirada aqui, porque isso aqui começa a fazer peso [...] encharca tudo, o vento bate, começa a balançar, arranca tudo [...] ele baixou a cabeça e foi [...] mas não pode derrubar [...]. [...] eu alugava minha casa pro pessoal tudo. [...] o prefeito chegou em mim e disse; o senhor não pode fazer casa aqui.	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [] PGlob. [] PRom.[x] PSam.
E11: [...] o doutor encaminhou pra nós uma melhoria (em referência a um advogado que ajudou na luta para a preservação da cultura caiçara). [...] aqui é uma das praias mais bonita do mundo [...] nos daqui não dá valor pra isso não, porque se dessemos, tava todo mundo cuidando, mas ninguém quer cuidar [...] quer só olhar, estufar o peito e falar: é tudo meu. [...] eu sou filho da terra, não tô desmantando a mata [...]. [...] aqui pra ser Parque [...] mas nós não aceitamos, não poderia fazer nada.	[]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [] PGlob. [x]PRom.[x] PSam.
E12: [...] sim, eles não são muito de roça, a vida deles é mais a pesca mesmo (em referência a família ajudar a preservar a floresta). [...] você quer se mudar daqui, vai vender sua casa pra outra pessoa, aí foram vendendo e comprando [...]. [...] pra mim está numa boa [...] não mexe com a gente (em referência aos turistas).	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [x] PHcul [] PGlob. [] PRom.[x] PSam.
E13: [...]a gente fez 12 depois reproduziu, por meio do mutirão, através da Fiotec, uma instituição da Fiocruz (em referência a implantação de modelos de bacia evapotranspiração para tratamento de água negra). [...] o saneamento ecológico está dentro do roteiro do turismo de base comunitária [...] a foça era a primeira que fazia na época [...] tem gente que chama de sumidouro, eu chamo de sumidouro poluidouro, porque polui o ambiente, polui o lençol freático [...] a gente foi aprendendo com o outro, pesquisando aqui [...] nosso projeto conseguiu emendas parlamentares [...] fizemos na aldeia Tachin, também no quilombo do campinho [...] que fizeram um esquema de coletar o gás [...] construindo na Araponga (outra aldeia indígena) [...] e tem muitos pedidos para as aldeias de Ubatuba. [...] a casa dele virou um instituto de educação, porque tinha essa questão do saneamento presente, ele fazia palestrar pra galera, a galera da universidade vinha, incentivava, trazia outros modelos [...] é questão de sustentabilidade [...] a galera hoje está operando condicionante do pré-sal [...] o que antes era pra uma empresa privada	[x]PNat. [] PAnt. [x] PUtil. [] PHcul [] PGlob. [x]PRom.[x] PSam.

fazer, a gente tá fazendo através do movimento, através de parceria pública, né? de universidades. [...] é muito lindo (em referência ao lugar). [...] a gente tem o roteiro turístico de base comunitária [...] muitas pesquisas, desde EUA, Coréia, Japão, França, o pessoal vem pesquisar [...] tem um livro de plantas medicinais do pessoal da rural da UFRJ [...] a galera da universidade vinha [...] o quanto que a gente lutou [...] para que hoje você estivesse pesquisando [...] a galera ficou muito no comodismo [...] a APA Cairuçu foi criada em 83 por conta da luta de Trindade [...] a Reserva Ecológica em 92, a mesma coisa [...] aí o fórum nasce em 2007 pra aglutinar, juntar essas lutas [...] inclusive pra incidir sobre essa galera do órgão ambiental, propostas né? [...] eu cheguei a ver [...] dois ônibus pretos, de policiais, 74 policiais pra tirar a galera daqui [...] depois eu vi [...] 34 policiais vindo para destelhar a casa de uma moradora aqui.

Fonte: dos autores, 2024.